

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - IESA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS – DAIA: MERCADO DE TRABALHO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

IRACIARA A. ROQUE DE ARAÚJO RIBEIRO

GOIÂNIA
2008

IRACIARA A. ROQUE DE ARAÚJO RIBEIRO

**O DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS – DAIA: MERCADO DE TRABALHO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Orientador: Prof.º Dr.º João Batista de Deus

GOIÂNIA
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Ribeiro, Iraciara A. Roque de Araújo.
**I484d O distrito agroindustrial de Anápolis - DAIA [manuscrito]:
mercado de trabalho e formação profissional / Iraciara A. Roque
de Araújo Ribeiro. – 2008.**

151 f.: il., color., figs., qds., mapas.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus.

**Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2008.**

Bibliografia: 131-137.

Inclui lista de figuras e quadros.

Anexos.

1. Distritos Industriais - Anápolis (GO) 2. Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) – Goiás (Estado) 3. Mercado de trabalho 4. Formação profissional 5. Educação e trabalho I. Deus, João Batista de II. Universidade Federal de Goiás, **Instituto de Estudos Sócio-Ambientais.** III. Título.

CDU: 711.554:331.5(817.3Anápolis)

IRACIARA A. ROQUE DE ARAÚJO RIBEIRO

**O DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS – DAIA: MERCADO DE TRABALHO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação defendida no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, tendo por área de concentração Natureza e Produção do Espaço, para obtenção do título de Mestre, aprovada em _____ de _____ de 2008, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr.º João Batista de Deus
(orientador)

Prof.ª. Dr.ª. Lana de Souza Cavalcanti

Prof. Dr.º. José Henrique Rodrigues Stacciarini

Dedico este trabalho aos familiares, em especial a minha sogra Almerinda, por partilhar comigo a maternidade de Letícia e João Vitor desde a graduação, possibilitando que esse trabalho fosse realizado, dando-lhes amor e atenção. Ao meu pai, *in memoriam*, aos companheiros e colegas da Geografia que se tornaram grandes amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a oportunidade de conhecer pessoas novas no ambiente acadêmico e que, com a convivência, tornaram-se amigas queridas; como Marcela Ruggeri, prof^o Vanilton.

Agradeço a todos os professores do Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás, que muito contribuíram com incentivo e apoio. A todos que compartilharam direta ou indiretamente deste trabalho, em especial aos professores João Batista de Deus, Lana, Eliana Marta, Eguimar e tantos outros...

Agradeço, em especial, a Ádria, Ana Maria, Loçandra, Alessandra, Genésio, Terezinha e Hérica que nos últimos dias desse trabalho incentivou-me a dar continuidade. Agradeço aos familiares, que tanto incentivaram o meu retorno ao “mundo dos estudos”, em especial aos meus irmãos Givanildo, Ivanildo e Jaciara, ao João Vitor (filho) pelos beijos quando estava no computador concentrada nesse trabalho, mas precisando de carinho, e à Letícia (filha) que significa alegria.

Agradeço aos funcionários da administração do DAIA e das duas indústrias farmacológicas que forneceram subsídios para que esse trabalho fosse realizado.

Agradeço aos funcionários do SENAI – Faculdade de Tecnologia Roberto Mange de Anápolis e o SENAI – Ítalo Bolonha de Goiânia, pelas informações fornecidas com tanta presteza.

RESUMO

As mudanças na estrutura produtiva das indústrias se aprofundam a partir dos anos de 1990. As novas tecnologias, como instrumentos de trabalho, provocaram impactos na estrutura socioeconômica do país. Com a introdução de novos processos e instrumentos de trabalho exigem-se requisitos educacionais crescentes e diversificados para o trabalhador. Consequências são sentidas pelo trabalhador que passa a buscar na formação profissional uma chance de se manter ou inserir-se no mercado de trabalho industrial. Por ser o mundo do trabalho um tema abrangente, ele traz à tona a discussão de algumas variáveis tais como (desemprego, setor informal da economia, moradia, educação, alta taxa de urbanização, e outros). Portanto, fez-se necessário realizar uma revisão bibliográfica sobre cidade industrial, mercado de trabalho industrial e formação profissional temática discutida nessa investigação. A pesquisa, assim sendo, seguiu a partir de recursos documental e estatístico. Esses subsídios contribuíram para a investigação empírica do DAIA. Num primeiro momento apresenta-se a cidade de Anápolis e o seu processo de industrialização; principalmente com a implantação do DAIA, que induziu mudanças diretas ou indiretamente interferiu na dinâmica populacional da cidade. Para confirmar tal consideração, necessário se fez conhecer as problemáticas advindas da alta taxa de urbanização atual da cidade. O propósito inicial dessa investigação foi apresentar a dinâmica industrial da cidade de Anápolis, apresentando elementos históricos desde a sua formação, portanto, foi fundamental resgatar a realidade socioeconômica dessa cidade industrial. Inicialmente, este trabalho faz uma avaliação do mercado de trabalho do DAIA – Distrito agroindustrial de Anápolis, de forma geral. E de modo específico uma investigação de duas indústrias farmacológicas com o objetivo de traçar o perfil do seu trabalhador, bem como a análise de dois cursos profissionalizantes no que se refere aos conteúdos voltados para a técnica e formação cidadã. A análise dos conteúdos propostos teve, como parâmetros, a política de educação profissional brasileira. E por fim uma breve reflexão sobre a relação educação e economia, explicitando diferentes pontos de vista. Essa abordagem realizada destaca que para atuar no DAIA é preciso qualificação profissional em função dos avanços tecnológicos de suas indústrias. Concluindo-se que os conteúdos propostos pelos cursos profissionalizantes estão voltados para a formação mercadológica em detrimento da função social da educação.

Palavras-chave: Cidade industrial. Mercado de trabalho. Formação profissional. Educação e trabalho.

ABSTRACT

The changes into the productive structure of the industries were significant in the 1990s. The new technologies, such as work tools, provoked impacts in the socioeconomic structure of the country. With the introduction of new processes and tools, new educational diversified requisites have been demanded for the worker. The worker feels the consequences of this demand and searches for a continuing education in order to fulfill the industrial market. Since the world of the work is a broad subject, it brings up to discussion some variables such as (unemployment, informal sector of the economy, homing, education, high tax of urbanization, and others). Therefore, it was necessary to review the bibliography carried out on industrial city, industrial labor market and professional thematic education discussed in this inquiry. The research, itself, was done from these documental and statistical resources. These subsidies contributed to the empirical investigation of the DAIA. At a first moment, the city of Anápolis is presented as well as its industrialization process; mainly with the introduction of the DAIA (Distrito Agroindústria de Anápolis – Agro Industry District of Anápolis), which induced straight changes or indirectly interfered in the dynamic of the population of the city. To confirm such a consideration, it was necessary to know the problems resulted from the high tax of current urbanization of the city. The initial purpose of this research was to present the industrial dynamics of the city of Anápolis, presenting historical elements of its constitution, so, it was fundamental to rescue the socioeconomic reality of this industrial city. Subsequently, this work evaluates the labor market of the DAIA (Distrito Agroindústria de Anápolis) – Agro industry District of Anápolis, in a general way. And in a specific way an inquiry of two chemical industries with the objective to draw the profile of its employee, as well as the analysis of two vocational courses in which the contents refer to the technical field and the citizenship education. The analysis of the proposed contents had, as its parameters, the policy of professional Brazilian education. And finally, a short reflection on the education and economy relation, which set different points of view. This fulfilled approach points out that to act in the DAIA, professional qualification is necessary in the function of the technological advance of its industries. In conclusion, the proposed contents of the vocational courses focus on the marketing formation other than the social function of the education.

Key-words: Industrial city. Labor market. Professional education. Education and work.

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 01	Mapa – Localização da Área de Estudo Anápolis - GO	21
Figura 02	Trilhos da Estrada de Ferro	23
Figura 03	Plataforma Logística Multimodal de Goiás (Placa de inauguração)	31
Figura 04	Bairro Munir Calixto (Bairro industrial enfrente a Hyundai)...	40
Figura 05	Entrada para o Distrito Agroindustrial de Anápolis	66
Figura 06	Empresa do Pólo Farmacoquímico – DAIA	70
Figura 07	Caoa Montadora de Veículos S/A – HYUNDAI (implantada em 2006)	71
Figura 08	Mapa – Municípios com alto PIB fora da região metropolitana - GO	73

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01	Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Taxa de Crescimento Anual.	38
Quadro 02	Movimentação dos empregados e desempregados – Município de Anápolis – 2000/2004.....	44
Quadro 03	População residente em Anápolis – 2000.....	48
Quadro 04	Educação Formal – Atendimento em Anápolis – 2004.....	51
Quadro 05	Estrutura Setorial da Renda Interna Brasil e Goiás – 1982.....	62
Quadro 06	Arrecadação do ICMS por Setor de Atividade em Anápolis fev. 2000	64
Quadro 07	Estabelecimentos instalados no DAIA – Anápolis - 1970 a 2000.....	69
Quadro 08	Plantas Industriais no Estado de Goiás 2006.....	72
Quadro 09	Ofertas e Empregos – CAT.....	77
Quadro 10	Modelo de Cadastro do CAT - Central de Atendimento ao Trabalhador.....	78
Quadro 11	Faixa etária do trabalhador das indústrias.....	79
Quadro 12	Vínculo empregatício dos trabalhadores das indústrias farmacológicas.....	80
Quadro 13	As admissões no primeiro emprego e no reemprego industrial/Brasil..	81
Quadro 14	Escolaridade formal dos trabalhadores das indústrias farmacológicas – DAIA.....	81
Quadro 15	Brasil e Regiões: saldo entre oferta de mão-de-obra e demanda de empregados qualificados e com experiência profissional em 2007.....	102

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
I	A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO E A IMPLANTAÇÃO DO DAIA.....	18
1.1	Cidade: da formação à contemporaneidade de Anápolis	18
1.2	Aspectos socioeconômicos e o crescimento econômico de Anápolis.....	22
1.3	Estação Aduaneira Interior (EADI) ou Porto seco	28
1.4	Plataforma Logística Multimodal.....	29
1.5	Breves formulações teóricas sobre o espaço industrial.....	32
1.6	Relação urbanização, trabalho e educação.....	37
1.6.1	Do crescimento da cidade.....	37
1.6.2	Cidade industrial e o desemprego	41
1.6.3	Informalidade e desemprego.....	47
1.6.4	O ensino formal em Anápolis: Um diagnóstico do Plano Diretor 2006.....	50
1.6.5	Economia dinâmica e os problemas sociais.....	53
II	A INSERÇÃO DO DAIA NO MERCADO DE TRABALHO.....	58
2.1	O contexto econômico de Goiás e o processo de industrialização.....	58
2.2	O DAIA: os mecanismos legais para implantação.....	61
2.3	Mercado de trabalho: do surgimento à atual estrutura.....	65
2.4	Tendências e necessidades do DAIA quanto à mão-de-obra.....	74
2.5	Centro de Atendimento ao Trabalhador – CAT	76
2.6	A investigação de indústrias farmacológicas.....	78
III	TRABALHO E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	86
3.1	A relação trabalho e educação.....	86
3.2	A relação trabalho e educação no Brasil de 1920 a 1970.....	89
3.3	A relação trabalho e educação no Brasil a partir de 1970.....	94
3.4	A Formação profissional e as novas categorias	96
3.5	Formação profissional <i>versus</i> desemprego: Anápolis no contexto.....	101
3.6	O SENAI em Goiás e em Anápolis.....	106

3.6.1	Considerações sobre os cursos pesquisados: apresentação e análise.....	109
3.7	Formação profissional: a concepção dos empresários.....	114
3.8	Influências da economia na educação.....	117
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
	ANEXOS.....	132
	Anexo I – Roteiro de entrevista (Administração do DAIA)	
	Anexo II - Roteiro entrevista (Funcionário do DAIA)	
	Anexo III – Roteiro de entrevista (Recursos Humanos das indústrias farmacoquímica do DAIA)	
	Anexo IV – Roteiro de entrevista (Funcionário do SENAI)	
	Anexo V – Programa curricular dos cursos profissionalizantes	

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva das indústrias nas últimas décadas impôs mudanças ao mundo do trabalho, que cada vez mais exige requisitos educacionais crescentes e diversificados para o trabalhador. Deste modo, esse trabalho apresenta uma reflexão sobre a problemática advinda da automatização da indústria moderna que exclui o trabalhador menos preparado e, por outro lado, aumenta a demanda por mão-de-obra mais qualificada.

Os avanços tecnológicos das indústrias produzem uma redução das vagas e seleciona um perfil de trabalhador mais indicado às suas exigências. Para a inclusão social do trabalhador no mercado de trabalho industrial exigem-se uma performance capaz de desempenhar multitarefa, flexibilização, polivalência, sinergia organizacional, capacidade de liderança, de trabalhar em equipe e outros elementos.

Nesse sentido, o mercado de trabalho e a educação profissional é uma questão que tem ocupado atualmente uma centralidade, em face das mudanças que a tecnologia opera nas indústrias. Com as transformações nas bases produtivas, torna-se necessário capacitar um novo tipo de trabalhador. Ressalta-se que essa formação/qualificação do trabalhador continua a serviço do capital (KUENZER, 2002).

Nesse enfoque, a centralidade aqui destacada é a visão economicista que busca uma formação do trabalhador para o aumento da produtividade *versus* uma função social; ao contrário do bem estar dos trabalhadores em geral, com vistas a um desenvolvimento econômico e social sustentável. Assim, um aspecto importante desse estudo é a tentativa de perceber, e compreender, o perfil do trabalhador e a formação profissional exigida pela atual reestruturação produtiva das indústrias.

A investigação aqui apresentada toma como objeto de estudo inicial o DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis. Esse parque industrial se constitui, em parte, do mercado de trabalho da cidade. Entretanto, é válido oferecer uma visão geral e preliminar do processo de industrialização da cidade de Anápolis e sua relação com o aumento da dinâmica demográfica nos últimos anos para, posteriormente, focar a temática.

Por isso, tenta-se no início da abordagem destacar a sua localização na região Centro-Goiano, numa posição estratégica advinda da proximidade com a capital Federal – Brasília, e a capital do Estado – Goiânia. Esse aspecto, somados aos fatores infra-estruturais, os instrumentos de

incentivos fiscais, a mão-de-obra local disponível, contribuiu para a aceleração de sua industrialização e acrescentam-se principalmente pelas ações governamentais nas últimas décadas.

Anápolis foi a primeira cidade do Estado de Goiás, no contexto da descentralização industrial brasileira, a receber um distrito – o DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis, que completou 30 anos de funcionamento em 2007. Esse distrito é o mais antigo, maior, e o mais dinâmico do Estado, conforme divulga a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – SEPLAN.

Desde os anos de 1950 o pensamento da CEPAL – Comissão de Estudos para a América Latina – se apoia na industrialização como o único caminho possível para o desenvolvimento econômico, as próximas décadas seguem com uma expansão da industrialização, que refletiu os interesses governamentais das classes dominantes e o anseio da população por oportunidades de empregos.

Essas ações representam a ideologia da acumulação de capital em benefício da produção, sem considerar as problemáticas econômicas e sociais. Para atingir o desenvolvimento da economia através da industrialização desencadeou-se o processo de urbanização em todo o país. Os problemas advindos do inchaço das cidades não tardaram em aparecer (escassez de empregos, saúde, educação, moradia, segurança, equilíbrio ambiental, e outros).

Desse modo, Anápolis se insere na corrida desenfreada pela industrialização a partir da década de 1970. Em Anápolis, o processo de industrialização, principalmente com a implantação do DAIA, induziu mudanças que, direta ou indiretamente, interferiram na dinâmica populacional da cidade. Para confirmar tal consideração, necessário se fez conhecer as problemáticas advindas da alta taxa de urbanização atual da cidade.

Por outro lado, contraditoriamente a essa situação, a cidade se apresenta com um notável crescimento econômico. Nos últimos anos, Anápolis vem liderando o *ranking* da economia dos municípios goianos com o maior Produto Interno Bruto (PIB) e em 2007 continuou sendo o 1º lugar (Revista Economia & Desenvolvimento, n.24, 2007). Mesmo com esse crescimento econômico, a cidade depara com problemas sociais como o desemprego.

Verificamos que a industrialização é um dos responsáveis pelo aumento populacional das cidades, que gera a atração de migrantes em busca de oportunidade de trabalho. Desse modo, a expansão industrial promove a alteração demográfica e, por outro lado, impõe um outro gargalo com o aperfeiçoamento da técnica de produção industrial, a redução da quantidade de vagas e exclusão do trabalhador menos escolarizado.

A indústria na atualidade exige um trabalhador qualificado que compreenda o processo produtivo dentro de sua complexidade tecnológica. Diante dessa realidade, o “fator humano” encontra-se subordinado ao mercado de trabalho industrial. Se a força de trabalho não se adaptar às mudanças tecnológicas da indústria, essa será excluída do mundo do trabalho formal.

Essa situação resulta várias consequências para a cidade como o incremento do setor informal da economia. Sobre a informalidade, Hirata & Machado (2007) elucida que a ausência de barreiras à entrada nesse setor, assim como na ocupação doméstica, abre a oportunidade de inserção no mercado de trabalho para aqueles menos escolarizados. A gravidade do setor informal da economia é o trabalhador não ser beneficiado com o vínculo empregatício, que o torna excluído dos direitos da legislação trabalhista.

Desse modo, justifica-se uma avaliação da relação mercado de trabalho industrial e o perfil do trabalhador exigido pelo DAIA, como objetivo central. Partiu-se do DAIA, como um mercado de trabalho, para chegar a formação profissional, como um elemento complementar desse trabalho, pois é relevante desvelar e compreender a formação profissional/qualificação industrial a partir de conteúdos propostos pelas escolas profissionalizantes, isso porque a análise isolada de um único objeto (mercado de trabalho ou formação profissional) seria insuficiente para compreender a realidade, o que dificultaria a discussão.

Mas, antes de entrarmos nessa temática, é válido frisar que a pesquisa contextualiza o conjunto de transformações produzidas pela industrialização na dinâmica sócio-espacial da cidade de Anápolis. Para a análise dessa dinâmica, engendrada pelas indústrias, recorreremos a Santos (1979). Segundo ele, “o problema de uma sociedade econômica não pode ser estudado de um modo fragmentário”. Desta forma, na metodologia usada serão considerados os vários tipos de recursos.

O diagnóstico inicial foi realizado com base em inúmeras informações extraídas de vários indicadores, tais como: dados, registros, dissertações, teses, jornais, e revistas. Realiza-se uma investigação teórica e documental para seguir com um estudo de caso.

Apresenta-se o estudo de caso sobre o perfil da mão-de-obra solicitada para atuar nas indústrias do setor farmacológico, bem como o conteúdo curricular de dois cursos profissionalizantes. Por isso, justifica-se essa análise integrada por considerar a complementaridade entre o mercado de trabalho industrial e a formação profissional como objetos de estudo dessa pesquisa. Para abarcar essa temática, buscou-se a fundamentação em estudos de alguns autores que abordassem a relação economia, trabalho e educação.

Assim sendo, buscamos o processo da história da formação da mão-de-obra para as indústrias na década de 1930. Nesse período encontramos subsídios e fundamentações iniciais para o estudo. Ao trilhar a história da estrutura produtiva industrial brasileira, percebe-se que as transformações, ao longo do tempo, vão delineando o perfil da mão-de-obra. O mundo do trabalho e a formação do trabalhador estão especificamente vinculados às exigências de sua época. As transformações técnicas e produtivas das indústrias são sentidas pela sociedade com implicações no mundo do trabalho que, conseqüentemente, direcionam a educação profissional. Por isso aborda-se a relação economia, trabalho, educação.

Portanto, o modelo de ensino e as legislações se veem obrigados a se adequarem a realidade econômica, o que reafirma que a preocupação com a formação do trabalhador, ao longo do tempo, tem ocupado uma centralidade nas relações de produção. Essa conjuntura se constitui em interesse para os diversos segmentos sociais (Estado, empresários, educadores, economistas, sindicatos, trabalhadores, e outros). Daí a relevância socioeconômica desse tema, que é estudado pelas ciências sociais.

No intuito de discutir a temática, o presente trabalho foi estruturado em 3 (três) capítulos: no primeiro, intitulado *A estruturação do espaço e a implantação do DAIA*, é apresentado a cidade de Anápolis, recorre-se ao processo histórico para compreender como ela tornou-se uma cidade industrial. Buscou-se o estudo dessa cidade sob a ótica da análise de Formação Econômica e Social recomendada por Santos (1979). Compõe um breve histórico dos principais eventos, contextualizando a cidade dentro da perspectiva econômica local/regional e global para a apreensão da estrutura produtiva industrial contemporânea. O capítulo apresenta ainda as problemáticas sociais da cidade relativas à educação, desemprego, moradia, setor informal da economia em paradoxo ao seu destaque econômico. Dentre essas é apresentada, com maior ênfase, a situação educacional da população com base no diagnóstico do Plano Diretor 2006.

Já o segundo capítulo, *A inserção do DAIA no mercado de trabalho*, aborda a implantação do DAIA no contexto histórico da descentralização industrial brasileira da década de 1970; enfoca a importância desse distrito como um mercado de trabalho; apresenta o estudo de caso de duas indústrias farmacêutica, com o intuito de traçar o perfil do trabalhador, relacionando à estrutura produtiva-tecnológica desse setor. Essa abordagem possibilitou uma articulação com o capítulo seguinte, que trata da formação profissional, industrial.

E o terceiro capítulo, intitulado *Trabalho e educação: perspectivas na formação profissional*, centra análises na formação profissional, industrial. Abarca o esboço histórico da formação de mão-de-obra industrial, a formação profissional atual e suas vinculações legais. Ao

longo do capítulo são demonstradas as estreitas relações entre trabalho e educação, com foco no surgimento das mudanças na estrutura produtiva da década de 1990 e suas repercussões na atual formação profissional. Destaca as adequações da formação profissional com a emergência de novos conceitos como *empregabilidade*, *polivalência*, *formação abstrata* e outros elementos do atual mercado de trabalho.

Aborda ainda o estudo de caso da proposta curricular de 2 (dois) cursos profissionalizantes, com a empreitada de verificar como estão estabelecidos os conteúdos técnicos necessários ao processo produtivo e os voltados para a prática cidadã como explicita a legislação brasileira. Sobre esse assunto Debrey (2003, p.22), adverte:

A proposta teórica, metodológica e pedagógica da nova política educacional do Estado centra-se no discurso de valorização de uma educação cidadã para o trabalho. Mistifica e expressa, porém, a reestruturação econômica do sistema capitalista em sua lógica de poder e hegemonia do mercado ante a autonomia política da sociedade.

Por isso, é importante conhecer e repensar o papel da formação profissional. Desse modo, faz-se mister justificar que “[...] pesquisar a problemática sociocultural-educativa no contexto da reestruturação produtiva e tecnológica é politicamente relevante para as atividades acadêmicas”. (DEBREY, 2003).

CAPÍTULO I

A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO E A IMPLANTAÇÃO DO DAIA

“O problema de uma sociedade econômica não pode ser estudado de um modo fragmentário. Ao lado dos aspectos da produção, é indispensável considerar e analisar os da distribuição e do consumo, assim como os do emprego, quer dizer, trata-se do sistema inteiro. Na realidade, o que encontramos em cada caso concreto, são formas diferentes e combinações entre um novo modelo de produção, distribuição e consumo, e a situação preexistente, e isso em função das condições históricas da introdução das modernizações”.

(MILTON SANTOS, 1979)

A finalidade deste capítulo é compor um breve histórico do processo de formação da cidade de Anápolis à contemporaneidade. São apresentados os principais eventos econômicos da região Centro-Oeste que influenciaram, em Anápolis, no decorrer do século XX. Para melhor compreensão do processo de estruturação sócio-espacial foram elencados os aspectos sociais, econômicos e políticos como alicerces para visualizar a identidade industrial da cidade. Inclui uma reflexão sobre teorias que norteiam a discussão sobre a dinâmica do espaço industrial. Salienta a importância desses empreendimentos para o acelerado processo de urbanização e, por conseguinte, traz uma breve reflexão a respeito dos problemas sociais gerados.

1.1 Cidade: da formação à contemporaneidade de Anápolis

A cidade, entendida enquanto concretização do processo de desenvolvimento das sociedades, é considerada produto da história dos povos. Por isso, a proposta inicial é elencar alguns acontecimentos que, ao longo do tempo histórico, foram relevantes para a consolidação da cidade

de Anápolis como um pólo industrial. Os fatos serão apresentados cronologicamente, no entanto entre eles existem elementos relevantes não abordados.

Sobre a estrutura sócio-espacial da cidade, Pereira (2005, p.179) expõe que, “entre as formas de materialização empreendidas pela produção social, poucas chegam a um nível de expressividade tão intenso como a cidade”. No contexto da compreensão do espaço citadino e de sua reestruturação, Sposito (1997, p.54) esclarece:

que as formas são mais dinâmicas e mais complexas, comparecendo não como projetos de uma ou de outra sociedade, mas como consequência das próprias transformações descompassadas, no espaço e no tempo, provocadas por diferentes maneiras de apropriação e transformação da natureza.

Esse conjunto de fatores que processaram transformações no espaço e no tempo, de formas diferenciadas e com intencionalidades também distintas, engendra funções diversas na cidade para acomodar os variados segmentos econômicos: o setor comercial, o prestacional, o industrial, o informal e tantos outros.

É por isso que a formação econômica do Estado de Goiás, através da mineração e da agropecuária, é importante para a compreensão do processo produtivo atual das cidades goianas. A agricultura goiana era caracterizada pela fraca utilização de insumos e pela predominância do trabalho familiar atrelado à pecuária extensiva, compondo um único segmento econômico no contexto de sua formação.

É preciso considerar os diversos momentos históricos no processo de construção das cidades goianas, pois nesse contexto a atividade mineradora teve seu papel. Mesmo que a exploração aurífera em Goiás tenha sido considerada modesta em relação a outros Estados, isso porque entrou em declínio rapidamente, ela teve grande relevância na formação econômica do Estado e de suas cidades. Estevan (1998) afirma que indícios históricos apontam que o minerador esteve fortemente voltado para a prática agropecuária e que também o pequeno comércio esteve atrelado ao contexto da economia mineradora do Estado de Goiás.

Assim sendo, o surgimento da cidade de Anápolis está vinculado a esse contexto, segundo Luz (2001, p.8):

O núcleo urbano que formou a cidade de Anápolis surgiu no final do século XIX de forma espontânea, quando os tropeiros faziam a ligação entre as áreas mineradoras do interior goiano com o Sudeste e Sul, utilizavam as margens do Córrego das Antas para descansar, pois encontravam no local: disponibilidade de água e de pastagens para os animais que faziam o transporte de mercadorias e

peessoas, transformando o local em entreposto comercial, um fato que marcaria o desenvolvimento econômico social e político da cidade ao longo de sua história.

Como as cidades historicamente localizam-se próximos aos cursos de água, não foi diferente para Anápolis. Os primeiros assentamentos se deram no meio do Cerrado, às margens do Córrego das Antas que nasce num meio natural considerado um privilégio geográfico. Era rota de tropeiros atraídos pela mineração, por ser um espaço abundante em água e em virtude de sua localização geográfica.

Em 1873, esse assentamento foi batizado de Freguesia de Santana. No ano de 1884 recebeu outra denominação: Santana dos Campos Ricos, voltando ao nome anterior em 1886 e no ano seguinte passou à condição de município através da Lei nº 811, de 15 de setembro de 1887. Foi desmembrado de Meia Ponte (atual Pirenópolis, cidade goiana) em 1892.

O nome Anápolis¹ foi oficializado através da Lei estadual nº 320, de 31 de julho de 1907, o que lhe concede o status de uma cidade centenária.

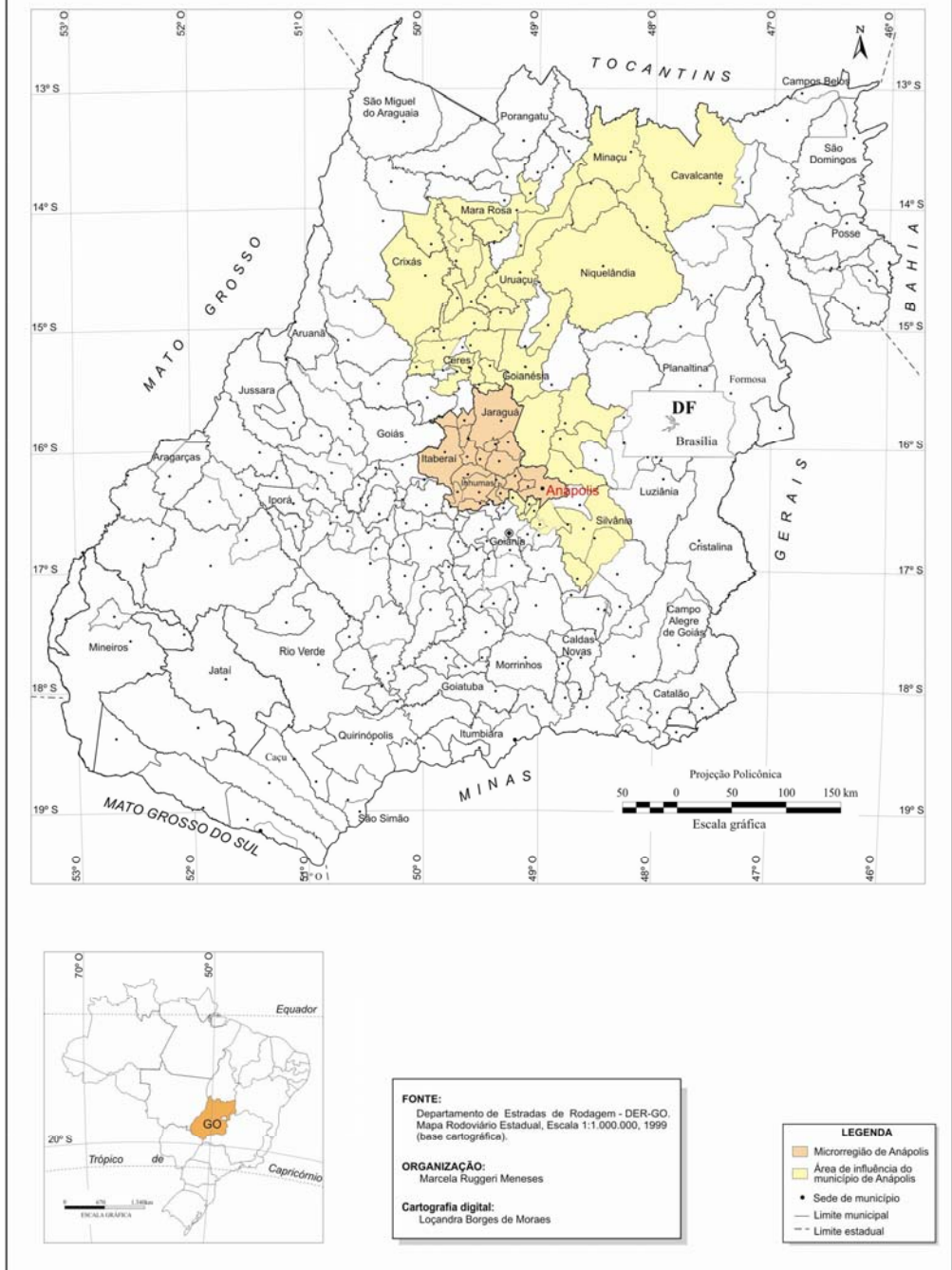
Assim sendo o jornal O Popular (31 jul. 2006) fez alusão à cidade, que se aproximava de seu centenário, afirmando que desde o início ela teve vocação para a prosperidade, matéria intitulada “Privilégio Geográfico bem aproveitado”.

O privilégio geográfico se refere à sua posição central. A área está localizada à parte sul do Estado de Goiás, na denominada Zona fisiográfica “Mato Grosso Goiano” (IBGE, 1960), ou Mesorregião do Centro-Goiano (IBGE, 1991), onde se inicia o Planalto Central.

Especificamente compreendida entre as coordenadas 16° 19' 36'' de latitude sul e 48° 57' 10'' de longitude oeste, sua altimetria está em média 1.000 metros acima do nível do mar. Os limites desse município são: ao Norte Abadiânia e Pirenópolis; ao Sul Teresópolis de Goiás, Goianápolis, Leopoldo de Bulhões e Silvânia; a Leste Silvânia e Abadiânia; a Oeste Nerópolis, Ouro Verde e Petrolina de Goiás. A microrregião de Anápolis é formada por 20 (vinte) municípios formando uma área de influência. Mapa da microrregião a seguir (Figura 01).

¹ Caracterizou-se como marco inicial da cidade em 1870 a construção da capela de Sant'Anna das Antas fundada por Gomes de Souza Ramos (CASTRO, 2004).

FIGURA01 - ESTADO DE GOIÁS MICRORREGIÃO E ÁREA DE INFLUÊNCIA DE ANÁPOLIS



Nessas considerações, o objetivo inicial foi apresentar uma breve leitura de formação da cidade de Anápolis reconhecendo-se a importância da agropecuária, a mineração, e do comércio, os quais estiveram interligados entre si. Essa apresentação foi pautada nos aspectos gerais de produção e reprodução, dessa cidade, que se tornou uma centralidade ao longo de sua história.

As particularidades locais da cidade de Anápolis, somadas a fatores que serão descritos no decorrer do capítulo, contribuíram para implantação industrial nesse espaço. A análise é sócio-espacial, isso porque os registros apontam Anápolis não só como um espaço simples ou como um ponto bem localizado estrategicamente. Esse aspecto sócio-espacial é abordado por Luz (2001, p.2):

Quando consideramos como estratégica a posição ou situação geográfica da cidade de Anápolis, estamos valorizando não apenas o aspecto locacional, mas também a totalidade dos aspectos sociais, econômicos e políticos que contribuíram para o desenvolvimento anapolino.

Essas análises apontam o papel do Estado também como agente indutor da industrialização através de mecanismos legais. Isso porque o governo do Estado de Goiás vem, nas últimas décadas, buscando desenvolver a atividade industrial e adotou a política de industrialização através dos Distritos Agro-industriais (SANTOS, 1999). O DAIA foi implantado na década de 1970, fato que será detalhado posteriormente.

1.2 Aspectos socioeconômicos e o crescimento econômico de Anápolis

Para a compreensão do desenvolvimento econômico da cidade de Anápolis é preciso considerar a sua inserção no Estado de Goiás e no contexto nacional, onde profundas transformações sociais, econômicas e políticas articuladas foram responsáveis pela atual conjuntura econômica da cidade. Os estudos sobre a cidade apontam fatores que, no decorrer de sua história, de forma dinâmica, produziram e reproduziram o seu destacado crescimento econômico.

Ao discutir a produção do espaço socioeconômico anapolino, os estudos mostram que os elementos foram sendo construídos pela sociedade ao longo do tempo, somando às de ordem natural, nesse caso, as características geográficas locais. Trata-se de uma combinação de

fatores que favoreceram o uso desse território pelo sistema capitalista, por isso buscar a sua história é imprescindível para a compreensão de sua inserção atual no referido sistema.

O trabalho partiu da década de 1930, na qual a dinâmica da cidade foi intensamente alterada. Dentre as ações destacam-se o advento da estrada de ferro na cidade e a transferência de Goiânia, como capital do Estado de Goiás, ambas estavam dentro do contexto da política denominada “Marcha para o Oeste” do governo Getúlio Vargas. (Figura 02)

Figura 02 – Trilhos da Estrada de Ferro



Foto: RIBEIRO, I, A, R. 2007.

O início da construção da estrada de ferro em Anápolis, anterior ao ano de 1935, alterou o ritmo da cidade aumentando o fluxo principalmente de migrantes. Levantamentos estatísticos realizados pela prefeitura registravam uma população de pouco mais de 3.000 (três mil) habitantes na década de 1930. No Censo Demográfico de 1940 a população já somava 8.091 (oito mil e noventa e um) habitantes. (SILVA, 2002).

Em relação ao dinamismo implementado pela ferrovia, levou-se em consideração a circulação da produção, da distribuição de mercadorias, de pessoas e do acesso. A esse respeito Luz (2001, p. 5) expõe:

A ferrovia possibilitou o acesso mais rápido da cidade de Anápolis aos centros econômicos do país, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, impulsionando o comércio local que se transformou num centro de abastecimento do interior do Estado. [...] nas proximidades da estação ferroviária implantaram-se os armazéns atacadistas e varejistas, que permanecem ainda hoje no local.

Como era, historicamente, rota de tropeiros atraídos pela mineração, já ocorriam transações comerciais dinamizando e intensificando as relações sociais do lugar. Na conjuntura da década de 1930, a via férrea despertava ainda mais o interesse dos comerciantes. A posição geográfica da cidade de Anápolis favorecia a função estratégica como ponto de convergência para outras regiões. Assim, “A perspectiva da linha férrea cortando as terras de Anápolis de leste para oeste foi delineando, aos poucos, a sua função de nó de transporte e comunicação”, conforme Santos (1999, p.98).

Soma-se ao contexto dessa década a promoção do discurso de “desenvolvimento” que resultou em várias transformações no Estado de Goiás, dentre elas a transferência da capital.

Estevan (1998) comenta que, em âmbito nacional, a construção de Goiânia estava dentro do contexto da “Marcha para o Oeste”, que tinha como meta a ocupação do Planalto Central, o que gerou profundas transformações socioeconômicas na região Centro-Oeste.

Toda a região, principalmente o Centro-Goiano, sofreu as suas influências. A respeito Estevan (1998) afirma que “A construção de Goiânia incentivou vigoroso parcelamento de terras nas adjacências, exploração de matas férteis na zona do “Mato Grosso de Goiás” e acomodou levas de imigrantes que ganharam o Planalto Central”.

Esses são elementos que potencializaram as transformações regionais, ampliando as possibilidades de comércio, fluxo de pessoas, mercadorias e outros, principalmente a partir da abertura da rodovia ligando a cidade de Anápolis a Goiânia, entre 1936 e 1939.

Inicia-se a inter-relação entre Goiânia e Anápolis através do fluxo rodoviário, aumentando não só a integração física desses dois municípios, mas as relações sociais e econômicas, possibilitando uma maior interação entre eles.

Na década de 1950, acrescenta-se a esses fatores a construção de Brasília, que se constituiu um importante elemento para dinamizar e estreitar as relações socioeconômicas com a cidade de Anápolis devido sua proximidade. “Sabe-se que houve muita contratação de mão-de-obra na cidade, bem como compra de materiais de construção para edificar a futura capital do país, beneficiando de alguma maneira o comércio anapolino” (POLONIAL, 1997).

Cabe ressaltar que esse fato provocou mudanças em todo o Estado de Goiás, principalmente pela ampliação da malha rodoviária, gerando maior movimento do fluxo migratório. Esse fato contribuiu para o crescimento populacional que chegou a 4,34% ao ano (CASTRO, 2004).

A construção de Brasília representava a integração do país, principalmente por meio da estrutura viária implantada, meta do governo Juscelino Kubitschek. O período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek foi considerado o marco para a internacionalização das indústrias e de investimentos no rodoviarismo, marcados por planos políticos e econômicos.

A implementação desses projetos de infra-estrutura para o transporte, através da construção da malha rodoviária da região Centro-Oeste, provocou impactos intensos no crescimento econômico em toda a região e, conseqüentemente, na cidade de Anápolis. A construção da BR 153 foi fundamental na ligação norte-sul do país.

Por isso, é importante destacar o papel da ação estatal, que se deu por investimentos e programas, com o intuito de potencializar essa região, principalmente através da infraestrutura de transporte com o objetivo de encurtar as distâncias. Segundo Santos (2003, p.24), “A integração do espaço através do transporte é um elemento essencial ao planejamento capitalista”.

Em relação ao crescimento econômico de maneira geral, estudos apontam a relevância da infraestrutura para o transporte. Conforme Araújo (2006 p.12):

Quando se fala em infra-estrutura econômica, o setor de transporte ocupa papel de destaque devido à sua clara importância em potencializar fontes de eficiência econômica de um país. No caso do Brasil, por ser um país de dimensões continentais, o setor de transporte tem acentuada a sua importância devido à função de transferir insumos e bens finais para regiões com distâncias não desprezíveis. Nesse sentido, o efeito multiplicador do desempenho do setor de transporte influencia diretamente a competitividade de todos os outros setores da economia.

Desta forma, a integração do território brasileiro através da malha rodoviária constituiu-se, historicamente, como meta de governos para realizar a conexão nacional, considerada fundamental para o crescimento e desenvolvimento do país. A respeito da alteração da dinâmica do Estado de Goiás e da sua ampliação e articulação comercial com outros Estados, Montessoro (2006, p.101) argumenta que:

Esse eixo expressa a relação existente entre os fluxos que se redimensionam e se redirecionam no território, uma vez que a localização de Anápolis, e mesmo do Estado de Goiás, permite o acesso aos demais estados e destaca a importância da área no que tange à integração do território nacional quanto à questão do desenvolvimento econômico.

Assim, a existência de uma adequada infraestrutura rodoviária é um dos fatores preponderantes para a atração de investimentos de capital num dado lugar. Os investimentos programados por parte dos governos são características marcantes no país, privilegiando espaços com tendência ao dinamismo econômico, acentuando a disposição em atrair e concentrar populações, conforme revela Motta (2004, p.138).

A política de infraestrutura realizou o escoamento da produção do norte goiano para as regiões sul-sudeste e ampliou o setor comercial e de serviços. O que pode ser relacionado ao aumento populacional de Anápolis, que na década de 1950 possuía 18.350 (dezoito mil, trezentos e cinquenta) habitantes (BRITO, 2007).

Evidencia-se assim um rápido processo de urbanização da cidade de Anápolis,

Acompanhando a euforia econômica nacional de (1950-1970), o surgimento de Brasília, o crescimento de Goiânia e a implantação da Belém-Brasília, acontecimentos que fizeram girar grandes somas em capital circulante, houve um aumento considerável da população do município (PPA-2000/2003).

No contexto da década de 1960 inicia a história do ensino superior em Anápolis com a instalação da Unievangélica. Esse fato constitui-se em fonte de atração de pessoas ao longo dos anos que buscam formação universitária ou qualificação profissional, conforme PPA (2000/2003). Hoje ela dispõe de colégios, faculdades e pós-graduação, que oferecem atualmente 2.885 (dois mil, oitocentos e oitenta e cinco) vagas distribuídas em 9 (nove) cursos. Desde sua criação tem se projetado como uma instituição que muito contribuiu para o crescimento econômico e populacional de Anápolis.

Na década de 1970, outro fato que provocou mudanças na dinâmica demográfica da cidade de Anápolis foi a instalação da Base Aérea². A Base Aérea estava dentro dos programas de investimentos em infraestrutura, em lugares estratégicos, dando continuidade ao Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek. Foi implantada em Anápolis em função de sua posição geográfica, que favorece a proteção do país e principalmente a capital Federal.

Segundo Silva (2002), a instalação da Base Aérea tem contribuído para o aumento do fluxo de migração para Anápolis. Ressalta-se então a importância desse fator que, ao longo do contexto histórico, foi muito importante para o crescimento demográfico e para a estrutura material da cidade

² Na atualidade a unidade militar de Anápolis atende aos requisitos do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta), com rede de meios eletrônicos e detecção capaz de rastrear e identificar as aeronaves que sobrevoam o território brasileiro. A Base Aérea de Anápolis abriga o complexo operacional do Sistema de Vigilância da Amazônia e Sistema de Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam), embora o Centro de Coordenação Geral se localize em Brasília (PLANO DIRETOR, 2006, p.42).

de Anápolis. Este fato também gerou o crescimento populacional e valorização dos imóveis na cidade (CASTRO, 2004).

Nesta mesma década o DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis foi implantado. Assim, a compreensão da sequência desses elementos é relevante para entender como esse espaço geográfico foi se tornando favorável à instalação desse distrito.

No entanto, segundo Polonial (1997), a cidade já desenvolvia suas primeiras atividades industriais ligadas à transformação de matérias-primas, de origem animal e vegetal, mesmo que de forma ainda incipiente. Na década 1920 a cidade de Anápolis já abastecia todo o Centro-Goiano e tinha sua economia dinamizada também pelo comércio de produtos agrícolas, casas de importação e exportação que monopolizavam o comércio atacadista regional.

A partir da implantação do DAIA, Anápolis se destacou como uma cidade industrial. O município passou a apresentar um perfil industrial superior a média estadual. É importante ressaltar que em 1958 ocorreu a criação da AIA – Associação Industrial de Anápolis – com o objetivo de divulgar as potencialidades do município e atrair empresários interessados na instalação de indústrias na cidade. Em 1968 criou-se o Núcleo Industrial de Anápolis, significando o surgimento de uma base institucional no município, conforme Silva (2002). O DAIA é atualmente o maior pólo industrial no Estado de Goiás. (PLANO DIRETOR, 2006).

Na década de 1990, outro importante empreendimento criado foi a Universidade Estadual de Goiás – UEG³. A instituição veio contribuir para a consolidação de um pólo regional educacional. A cidade de Anápolis conta com uma unidade que atende parte da população, contribuindo com a formação de mão-de-obra superior para atuação nos diversos segmentos econômicos da cidade. O número de vagas ofertadas pela UEG é de 2.740 (dois mil, setecentos e quarenta) distribuídas em 15 (quinze) cursos convencionais e 1 (um) curso de tecnologia. Assim como a Unievangélica, a UEG contribui como fonte de atração populacional em busca de formação universitária. (PPA2000/2003).

Mas a cidade não para com a atração de novos empreendimentos econômicos. Os mais novos que se integram ao DAIA: são eles a Estação Aduaneira Interior (Porto Seco) - EADI - e a Plataforma Logística Multimodal, que foi inaugurada no início desse século e está em fase de construção. A respeito do desenvolvimento das forças produtivas do município de Anápolis, que é o

³A UEG é hoje a oitava maior universidade brasileira e a segunda entre as estaduais do país. Sendo que o primeiro lugar é a USP. Revista Economia & Desenvolvimento n.22 jan./mar. 2006.

industrial, este suscitou o aparecimento de elementos que irão contribuir para o funcionamento de sua economia. A EADI (Porto Seco) e a Plataforma Logística Multimodal serão detalhados a seguir.

1.3 Estação Aduaneira Interior (EADI) ou Porto seco

A Estação Aduaneira Interior (EADI) ou Porto Seco⁴ foi inaugurada no segundo semestre de 1999. A centralidade da cidade de Anápolis, em relação à região Centro-Oeste e ao Brasil e por estar conectada à rede ferroviária nacional, possibilita o embarque e desembarque de cargas movimentadas por linhas férreas, semelhante a um porto marítimo, daí a denominação Porto Seco.

As transações comerciais, realizadas no Porto Seco, são beneficiadas; conta com facilidades como a redução dos custos operacionais na importação, isenção de impostos como o ICMS e o IPI, além de tornar mais rápidas as negociações. Situado no DAIA, possui infraestrutura, área de 109.707,97m² e várias opções de transporte.

Além da via férrea, a cidade conta com 3 (três) rodovias federais que se interligam em Anápolis – BR 060, 153 e 414 – formando juntamente com as ferrovias (a Centro-Atlântica, em operação, e a Norte-Sul, em implantação) o que se denomina de “Trevo Brasil”. Tal fato concede à Anápolis a conexão com o litoral brasileiro. As cargas que são levadas ao Porto de Santos ficam, em média, 60% mais baratas, aumentando a competitividade dos produtos. (PLANO DIRETOR, 2006).

A tendência é a continuidade da política de investimentos em infra-estrutura para beneficiar determinados espaços. Assim, o atual Governador do Estado, Alcides Rodrigues, inaugurou, no dia 21 (vinte e um) de maio de 2007, a reabilitação asfáltica de trechos de 29 e 42 quilômetros na GO-330, que beneficia o DAIA, ligando Anápolis à GO-010 com o município de Leopoldo de Bulhões. O benefício custou R\$ 3 milhões, recursos do Tesouro Estadual e do Banco Mundial.

⁴ Porto Seco. O Porto Seco ou Estação Aduaneira do Interior (EADI) é responsável pelas operações de exportação e importação de mercadorias licenciadas pela Receita Federal. É uma empresa privada concessionária que realiza a distribuição de mercadorias e bens produzidos em toda a região Centro-Oeste e Norte do país.

A obra é um elo para a integração do Porto Seco de Anápolis com o sistema rodoferroviário de Goiás. Argumenta o Governador Alcides Rodrigues “Vamos reduzir o custo de transporte de mercadorias porque a GO-330 contribui para a ligação de um dos nossos principais pólos industriais ao Triângulo Mineiro e com o restante do País”, conforme Jornal A Hora (22 a 31 mai. 2007).

1.4. Plataforma Logística Multimodal

A inserção da logística no meio empresarial surgiu a partir de 1970. Segundo Benko (1999), ela ocorreu no contexto histórico de crise do capitalismo. Tornou-se necessária a utilização de meios que operacionalizassem os novos paradigmas, propostos pelo novo modelo de acumulação que emergia da acumulação flexível, assunto que será discutido posteriormente. Buscava-se a maior eficiência com a fluidez de operações nos espaços geográficos com o objetivo de “diminuir” dimensões continentais.

Atualmente, os empresários queixam que não há investimentos na logística para assegurar condições adequadas à circulação de mercadorias e riquezas no país, o que dificulta a competitividade das empresas, imposta pela globalização. Tanto o poder público como a iniciativa privada reconhece e justifica que a logística é imprescindível para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois aumenta a rapidez das operações. Sobre esse assunto a Revista Economia & Desenvolvimento (2006, n. 24, p.1) esclarece:

A melhoria da competitividade econômica de Goiás passa, necessariamente, pela modernização e ampliação da logística. Com essa visão, poder público e iniciativa privada somam forças para dotar o Estado de modais integrados de transporte, ligando o Centro-oeste às demais regiões do País e aos principais portos exportadores.

Por isso, a localização estratégica de Goiás no centro do país favorece esses investimentos em logística de transporte. Tem sido uma prática dos governos nos últimos anos os planejamentos territoriais objetivando dar suporte logístico aos pontos luminosos do território. Essa prática atende

aos interesses do capital, dos agentes econômicos hegemônicos, em detrimento da grande maioria da sociedade, como apontado por Becker (1993).

Essas ações promovem uma revalorização dos lugares buscando a eliminação ou minimização das barreiras espaço-temporal, conforme Harvey (1992, p.267):

[...] Aproximando-nos assim do paradoxo central: quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciam de maneiras atrativas ao capital.

Nesse sentido, a escolha de lugares adequados para empreendimentos como a Plataforma Logística Multimodal⁵ requer um procedimento criterioso, e essencial ao processo produtivo.

A infraestrutura de transporte tem sido meta dos governos nos últimos anos. Por meio do Programa Avança Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso focou em obras relacionadas aos transportes. Atualmente o “governo Lula”, por meio do Ministério do Planejamento, viabiliza a realização de projetos infraestruturais denominados “Parcerias Público Privado” (PPP’s), que visam atender a logística de transportes.

Assim, a Plataforma Logística Multimodal de Goiás é a primeira a ser construída no país e constitui uma Parceria Público Privado (PPP). A obra de infraestrutura da primeira etapa foi inaugurada pelo Governador do Estado, Alcides Rodrigues, no dia 21 (vinte e um) de maio de 2007, conta com investimento de R\$ 11 milhões, com sistema de abastecimento de água, instalação de esgoto sanitário, sistema de telefonia, rede de energia elétrica e pavimentações. Para a implantação desse complexo logístico foram investidos R\$ 4,5 milhões na aquisição da área (cerca de 700 hectares), situada ao lado do DAIA. O total do valor da obra foi orçado em R\$ 250 milhões. (Figura 03)

⁵ O projeto de Plataforma Logística Multimodal é baseado sob o conceito de central de inteligência logística, combinando multimodalidade, telemática e otimização de fretes. Por meio do acesso eficiente aos eixos de transportes rodoviário, ferroviário e aeroportuário, permitirá a integração com as principais rotas logísticas nacionais e internacionais (Agenda 21/2006). A concepção de plataforma logística surgiu na França para substituir ineficientes terminais de cargas dispersos nas áreas periféricas das grandes cidades (Revista Economia & Desenvolvimento 2006, n.24, p.4).

Figura 03 – Plataforma Logística Multimodal de Goiás
(Placa de inauguração)



Foto: RIBEIRO, I, A, R. 2007.

O governador Alcides Rodrigues, durante a inauguração, fala da importância da obra:

Inauguramos hoje uma obra que vai mudar nossa logística de recebimento, classificação, armazenamento e distribuição de cargas. Vamos otimizar o uso dos transportes rodoviário, aeroportuário, ferroviário e da telemática para baratear nossos fretes, articulando Goiás a principais rotas logísticas do País. (JORNAL A HORA, 22 a 31 mai. 2007).

Como foi dito pelo Governador, um dos objetivos da Plataforma Logística Multimodal é a redução dos custos de movimentação das cargas, além de oferecer aos clientes uma moderna tecnologia de armazenamento, embalagem, transporte e comercialização.

Os modais aeroviário, ferroviário e rodoviário estarão em operação no mesmo espaço de forma integrada. Contará com um Centro de Transportes Terrestres, os Terminais Aéreos de Cargas, o Terminal Ferroviário de Carga e o Pólo de Serviços e Administração. Assim, o fato da existência de uma atividade econômica em um determinado território polariza outras novas, principalmente se há interesse estatal. Conforme Silva (2002, p.81):

A implantação da Plataforma Logística Multimodal faz parte do Programa de Desenvolvimento de Anápolis e leva em conta a história de entreposto comercial de Anápolis e a infra-estrutura já disponível no Município. O projeto pretende transformar a cidade num sofisticado pólo de logística, de distribuição, armazenamento, comércio e transporte de mercadorias.

O rápido escoamento dos produtos advindos da diversificação dos transportes e os custos reduzidos, de acordo com os discursos desenvolvimentistas, fará da cidade de Anápolis a capital goiana da logística, justificada principalmente por sua posição geográfica.

O porquê da escolha do espaço para a implantação do DAIA, Porto Seco e a Plataforma Logística Multimodal, é justificado pelo fato da cidade de Anápolis estar num entroncamento de importantes logísticas nacionais: os rodoviários, os aeroviários e os ferroviários, sendo a rota principal do agronegócio do país no centro estratégico do continente sul-americano, reafirmando a tese de que a questão espacial é fundamental. Arrais (2005) argumenta a respeito da questão espacial: “Sua posição geográfica foi fator preponderante, especialmente quando pensamos no amplo mercado urbano e nas articulações com o Centro-Sul do País através do ramal da ferrovia Centro-Atlântica”.

A construção da Plataforma Logística Multimodal representa a evidência de que a logística insere-se no contexto da economia globalizada. A Plataforma Logística Multimodal representa o reforço e modernização de sua condição histórica de entreposto comercial (PPA 200/2003). A logística assume papel importantíssimo de promover a circulação de pessoas, mercadorias, reduzindo custos e o tempo, ampliando a competitividade econômica. Para a logística, a questão espacial é preponderante, no caso de Anápolis a sua centralidade é fator positivo.

1.5 Breves formulações teóricas sobre o espaço industrial

Com base em estudos relacionados à cidade de Anápolis, percebe-se que a sua conjuntura econômica é resultado de inúmeras e profundas mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Dessa maneira, a historicidade do espaço é um eixo fundamental para a compreensão da realidade atual. Nos espaços “... amadurecem as inovações de ontem e chegam outras, próprias do período, para criar novos arranjos, com a resistência e a cooperação das rugosidades⁶ do lugar” (SANTOS 2002, p.119).

A cidade de Anápolis já se constituía em um local dinâmico desde o início, porque os tropeiros faziam a ligação entre as áreas de mineração do Estado de Goiás e o Sudeste e Sul do país.

⁶ “Rugosidades” é o resultado de disposições diversas e sobrepostas de objetos artificiais e naturais e também das relações sociais sobre o território (SANTOS, 1979). Devido à complexidade das formações sócioespaciais, as intencionalidades impostas por distintos agentes não são capazes de simplesmente aniquilar com as formas pré-existentes, passando assim a relacionar-se mutuamente e muitas vezes de maneira sobrepostas.

Dessa forma, Arrais (2005, p.213) afirma que “É como se Anápolis tivesse um destino manifesto, o que justifica o recurso à história para lembrar seu importante papel no “Mato Grosso de Goiás” como entreposto comercial.

No decorrer da história dos espaços, novos elementos são incorporados. Para Anápolis esses fatores, os chamados “nexos modernos”, foram: a estrada de ferro; a capital do Estado, Goiânia, e a capital Federal, Brasília, dentro do projeto da “modernidade”; a Base Aérea, o DAIA, a UEG, a EADI (Porto Seco) e a Plataforma Logística Multimodal, inseridos cada um em contextos específicos tornam-se modernos (SANTOS, 2002).

Ao pensar o conteúdo do espaço é necessário compreender que os elementos anteriores não são superados ou deixados de lado, mas sobrepostos aos novos. Conforme Santos (1996), o espaço ao longo do tempo histórico acumula experiências. Tal consideração aponta para a interação entre o velho e o novo num mesmo espaço.

Algumas rugosidades têm papel importante porque constitui condições para a implantação de novas variáveis, assim sendo, a sociedade não parte do marco zero. Evidencia-se, assim, que o novo combina com o que já existia, assinala Lipietz (1977, p. 22) “Nós diremos que a sociedade recria seu espaço sob a base de um espaço concreto, sempre dado, herdado do passado”.

Portanto, a ação projetada da sociedade no espaço herdado possibilita uma mistura das velhas e das novas formas. Essas ações comungam para a transformação de um espaço – uma localização numa posição estratégica projetada pelos agentes sociais. Esses implementam estratégias necessárias ao processo produtivo promovendo o crescimento econômico do espaço.

Como a vida não dá saltos, o homem percorre caminhos que o levou das cavernas à construção de cidades, chegando ao atual processo de urbanização. Desta forma, para a compreensão do espaço citadino e do arranjo espacial industrial como produto histórico, é preciso estudar a gênese, o funcionamento e a evolução do espaço. Santos (1996) explicita que:

A categoria Formação Econômica e Social parece-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Essa categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio em relação com as forças de onde mais frequentemente lhes provém o impulso.

Através dessa categoria, recomendada por Santos, os geógrafos analisam elementos materiais e imateriais do espaço, que se constituem fundamentais na implantação, produção ou manutenção da atividade industrial numa determinada cidade. Porém adverte-nos Benko (1996, p.132) quanto ao risco de se estabelecer descrições generalizadas ao estudar a teoria de localização

das atividades industriais. Por isso, é preciso levar em conta que há diversidades de casos particulares de localização industrial.

Desta forma, estudos apontam as diferentes formas de organizações dessas atividades como distritos, clusters, pólos e outros. Não é objetivo nosso discuti-los, mas abordar de maneira generalizada as características dos espaços industriais⁷.

Além dos elementos locacionais, é preciso levar em conta que existem outros fatores de atração e consolidação da atividade industrial na cidade, como por exemplo a ação estatal com políticas de investimentos, as ações dos agentes sociais locais, além de outras variáveis.

Assim sendo, ao pensar a implantação de arranjos industriais, num dado espaço, é preciso considerar as singularidades específicas locacionais e que estas estão sujeitas às leis do desenvolvimento histórico/social. Nesse sentido, a reorganização do espaço, pela sociedade, parte de funções pré-existentes definindo outras novas funções. Assim argumenta Gomes (1991, p.115):

Também o conteúdo do espaço desempenha o papel central e a forma de se preservar em sua especificidade há que corresponder ao seu conteúdo, tendo em vista que a paisagem é, em cada momento histórico, a resultante de produções acumulativas espaciais sucessivas que houve no marco do território produtivo.

As cidades geralmente possuem funções específicas e pré-existentes à industrialização. Comenta Lefebvre (1991, p.7) que a cidade possui um papel facilitador de concentração de bens, de produção, num mesmo espaço: ferramentas, matérias-primas, mão-de-obra e tantos outros. Ao tratar desse assunto o autor também expõe que:

Nenhuma lei é inteiramente geral e absoluta. Essa implantação das indústrias, inicialmente esporádicas e dispersas, depende de múltiplas circunstâncias locais, regionais, nacionais. [...] A indústria nascente se instala perto das fontes de energia (rios, florestas, depois carvão), meio de transportes (rios e canais, depois estrada de ferro), de matérias-primas (minerais) de reserva de mão-de-obra (o artesanato camponês) os tecelões e ferreiros fornecem uma mão-de-obra já qualificada (LEFEBVRE, 1991).

Esses fatores locacionais clássicos não perdem a sua relevância, como já foi dito anteriormente, eles, na maioria das vezes, podem ser pré-requisitos para a implantação de novas indústrias. Por isso, mesmo com o surgimento de novos espaços industriais as velhas áreas industriais, como as do nordeste estadunidense, o Vale do Rhur na Alemanha e a metrópole paulista, não podem ser esquecidas (SILVA, 2002).

⁷ Segundo os estudos de Castro (2004), o termo mais indicado para o DAIA é centro industrial em função de suas características gerais. E clusters especificamente para o pólo farmacológico.

Na atualidade esses fatores não podem ser desconsiderados, porém surge uma nova lógica para a localização industrial, e a esse respeito Pereira (2005) afirma:

Com a expansão dos sistemas de objetos voltados a dotar o território de fluidez, os fatores locacionais clássicos são redimensionados, e ocorre verdadeira dispersão espacial da produção, com o acirramento da divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, a resultar em diferentes arranjos produtivos.

Assim, Castells (1999, p.476) cita alguns exemplos dessas mudanças que ocorreram ao longo da década de 1980, com relação à implantação desses novos arranjos industriais. O autor argumenta da seguinte forma “O advento da indústria de alta tecnologia, ou seja, a indústria com base na microeletrônica, e assistida por computadores, introduziu uma nova lógica de localização industrial”.

Com a nova dinâmica espacial, as conexões de telecomunicações e transportes assumem papel importantíssimo no processo produtivo. Esse fato pode diminuir a importância da cidade como fornecedora de matéria-prima na medida em que os meios de transportes eficientes assumem papel importante no processo produtivo.

Assim, os processos produtivos, que ocorrem de formas dispersas, podem ser agrupados por uma rede de telecomunicações, transportes e outros, gerando uma articulação da dinâmica local, regional e global. Ou se agrupados podem ser dispersos pelo mesmo mecanismo de forma a atender aos interesses da acumulação do capital.

Mesmo ocorrendo uma nova dinâmica, com o advento do desenvolvimento da comunicação eletrônica, dos sistemas de informação, Castells (1999, p.482) afirma que “O novo espaço industrial não representa o fim das velhas áreas metropolitanas já estabelecidas e o início de novas regiões caracterizadas por alta tecnologia”. O que ocorre é a mudança do conceito de localização industrial de fábricas para fluxos industriais baseados em redes.

Evidencia-se, então, que algumas cidades possuem funções específicas e pré-existentes necessárias à industrialização. Nesse ponto, Castells (1999, p.503) explicita que “Em alguns casos, os locais [...] tornam-se nós centrais por causa da especificidade histórica que acabou centrando uma rede determinada em torno de uma localidade específica”. Algumas cidades tornam-se nós por conta do papel de pólo desempenhado na região⁸. Esclarece ainda que as áreas preferidas para a

⁸ Os investimentos em malha rodoviária promovem o destaque de cidades que se tornam nó. A esse respeito ver Lobato (1989).

localização das atividades da tecnologia da informação são historicamente as zonas industriais, destaca como exceção o Vale do Silício nos EUA.

Com base no item anterior, tentou-se fazer uma leitura histórica da cidade de Anápolis através de vários elementos (materiais e imateriais), na construção e reconstrução desse espaço geográfico, que pode ter se tornando um nó central; uma localização que se tornou uma posição estratégica planejada pelo Estado e pelos agentes sociais ao longo dos anos.

A escolha da cidade de Anápolis para sediar a Plataforma Logística Multimodal levou em conta a história e a posição geográfica da cidade, que historicamente foi considerada um entreposto comercial; isso somados às infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e aéreas, já implantadas durante a evolução do espaço da cidade. A totalidade desses aspectos foi importante para atrair a instalação da Plataforma Logística Multimodal.

Os fatos físicos e sociais não estão dissociados. De acordo com Pereira (2005, p.67), os elementos locacionais de atração industrial não podem ser vistos separadamente, contudo, a ação conjunta desses elementos é a razão determinante para o destaque dos lugares. Tornam-se atraentes às indústrias que buscam novas territorialidades como, por exemplo, as cidades médias⁹, que podem oferecer facilidades como incentivos fiscais, transportes, matéria-prima, mercado consumidor, além de mão-de-obra barata.

Nestes aspectos levanta-se à importância que as cidades médias desempenham como espaços propícios à implantação industrial. Esses empreendimentos econômicos optam por essas cidades com vistas aos retornos crescentes em função das vantagens locacionais (mão-de-obra, menor tempo de deslocamento do trabalhador, terrenos mais barato, logística de transportes, matéria-prima, infraestrutura básica, e outros).

Além desses elementos, a inserção de Anápolis no contexto das cidades médias brasileiras caracteriza a sua integração socioeconômica com várias cidades. De acordo com a definição de Pontes (2006, p.334):

Portanto, a cidade média seria um centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia, bem com o mundo globalizado, constituindo com este uma nova rede geográfica superposta à que regularmente mantém com suas esferas de influência. Esta segunda rede à que nos reportamos diz respeito ao sistema de relações realizadas sob o território com áreas

⁹ O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) traz como política governamental a temática desconcentração e interiorização das atividades econômicas do país como estratégia para o equilíbrio das desigualdades regionais. Nesse contexto inserem-se as cidades médias.

rurais ou outras cidades próximas ou mais distantes sobre as quais ela exerce uma condição de comando.

Adota-se, principalmente, a condição da cidade de Anápolis como um suporte de atividades econômicas para os demais municípios goianos para incluí-la no contexto das cidades médias brasileiras. Conforme estudos do IPEA/IBGE, Anápolis classifica-se como sendo de porte médio em função de sua demografia, estrutura ocupacional e importância econômica.

Consideram-se as interações que a cidade de Anápolis mantém com a rede de cidades brasileiras, com a implantação de serviços de transportes, logísticas, comunicação, de informação, de educação; somando-se os “nexos modernos” a Base Aérea, o próprio DAIA, o Pólo educacional em consolidação, o Porto Seco, a Plataforma Logística Multimodal e outros.

No próximo item, através de indicadores sociais, será apresentada uma avaliação socioeconômica do município. É importante refletir sobre esses aspectos sem a pretensão de esgotá-los.

1.6 Relação urbanização, trabalho e educação

1.6.1 Do crescimento da cidade

A população atual da cidade de Anápolis é 313.412 (trezentos e treze mil, quatrocentos e doze) habitantes, número estimado em 2005 pelo IBGE. Anápolis é o terceiro município do Estado de Goiás em termos demográficos, apresenta elevada taxa de urbanização. A população residente em área urbana é de 98,7%, e 1,3% em zona rural; esse quadro demográfico pode ser explicado principalmente pelo contexto nacional a partir da década de 1960, com a aceleração do êxodo rural.

A dimensão do crescimento populacional do Estado de Goiás, apresentando a elevada taxa de crescimento de 4,9%, pode ser relacionada a vários fatores, dentre eles a construção da nova capital Federal, Brasília, a queda da mortalidade e os investimentos nos setores industriais. Segundo Silva (2002), a partir dos anos de 1950 a população goiana multiplicou-se por 6 (seis) em permanente processo de urbanização.

Os investimentos realizados na industrialização, principalmente pelo governo de Kubitschek, deterioraram ainda mais as relações de produção econômica agrário-exportador, um dos elementos que influenciou na aceleração do processo de urbanização de toda a região Centro-Oeste. Nas décadas seguintes, a região Centro-Oeste teve um aumento populacional acima da média nacional, o que é demonstrado no Quadro 01.

Quadro 01 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Taxa de Crescimento Anual.

Especificação	Taxa de Crescimento Anual		
	1980/1991	1991/2000	1980/2000
Goiás	2,33	2,45	2,38
Centro-Oeste	3,01	2,35	2,71
Brasil	1,93	1,61	1,79

Fonte: SEPLAN/SEPIN 2001

As transformações no sistema econômico, implementadas pelo governo de Kubitschek, atingiram a estrutura social brasileira, na qual a hegemonia cultural da cidade se sobressaiu ao rural. Assim sendo, as cidades passam a receber grande número de migrantes, o que gerou, conseqüentemente, o aumento da demanda por serviços oferecidos.

O paradigma da urbanização nacional intensificou a partir da década de 1970, esse fato refletiu na cidade de Anápolis. Desta forma, o Estado de Goiás, no ano de 1999, apresentou taxa de urbanização de 86,8, inferior a Anápolis, 92,3. Hoje a taxa de população urbana é de 98,7%, conforme foi apontado.

A cidade de Anápolis possui, historicamente, a sua localização geográfica como um fator de destaque. Associado ao dinamismo econômico, foi responsável pelo atual quadro demográfico que, ao longo do tempo, atraiu pessoas. Anápolis se consolidou como um centro de importância regional pólo atacadista, pólo industrial (FREITAS, 2004). Essas características econômicas passam a ser consideradas um atrativo aos migrantes.

Assim sendo, a evolução do seu crescimento populacional, apresentado entre 1970/80, pode ser interpretado pela dinâmica econômica voltada para a indústria (PLANO DIRETOR, 2006). A cidade exerceu importante papel de pólo econômico e de atração de fluxos migratórios

provenientes de vários lugares do país. Esse é o contexto da desconcentração industrial da região sudeste do país rumo às cidades médias, que será detalhado no próximo capítulo. “Nesse período, a cidade já se evidenciava como centro industrial emergente, atividade bastante absorvedora de mão-de-obra” (PPA-2000/2003).

A respeito do aumento da população em aglomerações urbanas, de modo geral, expõe Motta (2004, p. 127):

O processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou grande diversidade e heterogeneidade no território nacional. Destacam-se, entre outros aspectos, a interiorização do fenômeno urbano, a urbanização das áreas de fronteira econômica, o crescimento das cidades médias, o aumento da periferização dos centros urbanos, bem como a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitana. Tais manifestações do processo de urbanização resultam em parte da reestruturação econômica em curso no país, cujos impactos geraram novos padrões, sobretudo na estrutura do emprego e na dinâmica migratória.

Essa alteração demográfica pode ser interpretada pela instalação do DAIA, que foi implantado no ano de 1976. O processo industrial provoca uma mudança significativa no lugar, alterando o seu contingente demográfico. Pereira (2005, p.165) defende que:

A dinâmica migratória é mais uma entre tantos fenômenos erguidos pelo processo industrial, confirmação de que o espaço da indústria acumula crescentes vantagens em relação às áreas desfavorecidas do ponto de vista econômico. No entanto, apesar de gerar maior demanda por força de trabalho, a dinâmica do capital industrial impossibilita a uma parcela dos migrantes a inserção no mercado urbano assalariado (ou permite sua absorção sem a aquisição dos benefícios sociais ligados ao emprego legalizado).

O fluxo migratório rumo à cidade de Anápolis é originado tanto do seu meio rural como de outros municípios do Estado de Goiás e de outros Estados da Federação. Este fato tem gerado problemas à cidade, uma vez que a demanda de empregos formais não é suficiente para atender a procura, aumentando a informalidade¹⁰, bem como o aumento das periferias empobrecidas (PLANO DIRETOR, 2006, p.87).

¹⁰ Para obter mais informações em relação desemprego/ informalidade na cidade de Anápolis ver em Silva (2002) e Montessoro (2006).

Houve um aumento de bairros¹¹ que se formaram sem possuir infraestrutura adequada, em contradição aos grandes investimentos em infraestrutura para atender as logísticas das grandes empresas que se instalaram no DAIA. Como pode ser observado na figura 04, é um exemplo de moradia precária e está a menos de 100 metros da montadora Hyundai, que recebeu para a sua implantação adequada infraestrutura. (Figura 04)

Figura 04 – Bairro Munir Calixto (Bairro industrial enfrente a Hyundai)



Foto: RIBEIRO, I, A, R. 2007.

Em Anápolis o antagonismo está presente. Brito (2007, p.116) afirma que:

Aos moradores com menor rendimento fica a opção dos conjuntos habitacionais, geralmente localizados em áreas periféricas, os bairros operários com insuficiência ou mesmo com ausência de infraestrutura, as invasões e as áreas periféricas onde abundam as autoconstruções.

Os elementos apresentados visaram apenas delinear o perfil da alta urbanização de Anápolis, o que não tem diferenciado em relação ao país como um todo. Não tivemos a pretensão de exaurir a temática, reconhece-se, no entanto, a sua relevância para esse trabalho.

¹¹ O resultado da ocupação urbana de Anápolis é uma malha espraiada com uma baixa densidade, resultando um serviço precário de abastecimento de infraestrutura e serviços urbanos para a maioria da população. (BRITO, 2007)

1.6.2 Cidade industrial e o desemprego

O crescimento industrial numa cidade nem sempre significa que ela absorverá toda a mão-de-obra disponível e que haverá distribuição de renda. De acordo com a Secretaria de Planejamento, há 732 (setecentos e trinta e dois) indústrias no município de Anápolis que são responsáveis pela geração apenas de 30% dos empregos formais. A vocação industrial da cidade contribuiu para aceleração da urbanização como apresentado anteriormente.

Contraditoriamente, não oferece uma boa quantidade de empregos para atender parte da população, e outras vantagens visando uma redução dos problemas sociais. Em relação a geração de empregos pelas indústrias Santos (2003, p.174) afirma que “... as atividades terciárias assumem uma maior importância dentro do sistema urbano porque a indústria moderna é incapaz de oferecer empregos suficientes”.¹²

Em Anápolis, embora o setor de prestação de serviços seja pouco significativo, representando apenas 2,38% do ICMS arrecadado, é o setor, juntamente com o comércio, responsável pela maior fatia de empregos (BRITO, 2007).

As discussões a respeito das substituições de trabalhadores por máquinas intensificam-se a partir da segunda metade do século XX, alcançando algumas das atividades econômicas, principalmente os setores secundário e terciário. A revolução industrial introduziu novos processos de produção, derivados da eletrônica (telecomunicações, informática, robótica), atingindo o mercado de trabalho com o desemprego tecnológico.

No entanto, Castells (1999, p.278) argumenta que a microeletrônica substituiu alguns empregos em alguns tipos de indústrias. Mas, por outro, ela também contribuiu para a geração de empregos, bem como modifica as características desse emprego. O autor nos adverte que “... embora haja uma tendência comum na evolução da estrutura do emprego, típica das sociedades informacionais, também existe uma variação histórica de modelos de mercado de trabalho segundo as instituições, a cultura e os ambientes políticos específicos”.

Assim, o autor apresenta outras conclusões a respeito das novas tecnologias sobre o trabalho. Em estudos da economia do Japão observou-se que a introdução das tecnologias não

¹² Em se tratando do DAIA, as indústrias empregam menos em função dos avanços tecnológicos, conforme pesquisas empreendidas junto as suas indústrias. Discussão que será melhor detalhada no capítulo II.

reduziu a força de trabalho. Por isso, há necessidade de avaliar particularidades. Os temores em relação a automação e ao emprego devem ser vistos com um certo relativismo (CASTELLS,1999).

O fato é que transformações econômicas e sociais ocorreram nas relações de produção. Influenciou principalmente o processo de industrialização num movimento contínuo refletindo nas relações de trabalho. Há uma reestruturação produtiva gradual. Deste modo, a divisão de tarefas, nos moldes de Smith (1776), revolucionou a era das indústrias em seu contexto. Foi aperfeiçoada por Taylor, que deu sequência em sua essência. Ao passar por transformações, a divisão de tarefas foi considerada mais pragmática e conduzia a um maior aumento da produção industrial pelo controle da força de trabalho, pelo ritmo exigido do trabalhador.

A linha de montagem do Taylorismo e a produção em massa do Fordismo, articuladas, implementaram a reestruturação no sistema produtivo capitalista. O Fordismo impôs mudanças não apenas na organização econômica, mas cultural. No chão da fábrica o trabalhador era mantido na mesma função até que se tornasse um perito. A repetição e fragmentação era uma característica marcante do processo de produção, a eficiência do trabalhador era medida pela quantidade produzida (KUMAR, 1997).

A rigidez operacional (gerência, administração e execução) e suas contradições internas denotaram o início de falência desse modelo. Assim, as imposições tecnológicas do processo produtivo passam a ter como critério de eficiência o controle de qualidade e não mais a produção em série. O consumidor não aceita mais os produtos massificados da fábrica fordista.

O que leva a demandar um trabalhador mais preparado, capaz de dar respostas rápidas ao processo produtivo tecnológico, exigindo um novo perfil profissional: mais qualificado e multifuncional para atuar em várias funções na linha de produção e com capacidade de exercer atividades intelectuais. O trabalho passa a ser executado de forma coletiva, realizado em “ilhas de produção”; com a reunificação das tarefas antes fragmentadas.

O “modelo econômico” Taylorista/Fordismo em algumas situações se torna obsoleto, mescla-se com novas características da acumulação flexível, impulsionado pelas novas tecnologias do setor produtivo e mudanças do terciário. Essas características começam a influenciar o padrão de acumulação e o mercado de trabalho brasileiro como um todo, a partir dos anos de 1980 (ANTUNES, 2005 p.236).

O paradigma de produção flexível impõe mudanças gerais, como o controle de qualidade dos produtos, de serviços e as exigências tecnológicas do processo produtivo controlado pela demanda (*just in time*). Benko (1996) classifica a flexibilização em: a) Organização do processo de

trabalho, b) mobilidade dos trabalhadores (externa e interna), c) princípio da formação do salário, d) utilização da renda salarial, e) hierarquias das qualificações. Essas mudanças, como por consequência, repercutem nas qualificações técnicas do trabalhador, principalmente do setor produtivo, foco desse trabalho.

O mercado de trabalho transcorre em uma nova organização, baseada no sistema Toyotista, que exige um profissional polivalente e mais voltado para a aprendizagem contínua. As mudanças desse paradigma envolvem toda a dinâmica econômica, levando as dispersões dos sistemas produtivos, às mudanças nas ciências e nas tecnologias, na circulação de informações, no modo de vida das pessoas como o consumidor, sobretudo no mundo do trabalho. A partir dessas mutações, Harvey (1992, p.140) caracteriza a acumulação flexível:

Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém industrializados).

As mudanças que ocorreram na economia global perpassam também a cidade de Anápolis, que é o objeto de estudo desse trabalho. Isso pode ser constatado fazendo a correlação da cidade industrial com os problemas sociais, dentre eles o desemprego. Estudos realizados apresentam a baixa qualificação profissional dos anapolinos e o reduzido número de empregos como uma problemática na cidade (PLANO DIRETOR 2006).

Em relação ao DAIA, suas tecnologias exigem um trabalhador mais preparado para atuar nas indústrias, assunto que será tratado no capítulo II. A indústria moderna em geral emprega menos, em função dos avanços tecnológicos, e os reduzidos postos que restam exigem a atuação humana, tem como pré-requisito a qualificação profissional. Confirma nesse caso que a automação industrial é um dos responsáveis pela queda do emprego e mudanças gerais no mundo do trabalho.

Como destacado, o mercado de trabalho, em geral, passa por mutações em função desse modelo de acumulação flexível. Cria-se um excedente de mão-de-obra em razão dos avanços tecnológicos. Segundo Kumar (1997, p.34),

Na indústria de transformação, máquinas numericamente controladas por computador já estão substituindo “parte do trabalho mais qualificado e gratificante

no chão da fábrica, tais como a perfuração de precisão, fresagem, torneamento e tarefas altamente especializadas de oficina”.

E, por conseguinte, exige um trabalhador mais qualificado, com maiores conhecimentos em função de novas ocupações que foram criadas pela tecnologia. Esse requisito profissional passa a ser solicitado pelo mercado de trabalho. A respeito desse assunto o gerente da Educação Profissional do Senai apresenta a problemática argumentando que “a rápida modernização e inovação da atividade nem sempre é acompanhada no mesmo ritmo da formação da mão-de-obra”.

13

A falta de qualificação profissional para ele é tida como responsável pelo desemprego. Não se discute, na matéria, que as indústrias empregam menos, mas o gargalo da indústria goiana que é a falta de mão-de-obra qualificada. Por outro lado, a alta taxa de urbanização constitui-se em problema para as cidades, pois o mercado de trabalho industrial não absorve parcela significativa da mão-de-obra disponível, no entanto, contribuiu para a atração populacional.

O questionamento que se levanta é: Se os trabalhadores se qualificarem haverá oportunidades de empregos para todos? No mercado competitivo não há espaços para todos. No entanto, no discurso, a escola passa a ser concebida como uma instância integradora do sujeito ao mercado de trabalho. Para Gentili (2002), a promessa de empregabilidade não significa garantia de emprego ou de integração social, mesmo que o trabalhador tenha investido em sua competitividade. Retomaremos esse assunto no capítulo III. Conforme o Quadro 2, ocorreu diminuição na oferta de empregos formais na cidade Anápolis.

Quadro 02 - Movimentação dos empregados e desempregados – Município de Anápolis – 2000/2004

Movimentação	2000			2001			2002		
	Qtd	%	UF	Qtd	%	UF	Qtd	%	UF
Admissões									
Desligamentos	19.257	7,35	265.797	19.970	6,8	292.087	18.281	6,12	298.605
Var.Absoluta	5.709	6,44	243.807	19.436	7,2	270.706	16.997	6,08	279.342
Var. Relativa	11,53		4,83	1,44		4,27	3,41		3,8

Movimentação	2003			2004		
	Qtd	%	UF	Qtd	%	UF
Admissões						
Desligamentos	17.946	5,96	301.347	19.586	5,65	346.598
Var.Absoluta	17.321	6,17	280.568	17.166	5,55	309,345
Var. Relativa	1,61		3,73	5,98		6,3

Fonte: CAGED-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Ministério do Trabalho e Emprego – Delegacia Regional do Trabalho em Goiás – Subdelegacia do Trabalho de Anápolis.

¹³ Manoel Pereira da Costa em entrevista para o jornal O Popular em 08 nov. 2007.

Optou-se por finalizar esse item a partir da apresentação do mercado de trabalho da cidade de Anápolis. As informações foram extraídas do noticiário do jornal “Estado de Goiás”. A temática jornalística foi “Cidade industrial e desemprego no ano de centenário da cidade”. Sobre o mercado de trabalho anapolino destacam-se as seguintes notícias, ao mesmo tempo em que se realizam algumas observações relativas ao seu conteúdo:

“Especial 100 anos – Atrás de um posto de trabalho.

Mudam as idades, as qualificações e as pretensões salariais, mas a rotina de quem busca uma recolocação é a mesma; a dificuldade também”.

A autora da matéria desta reportagem tece críticas à cidade que completa seu centenário esse ano. Passou o tempo, no entanto as dificuldades de uma colocação no posto de trabalho na cidade continuam as mesmas. Ela justifica que a problemática desse mercado é uma característica nacional, mas destaca a expansão econômica da cidade como um atrativo de reserva de mão-de-obra. Segue a matéria:

“... o mercado de trabalho local tem seus desafios. O trabalhador sofre com a falta de qualificação profissional e muitas vezes com a ausência de oportunidades de formação intelectual e humanística. Em contrapartida, o empresariado está cada vez mais exigente, e ao se deparar com a ausência de qualificação exporta profissionais de Goiânia, Brasília e até mesmo de São Paulo”.

Este ponto da matéria defende a tese de que a cidade não possui mão-de-obra qualificada e na sua ausência a mesma é substituída por pessoas de outras cidades. Segue a matéria com vários depoimentos de pessoas desempregadas na cidade:

“Aos 47 anos, José Chaveiro conta que perdeu o emprego de motorista de caminhão há oito meses e que já ‘não sabe quantas vezes foi ao SINE em busca de vagas’ ”.

A reportagem relata o desempregado que sofre discriminações por conta de sua idade, o mercado de trabalho dá preferência por motoristas mais jovens.

“Marcilio Santos, 36, é outro profissional que também está descrente com o mercado de trabalho de Anápolis. Está desempregado há um mês e possui curso de confeitaria”.

Na reportagem o empregado reclama da “mentalidade dos empregadores do município”. Segundo ele, o trabalhador tem que se submeter às regras próprias das empresas e aceitar a baixa remuneração para se manter na empresa. “Em diferentes categorias profissionais têm que trabalhar com os salários abaixo do salário da categoria”. E diz que deve se mudar para Brasília ou São Paulo, locais de melhor remuneração.

Por último, a reportagem a seguir apresenta o depoimento de Vanilda Maria Silva, ex-funcionária de uma indústria do DAIA.

“Vanilda Maria Silva aponta a discriminação no mercado de trabalho como um desafio. Ela relata que trabalhou em uma indústria do DAIA, em que exercia a mesma atividade que os homens, no entanto seu salário era inferior”.

No depoimento desta reportagem fica claro o quanto o mercado de trabalho discrimina as trabalhadoras que, apesar de exercer a mesma função de um homem, recebe um salário inferior. Ela relata na matéria que a justificativa dos empresários em pagar melhor os profissionais do sexo masculino se deve por ser os mantenedores da casa. Outro fato interessante é que ela migrou da cidade de Itapuranga/GO em busca de melhores oportunidades de trabalho para custear o curso de Letras, apostando na qualificação como ascensão profissional, confessa que às vezes fica pessimista. Isso porque possui amigos que, mesmo com curso superior e pós-graduação, continuam desempregados ou mal remunerados na cidade de Anápolis.

Para concluir, nessa matéria é apontada a realidade do mercado de trabalho nos meses de janeiro e fevereiro de 2007, com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse período foi a construção civil que mais empregou na cidade, um total de 271 (duzentos e setenta e um) admissões, sendo que o comércio varejista ficou em segundo lugar contratando 263 (duzentos e sessenta e três) vendedores. De maneira geral, as contratações na cidade de Anápolis foram:

Alimentador de linha de escritório.....	24
Auxiliar de escritório.....	180
Faxineiro.....	132
Agente de trânsito.....	120
Auxiliar de produção farmacêutica.....	112
Repositores de mercadoria.....	85
Professores.....	34 Obs.: (<i>Professores de Ensino Superior</i>)

Diante do exposto, com base nas reportagens, conclui-se que em Anápolis não há oportunidade de empregos para todos. A cidade não oferece oportunidade de qualificação profissional, contraditoriamente os empresários estão mais exigentes quanto a contratação de trabalhador. Outro fato que pode ocorrer é o não “casamento” entre oferta de vagas e a mão-de-obra disponível, exemplo: no caso do trabalhador qualificado em panificação. A exclusão do trabalhador com mais de 45 (quarenta e cinco) anos e a exploração da mão-de-obra feminina em detrimento da masculina são elementos destacados na reportagem.

Todos esses apontamentos constituem o cenário do mercado de trabalho da cidade de Anápolis. Pode-se considerar que a cidade possui um mercado de trabalho que não consegue atender à procura por emprego, em contradição tem uma economia em plena expansão. A seguir tece breves considerações sobre o setor informal da economia.

1.6.3 Informalidade e desemprego

O tratamento dado a relação cidade industrial e desemprego levam-nos a tecer algumas considerações acerca do trabalho informal. O termo informalidade aqui é inserido no sentido da dualidade entre o setor formal e o informal, e não quanto às atividades ilícitas. Sabe-se que o comércio informal era uma prática que tem sua origem nas cidades da Antiguidade. Porém, nesse trabalho a relação formal e informal abrange a esfera do desemprego atual, que ocorre em função de mudanças econômicas gerais em todo o país.

Na transição do sistema Taylorista/Fordista para a acumulação flexível houve reestruturações tecnológicas capitalistas que estão relacionadas ao Toyotismo, como foi mencionado anteriormente. Este explicita a exigência de um novo perfil de trabalhador voltado para a aprendizagem permanente, dita normas de organização na circulação, no consumo e principalmente influi no mercado de trabalho tradicional.

As reestruturações tecnológicas e organizacionais geraram impactos expressivos sobre o mundo do trabalho. O aumento do trabalho informal está associado a esses diversos fatores, dentre eles a exigência de qualificação profissional. Ao trabalhador resta a opção de se adequar à nova realidade, buscando qualificar-se ou fazer parte do setor informal da economia.

Na medida em que a população anapolina não tem acesso ao emprego formal, ou perde seu emprego e não consegue uma nova colocação no mercado de trabalho, se vê obrigada a exercer atividades informais em situação de desamparo legal. Dessa forma, o mercado de trabalho não convencional é considerado perverso devido à perda de conquistas sociais como: aposentadoria, assistência médica, cobertura previdenciária, seguro desemprego, entre outros.

Silva (2002) confirma em pesquisa empreendida na cidade de Anápolis essa realidade. Os trabalhadores se veem numa situação conflituosa, onde os que possuem mão-de-obra qualificada disputam vagas no reduzido mercado de trabalho formal. E os não qualificados ou participam do processo como subempregados de empresas terceirizadas, ou lhe resta o setor informal da economia.

Esse setor informal da economia, segundo Santos (2003, p.126), é “o circuito inferior, consiste de atividades em pequenas escalas e diz especialmente respeito à população pobre”, o que é uma realidade comum não só em Anápolis, mas no país. Nessas ocupações alternativas o trabalhador passa a perceber uma renda inferior como forma de sobreviver, e o mais perverso é a perda dos direitos trabalhistas.

Essa situação se agrava ainda mais com a predominância de jovens na cidade de Anápolis, que acabam formando um excedente de trabalhadores. A metade da população da cidade tem menos de 30 (trinta) anos de idade, o que demonstra o Quadro 3, a seguir. As transformações sócioespaciais na cidade de Anápolis são intensas e não conseguem atender à demanda de migrantes em busca de novas oportunidades de trabalho.

Quadro 03 - População residente em Anápolis - 2000

Total	Grupos de idade – anos							
População 283.395	0 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou +
Valor Absoluto	26.355	26.327	56.311	53.052	40.051	33.583	20.404	21.312
Valor Relativo	9,3%	9,29%	19,87%	18,72%	16,25%	11,85%	7,2%	7,52%

Fonte: Dados populacionais oficiais disponibilizados pelo IBGE. Essa não foi atualizada com os novos dados após a emancipação de Rodrigues Nascimento (Campos Limpos de Goiás) – Plano Diretor 2006.

Conforme o Plano Diretor 2006, estima-se que 80% da população do município de Anápolis, que vive nas invasões, não têm qualificação profissional, sobrevive do trabalho informal sem qualquer vínculo empregatício legal.

Há presença de famílias originárias de outras regiões do país como Norte e Nordeste, que logram no município melhores condições de sobrevivência. Em geral, são pessoas extremamente carentes, sem escolaridade, preparo profissional e constantes problemas de saúde (PLANO DIRETOR, 2006).

O déficit escolar pode levar ao alto índice de trabalho informal nas cidades. De maneira geral, é considerada uma problemática nacional a partir da década 1950. Nesse sentido, o reflexo do movimento populacional rumo às cidades desencadeou problemas sociais. Sobre essa situação, Motta (2004, p.134) assinala que:

Os efeitos da reestruturação produtiva, aliados à queda na oferta de novos postos de trabalho para trabalhadores sem qualificação, aumentam as disparidades sociais e elevam o desemprego, expondo novas questões urbanas ligadas à marginalidade e à falta de segurança. Estas ampliam a agenda dos problemas urbanos, em relação ao passado recente, uma vez que essa nova demanda por emprego e segurança se acresce às tradicionais demandas ligadas à luta por moradia, transportes, infraestrutura urbana e equipamentos sociais.

Ao avaliar o universo populacional em idade ativa na cidade de Anápolis, principalmente porque tem 50% de jovens com menos de 30 anos, percebe-se a necessidade de políticas para a sua inserção no mercado de trabalho; pois para a inclusão no mercado de trabalho o trabalhador precisa estar qualificado para que possa entrar na competição por uma oportunidade no mercado, ainda que restrito.

Diante das mudanças relativas ao mundo do trabalho, como a precarização, desemprego estrutural, informalidade e tantas outras consequências, impõem-se ao trabalhador a urgência de preparação da mão-de-obra. Assim Antunes (2005, p.131) expõe que:

Um bom exemplo ainda mais forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital.

Desta forma, o sistema econômico, com seu dinamismo, aponta a importância de estar preparado para o trabalho. O trabalhador passa a ser responsável pelo seu próprio desemprego.

Assim, o mercado de trabalho cria novos conceitos como empregabilidade, termo que será abordado no capítulo III. São regras ditadas pelo sistema capitalista. Segundo Antunes (2005 p.45):

Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. Foi com esse fim que desenvolveram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas de gestão. [] A recuperação da capacidade de auto-organização manifestada pelos trabalhadores permitiu aos capitalistas superar esse impasse. Um trabalhador que raciocina no ato do trabalho e conhece mais dos processos tecnológicos e econômicos do que os aspectos estritos do seu âmbito é um trabalhador polivalente.

O próprio sistema econômico, com suas mutações, impõe mudanças na concepção de educação. Do “adestramento” do trabalhador, que tanto serviu ao capital e que hoje é obsoleto, não mais atende a seus princípios. Da tarefa única às múltiplas exige-se novo trabalhador, o “polivalente”. O trabalhador “polivalente” é aquele que é capaz de realizar um maior número de operações, substituir outras, aumentando as economias de escala em benefício do capitalismo (ANTUNES, 2005). O conceito de “polivalência” também será abordado no capítulo III.

No próximo item, com base em dados estatísticos, traça-se um diagnóstico do ensino formal da cidade de Anápolis e apresenta-se a realidade do Ensino Fundamental e Médio. Estudos assinalam que o ensino formal é um pré-requisito para a formação profissional, por isso torna-se relevante conhecer essa realidade.

1.6.4 O ensino formal em Anápolis: Um diagnóstico do Plano Diretor 2006

A situação educacional da cidade de Anápolis é de 88.853 (oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e três) alunos matriculados na Educação Básica. Esses alunos estão distribuídos nas escolas públicas estaduais, municipais e na rede privada de ensino.

Desta forma, a rede pública municipal conta com 57 (cinquenta e sete) unidades escolares (1º ao 9º ano do ensino fundamental); 9 (nove) centros de atendimento de Educação infantil (creche e pré-escola) e 1 (um) unidade de apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O número de alunos matriculados no ensino fundamental é de 56.665 (cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco). O preocupante é que a grande quantidade dessas crianças registradas no Ensino Fundamental está acima dos 14 (quatorze) anos.

Destaca-se que é a rede pública, estadual e municipal, sofreu os efeitos da municipalização referentes ao atendimento à Educação infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries. Os dados estatísticos de 2004 registram, por parte do município, uma redução no atendimento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries); por outro lado, a rede pública estadual atendeu menos o Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). Já na rede privada apresentou um aumento de atendimento na ordem de 255,8% no Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª série, enquanto as redes estaduais e municipais passam a reduzir seus atendimentos.

A cidade de Anápolis, em dezembro de 2001, optou pelo sistema próprio de ensino. A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que estabelece o Plano Nacional de Educação planejado sobre 3 (três) eixos: a educação como direito; a educação como instrumento de desenvolvimento econômico e social; e a educação como fator de inclusão social. Essas mudanças objetivam solucionar os problemas educacionais da cidade.

No Ensino Médio, a cidade de Anápolis atende jovens e adultos com idade acima da faixa etária prevista para este nível. Estão matriculados no Ensino Médio 15.872 (quinze mil, oitocentos e setenta e dois) alunos e 244 (duzentos e quarenta e quatro) alunos na educação profissional. Na educação de jovens e adultos os dados do Censo Escolar 2001 registram 4.294 (quatro mil, duzentos e noventa e quatro) matrículas e em 2004 os dados são de 12.043 (doze mil e quarenta e três), representando um aumento de 280,46% de jovens e adultos, conforme o Quadro 4 a seguir.

Quadro 04 -Educação Formal – Atendimento em Anápolis – 2004

Dependência Administrativa	Ensino Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos
	Creche	Pré-escolar	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série			
Estadual	0	0	4.172	15.033	13.553	138	7.478
Municipal	410	319	18.946	6.998	0	596	3.652
Privada	265	2.767	5.971	5.555	2.319	4.76	9.13
TOTAL	675	3.086	29.089	27.576	15.872	1.210	12.043

Fonte: Censo escolar

O Ensino Médio é apontado como um problema no atendimento de alunos em idade escolar acima da faixa etária esperada para o nível. Isso ocorre em virtude de fatores como

reprovação nos primeiros anos de estudo (Ensino Fundamental) e porque um grande número de adultos volta à escola depois de vários anos após concluir o ensino fundamental.

O município de Anápolis atende 15.872 (quinze mil, oitocentos e setenta e dois) alunos no Ensino Médio, estes são distribuídos na Rede Pública Estadual com 13.553 (treze mil, quinhentos e cinquenta e três) matrículas, em 49 (quarenta e nove) unidades, e 2.319 (dois mil, trezentos e dezenove) matrículas em 11 (onze) unidades privadas. Entre 2001/2004, o Ensino Médio apresentou um pequeno aumento de 1,07%, apesar da ampliação da autorização de funcionamento dos estabelecimentos públicos estaduais em várias regiões da cidade. A cidade de Anápolis tem uma população jovem, sendo que metade da mesma tem menos de 30 (trinta) anos de idade, segundo o IBGE. Estima-se que 17% dessa população nunca frequentou a escola, apresentando taxa média de analfabetismo acima da média brasileira, que é de 14,7% pessoas com 15 (quinze anos) ou mais; o que tem gerado o aumento da procura pelo ensino de jovens e adultos (Supletivo Presencial – Ensino Fundamental e Médio). Foram matriculados 4.294 (quatro mil, duzentos e noventa e quatro) alunos no ensino supletivo presencial e 12.043 (doze mil e quarenta e três) no Ensino Fundamental e Médio (PLANO DIRETOR, 2006).

A rede pública municipal atende a 25.934 (vinte e cinco mil, novecentos e trinta e quatro) alunos em 57 (cinquenta e sete) unidades escolares. O grande problema é que faltam escolas em alguns bairros devido a distribuição física desses estabelecimentos, que não está equilibrada¹⁴.

Para concluir o item, encontramos no Plano Diretor Participativo de 2006 uma espacialização da escolaridade da população. O documento apresenta análise e documentos cartográficos elaborados pelo geógrafo Juvair de Freitas. A espacialização ocorreu a partir de dados e base cartográfica por áreas de Expansão de Domicílio (AED's) elaborado pelo IBGE (2000). A partir do cruzamento dessas informações e outras pesquisas foram elaborados vários mapas temáticos por Freitas, que permitem visualizar a realidade educacional de Anápolis.

Anápolis foi dividido em 14 (quatorze) áreas, sendo 13 (treze) urbanas e 1 (um) rural. Para essa análise detalharemos apenas a área AED nº 13 e a AED nº 1, por apresentar realidades educacionais antagônicas.

Nessa espacialização ficou constatada que a AED nº 13, localizada na região sudoeste (área periférica), é a que concentra a maior parte da população da cidade e apresenta menor nível de escolaridade. A taxa de analfabetismo nessa área está em torno de 14,02% a 21,08% da população

¹⁴ Distribuição física de unidades escolares por bairros da cidade de Anápolis não está equilibrada no sentido demanda/oferta (Plano Diretor 2006).

absoluta em idade escolar; embora a taxa média de alfabetização da população supere 90% de forma geral na cidade.

Em contraste, a AED nº 1 (área central) apresenta a mais baixa taxa de analfabetismo, em torno de 3 % da população em idade escolar. A análise desenvolvida pela Área de Expansão de Domicílio (AEDs) verificou que o tempo de escolaridade da população é maior do centro para a periferia.

As AEDs 1 e 2 são as áreas mais centralizadas onde a população alcança mais de 17 (dezesete) anos de escolaridade, “Todavia, ao olhar para as cidades e buscar a espacialização da escolaridade da população, constatamos que os mais pobres são, efetivamente, os que possuem menor tempo de escolarização” (PLANO DIRETOR, 2006, p. 231).

Outros problemas apresentados são a necessidade de reforma, ampliação e construções de novas unidades escolares para que possa atender a demanda da cidade. Na tentativa de solucionar esses problemas a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia desenvolve outro projeto “Anápolis 100% Alfabetizada”, parte de um plano emergencial denominado “Anápolis Viva” que visa chegar ao menor índice de analfabetismo.

Quanto ao Ensino Superior, as diversas instituições estabelecidas em Anápolis fazem da cidade um centro de referência nessa área da educação, sobretudo diante das conquistas de natureza tecnológica, conforme divulga a mídia e Plano diretor (2006). Esse conjunto de instituições universitárias oferece mais de 50 (cinquenta) cursos de graduação e Pós-graduação.

Os parâmetros apresentados levam a concluir que a situação da Educação Básica da cidade está deficitária em algumas áreas da cidade. A seguir será apresentada a economia da cidade em contradição com os problemas sociais.

1.6.5 Economia dinâmica e os problemas sociais

A análise da atual situação econômica de Anápolis não pode ser vista a partir da localização geográfica, como sendo apenas um ponto bem localizado que favoreceu a sua economia. É preciso considerar e conhecer os papéis desempenhados pelos diversos segmentos sociais no processo que culminaram no seu destaque econômico. O Estado tem dado suporte ao processo de industrialização ao longo dos anos no Estado de Goiás. Essa ação foi colocada como

condição para atingir o desenvolvimento econômico e social das cidades. Assunto que será melhor detalhado no próximo capítulo.

Em Anápolis, o Estado, os agentes sociais locais, a mídia somadas às potencialidades do município, contribuíram para a evidência econômica dessa cidade. O debate sobre tais elementos é de fundamental importância para a compreensão dos efeitos na realidade socioeconômica dessa cidade.

À cidade foi incorporado, ao longo de sua história, um discurso de prosperidade de desenvolvimento econômico¹⁵. No que se refere ao papel da mídia e/ou do estado, os dados econômicos são sempre grandiosos e contam com ampla divulgação. Sobre a questão econômica a imprensa escrita, juntamente com a SEPLAN, divulga o realce do município: “Anápolis, principal pólo de desenvolvimento do Estado”. No *ranking* dos municípios goianos 2005, a cidade ficou em primeiro lugar, o PIB (2002) ficou exatamente em R\$ 1.783,6. Ainda divulga que:

Localizada entre a capital do Estado e a Capital federal (Goiânia e Brasília) e no eixo de grande potencial de consumo, dotada de parque industrial com destaque para o segmento farmacêutico e forte comércio atacadista, Anápolis vem reafirmando sua vocação de pólo de desenvolvimento do Estado (SEPLAN, 2005).

Soma-se ao contexto o papel exercido pelos agentes sociais locais. Assim destaca o presidente da Associação Comercial da cidade (Acia), Wilson de Oliveira, “Anápolis tem vocação para atrair investimentos”. A inauguração do DAIA foi resultado de um esforço prolongado e de iniciativas do Núcleo Industrial de Anápolis (FREITAS, 1995).

Considera-se que Anápolis possui adjetivos atrativos: que tem localização estratégica e a tradição de entreposto comercial, por estar num entroncamento de três rodovias; possui boa infraestrutura (meios de transportes e comunicações) possibilitando sua conexão com a lógica capitalista; um pólo educacional de nível superior e técnico em consolidação, e um pólo industrial já consolidado.

Depreende-se das observações feitas acima que Anápolis se destaca entre os municípios goianos com economia altamente competitiva. São elementos que relevam o crescimento econômico do município como já apontados no decorrer do capítulo.

Por outro lado, essa economia também contribuiu com o processo de aceleração da urbanização da cidade. As transformações ocorridas na organização econômica da cidade implicam em um incremento da aceleração da urbanização. Para reafirmar, a partir de 1940 a população

¹⁵ Castro (2004) apresenta alguns codinomes dado à cidade ao longo de sua história. “Anápolis a Manchester Goiana”, “A cidade industrial”, “A capital industrial do Cerrado”, “A capital Econômica do Estado de Goiás”.

urbana começou a crescer num ritmo lento, com a taxa de 2,5%. Esse ritmo é alterado entre a década de 1970 e 1980, cuja taxa de crescimento chegou ao seu ápice que foi de 5,5%, de acordo com o IBGE. Esse período coincide com a implantação do DAIA e da Base Aérea de Anápolis que juntos colaboram para o aumento populacional.

Se a economia dinâmica da cidade se colocou como um mecanismo de atração populacional, essa não reduziu os problemas sociais que chegaram juntos. Contraditoriamente, não conseguiu sanar problemas advindos da alta taxa de urbanização como, por exemplo, o analfabetismo em áreas periféricas da cidade, o desemprego e suas implicações com o setor informal da economia.

Nesse sentido, a situação do ensino formal da cidade, que tem uma alta taxa de analfabetismo na periferia, é uma problemática social. Como mencionado, a população tem procurado pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos) como forma de melhorar a condição educacional. Nesse ponto, a situação educacional é uma variável para a análise do índice de desenvolvimento humano da cidade, que repercutiu consideravelmente na queda do IDH:

A taxa de crescimento do desenvolvimento humano do município de Anápolis (9,3%) foi maior que as taxas médias do Estado de Goiás (8,0%) e do Brasil (7,8%). Contudo, há um fato que serve como um alerta: em 1991, aquele município ostentava o 7º lugar no ranking do IDH-M dos municípios goianos, mas caiu para o 16º lugar no ranking do estado. Quanto ao ranking nacional, Anápolis passou da 767ª posição para a 839ª na classificação de 2000 (AGENDA 21 LOCAL, 2006).

Esses dados estão diretamente ligados à temática dessa pesquisa, mercado de trabalho e formação profissional. O mercado de trabalho, de maneira geral, cada vez mais impõe novas exigências e maior escolaridade. Essas exigências tornam-se uma ameaça ao trabalhador infligido pelas regras do mercado de trabalho. A realidade socioeconômica da cidade apresenta um paradoxo: de um lado uma economia dinâmica, por outro, vários problemas sociais como destacado.

Não se pode perder de vista que na cidade a estratégia discursiva da mídia é alardear o processo de industrialização como sendo a porta para o desenvolvimento, como divulga o jornal O Popular (31 jul. 2006): “DAIA puxa o desenvolvimento”. O contingente populacional, que é atraído em função desse tipo de imaginário, não tarda em gerar problemas na cidade, ao mesmo tempo em que é sua própria vítima. A alta taxa de urbanização tem refletido na demanda por moradia, saúde, educação e mercado de trabalho com maior oferta de empregos.

Em relação à mídia acrescenta-se outra divulgação. A superintendente responsável pelo ensino profissional do Estado de Goiás expõe que: “Para atender à demanda do mercado onde há empregos, mas faltam trabalhadores qualificados em Goiás”¹⁶, haverá promoção de cursos para diversos segmentos. A tese é que o Estado de Goiás recebe grandes empresas que estão gerando riquezas e empregos, mas que por outro lado não há mão-de-obra qualificada para atender a demanda. Segundo a matéria faltam trabalhadores qualificados e sobram postos de trabalho.

Quanto a esse tipo de mensagem oficial, em relação aos grandes benefícios que traz para a expansão capitalista, argumenta Pereira (2005, p.156) que:

Essa explanação, entretanto, precisa ser analisada com cuidado, em virtude de trabalhar com imagens construídas consoantes uma linha ideológica, aquela ansiosa por diminuir obstáculos à implantação do capital hegemônico. Se a indústria é o melhor instrumento para sua realização, ela deve ser defendida a qualquer custo.

O autor expõe e reafirma que a divulgação desse tipo de matéria gera uma tendência de atrair migrantes para o lugar em função da especificidade da economia. É comum a alteração no quadro demográfico a partir da introdução de um imaginário de ampla oportunidade de empregos.

No conjunto soma-se o surgimento de novas instituições de ensino com o objetivo de preparar a mão-de-obra. A cidade foi se tornando uma referência na área de educação técnica e a educação superior, ao mesmo tempo em que vão atraindo novos investimentos industriais em função de sua existência.

O presidente da Caoa Montadora de Veículos Hyundai, implantada em 2006 no DAIA, Dr. Carlos Alberto de Oliveira Andrade, fala dos critérios da vinda da empresa: “Anápolis foi escolhida pelo Grupo CAO A em função da Plataforma Logística, dos centros de formação técnica e universitária e da proximidade com Goiânia e Brasília”.

Nesse sentido, a educação é para as empresas a certeza de aumento de seus lucros, e para o trabalhador uma possibilidade de oportunidade de emprego e, conseqüentemente, melhores rendas. Assim, as transformações que ocorreram e vêm ocorrendo na economia, no mercado de trabalho, transforma a educação em alicerce. Nesse contexto existe a vasta idéia de que a educação é fonte importante do progresso econômico.

Nesse todo entra o aspecto da urgência de formação da mão-de-obra, porque para atuar na indústria exige-se um mínimo de preparação. Portanto, lembra o risco de interferência na

¹⁶ Fátima Waudimir C e Silva em entrevista para a Revista Desenvolvimento & Economia n.25, 2007

demografia de determinada região em função desse tipo de discurso, é evidente e com impactos socioespaciais negativos para a cidade. Argumenta Pereira (2005, p.157):

Assim, uma vez iniciada a industrialização, seus reflexos demográficos não tardam em materializar, sendo a expectativa de boas oportunidades de empregos/renda e a promessa de melhoria nas condições de vida os principais motivos para a atração de relevantes contingentes de pessoas.

Caso não ocorra a preparação de mão-de-obra poderá haver um incremento das atividades informais na cidade, ou seja, intensificar ainda mais o circuito inferior da economia, conforme Santos (2003), assunto já abordado.

O mundo do trabalho atual imprime um ritmo dinâmico e contínuo da formação profissional com constante reciclagem dos conhecimentos, caso contrário, a opção que resta são os postos informais de trabalho. Como reafirma Santos (2003, p. 174):

Desta forma, pode-se afirmar que o crescimento econômico e o desenvolvimento do circuito inferior ocorrem de maneira paralela. Portanto, o crescimento – ou, de toda forma, o crescimento tal como ainda é comumente definido – não aparece como o processo capaz de eliminar a pobreza.

Economia dinâmica e problemas sociais estão postos para algumas cidades brasileiras de maneira geral. Nesse sentido, Castro (2004) argumenta que “Anápolis é assim como qualquer outra cidade, com problemas a serem resolvidos e necessidades a serem superadas, porém, sua participação no crescimento econômico do Estado é inegável”.

Posteriormente, a temática da educação e economia serão retomadas no capítulo III, *Trabalho e educação: perspectivas na formação profissional*. No próximo capítulo será abordado o Distrito Agroindustrial de Anápolis, levando em conta o contexto brasileiro da década de 1970. Cabe destacar que a implantação do DAIA tem como um dos fundamentos a mão-de-obra local.

CAPÍTULO II

A INSERÇÃO DO DAIA NO MERCADO DE TRABALHO

O crescimento do credencialismo – isto é, a exigência de credenciais (qualificações) mais altas para os mesmos empregos – e o conhecido processo da inflação de rótulos de empregos e autopromoção ocupacional podem criar a impressão, inteiramente errônea, de crescimento de uma sociedade mais “cultura”

(KRISHAN KUMAR, 1997)

Este capítulo aborda a intensificação do processo de industrialização de Anápolis a partir da década de 1970. A implantação do DAIA estava dentro do contexto nacional da descentralização industrial brasileira. Apresentam os fatores fundamentais de atração do DAIA como fatores locacionais, incentivos legais e a disponibilidade de mão-de-obra, e outros. Em seguida é destacado esse empreendimento como parte do mercado de trabalho de Anápolis. Tal propósito leva-nos a traçar um perfil do tipo de trabalhador solicitado por suas indústrias de forma geral; a partir de pesquisa empírica, empreendida junto à administração do DAIA e em duas indústrias do pólo farmacológico. A breve análise do tipo de trabalhador de duas indústrias farmacológicas do distrito foi o ponto de partida para a investigação de 2 (dois) cursos profissionalizantes detalhados no capítulo seguinte.

2.1 O contexto econômico de Goiás e o processo de industrialização

No Brasil, a guerra dos lugares pela instalação industrial leva as cidades e regiões à disputa por investimentos empresariais. A partir dos anos de 1970 o país experimentou uma realocação do setor industrial da região Sudeste rumo às cidades que ofereciam facilidades ao capital.

Nesse sentido, a renúncia fiscal do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) foi um dos principais instrumentos de disputa entre os Estados. Somam-se outros fatores que levam as empresas a realizar a desconcentração industrial da região Sudeste, tais como: o elevado preço dos terrenos, a logística de transporte congestionada para a distribuição de matéria-prima e de produtos industrializados, a poluição dos solos, ar e água principalmente para a produção de produtos alimentícios e remédios, e a mão-de-obra engajada nos movimentos sindicais que acarretavam problemas aos empresários.

O fato é que a partir das décadas de 1960/70 instrumentos de incentivos fiscais e fatores infraestruturais implantados contribuíram para atrair essas indústrias, o que levou ao desenvolvimento do setor industrial no Estado de Goiás. Dentre essas vantagens, a mão-de-obra teve como meta multiplicar os rendimentos do capital, que se beneficiou com os baixos salários e com a falta de tradição de lutas trabalhistas comuns no Sudeste, como mencionado anteriormente.

Por isso, não se deve desconsiderar as teorias de localização industrial, pois elementos tecnológicos do lugar, condições de mercado, oferta de mão-de-obra local, viabilidade de transportes, Universidades e Institutos de pesquisas, poder público facilitador, entre outros, são relevantes. Nesse sentido, Benko (1991, p.131) acentua a importância da localização espacial:

O problema da localização das atividades é de primordial importância para um empresário, pois dela dependem os custos da produção. Porém, as coletividades territoriais e o Estado também estão interessadas, visto que têm a seu cargo a distribuição harmoniosa das atividades no espaço.

As concentrações desses arranjos industriais num dado espaço são determinantes para atender à maximização do lucro, demonstrando que a tomada de decisão para a implantação de indústrias requer procedimentos cautelosos, visando sempre interesses do capital.

O termo concentração industrial tem um sentido de processo, criado pela expansão do capitalismo industrial para certas áreas do país, e ainda revela a questão da desconcentração e da descentralização industrial a partir da região Sudeste (MATUSHIMA, 2005).

A teoria da localização espacial, de certo modo, explica a implantação de indústrias em novos espaços geográficos de formas induzidas e criadas pelo capital. Em estudos sobre a temática, Benko (1991) aborda que, nos anos de 1950-60, esses espaços recebiam o nome de Pólos de Desenvolvimento, e a partir de 1970 passam a ter outra denominação, a de Tecnopólos, um centro marcado por concentração industrial de alta tecnologia.

Na realidade brasileira adotou-se a noção de polarização,¹⁷ que é a capacidade que têm determinados espaços por concentrar mais equipamentos e infraestrutura para atrair um maior número de atividades econômicas. Matushima (2005, p.5), com base em Andrade (1977), expõe:

No Brasil, o conceito de pólo foi adotado principalmente nas ações de planejamento regional promovidas pelo Estado, através das teorias sobre “pólo de desenvolvimento”, que eram aglomerações industriais criadas pelo governo federal para promover o desenvolvimento de determinadas regiões, a partir da implantação de algumas indústrias de base (siderurgia, refinarias, indústrias químicas, etc) que, em tese, atrairiam novas empresas ligadas à cadeia produtiva das indústrias de base, criando novos empregos e gerando o tão sonhado desenvolvimento regional.

O perfil da economia brasileira era a concentração do poder econômico e político na região Sudeste. Para mudar essa condição econômica nacional, a iniciativa tomada pelos órgãos de planejamento econômico foi a criação da SUDENE, SUDAM, SUDECO, com o discurso do desenvolvimento das regiões para buscar a redução das desigualdades. Segundo Santos (1999):

Com o Estado de Goiás não foi diferente, pois, acompanhando a tendência do restante do cenário nacional, nas décadas de 60 e 70 teve início um delineamento de estratégias objetivando atingir o “desenvolvimento” industrial, quando a política de industrialização, através do estabelecimento de distritos industriais.

Constata-se que o Estado desempenhou um papel fundamental para direcionar o crescimento das aglomerações industriais, que se dão de forma induzida por agentes promotores que divulgam e argumentam a respeito das vantagens da industrialização. O Estado de Goiás, motivado, adotou uma política para a atração industrial, acompanhando a dinâmica nacional.

A partir dos anos de 1970, a desconcentração da produção industrial impõe uma das manifestações do desdobramento da divisão territorial do trabalho no Brasil (SANTOS, 2002 p.106). Nesse contexto, intensifica-se a política de descentralização industrial no país em busca de novos espaços. Houve muitas campanhas publicitárias para incentivar os empresários a migrarem para outras cidades, saindo do eixo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Nessa conjuntura no país, a ação estatal foi imprescindível para a criação de mecanismos de infra-estrutura de transportes, comunicação, entre outros. Sobre esse assunto explicita Santos (1979, p.15):

¹⁷ Para estudos iniciais de aglomerações industriais ver um dos expoentes, François Perroux (1955).

Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constroem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes, tecnopolos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles, ‘circulam’. É como se também fossem fluxos.

Foi com esses tipos de vantagens oferecidas pelo governo que empresas se instalaram em vários Estados, entre eles o Estado de Goiás. A esse respeito Santos (2002, p.106) expõe: “A produção industrial torna-se mais complexa, estendendo-se, sobretudo, para novas áreas do Sul e para alguns pontos do Centro-oeste, no Nordeste e do Norte (Manaus)”. Neste contexto, especificamente na cidade de Anápolis, surgiu o primeiro distrito industrial do Estado, o DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis.

2.2 O DAIA: os mecanismos legais para implantação

Foi a partir dos anos de 1970 que o Estado de Goiás inicia de forma decisiva o processo de industrialização. A Secretaria de Indústria e Comércio, com o apoio de suas vinculadas Companhia de Distritos Industriais – Goiás industrial e a Empresa de Turismo do Estado de Goiás, realizou a implantação dos Distritos Industriais no Estado.

Foi preponderante a ação do governo goiano com programas para o desenvolvimento de atividades econômicas industriais através do Sistema de Indústria, Comércio e Turismo reestruturando a economia do Estado.

Para a expansão industrial observou-se a potencialidade econômica social das regiões. Foi através de uma política voltada para a industrialização e mudanças no setor de turismo que se iniciaram as alterações na economia goiana.

A partir daí, a participação relativa das atividades industriais na composição da Renda Interna do Estado se torna fator considerável, uma vez que até 1969 sua participação era apenas de 6%, evoluindo a partir de 1970 para 18%. A evolução do produto industrial se deu em ritmo crescente. A Secretaria de Indústria e Comércio mensurou tal fato através do número de estabelecimentos abertos, pela geração de empregos do setor, através do aumento no consumo de energia elétrica e arrecadação de ICM, que tiveram seus índices aumentados.

A evolução do setor secundário foi considerada relevante dentre os setores econômicos, no entanto, ressalta-se que foi o setor terciário que mais cresceu em números absolutos nesse contexto. Essa avaliação é feita com base em sua elevada taxa real média de incremento 13,47% , ou seja, acima do Produto Global 11,65% para o período de 1970/82. O crescimento do setor terciário foi excelente para a renda interna do Estado, passando de 23,8% em 1939 para 60,0% em 1982.

A Secretaria de Indústria e Comércio avaliou esse crescimento do setor terciário no período como um processo natural, uma vez que o Estado de Goiás estava saindo de uma fase eminentemente agrícola para um estágio mercantil.

A ação estatal aqui considerada leva em conta as 3 (três) esferas, agindo de forma articulada para a execução das políticas de industrialização do Estado de Goiás. De acordo com a Secretaria de Indústria e Comércio, criaram órgãos com atribuições específicas para a implantação de leis e decretos incentivadores às atividades industriais, comerciais e de turismo¹⁸. Nesse sentido, a realidade econômica do Estado de Goiás pode ser analisada no Quadro 5, a seguir.

Quadro 05 - Estrutura Setorial da Renda Interna Brasil e Goiás - 1982

Setor	Brasil (%)	Goiás (%)
Primário	11,0	19,5
Secundário	36,0	19,2
Terciário	53,0	61,3

Fonte: FGV, IBGE, IPES – 1982.
SIC – GO BANCO DE DADOS – 1984

A cidade de Anápolis foi a primeira cidade do Estado de Goiás a receber um distrito, o DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis, que recebeu impulsos da Lei 7.700 de 09/73. O objetivo da lei era principalmente fornecer vantagens como incentivos fiscais, financeiros e infraestruturais.

Anápolis, lembrando, se destacou por apresentar vantagens locais, tornando-se atraente à atividade industrial. O discurso era “Em Anápolis aproveitando-se da importância do Município, de sua localização próxima da capital e pela facilidade em se adquirir mão-de-obra, seja qual for o nível de especialização” (SIC-SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO).

A centralidade da cidade de Anápolis, em função de sua localização geográfica na Mesorregião do Centro-Goiano, as legislações, os fatores infraestruturais implantados, excedentes de força de trabalho foram responsáveis pela atração do primeiro distrito agroindustrial.

¹⁸ Ver conjunto de Leis que sustentaram o processo de industrialização em Goiás em Plano Setorial de Trabalho Março 84/Março87.

Portanto, é um conjunto de elementos que torna o lugar atraente. Nota-se que a sua posição geográfica entre as duas capitais, Goiânia e Brasília, respectivamente a capital do Estado e capital Federal, e o fato de ser ponto de interligação de 3 (três) rodovias federais – BRs 060, 153 e 414, aumentam a sua importância no contexto das relações entre as cidades brasileiras. Essas relações entre as cidades são relevantes para a indústria, é considerada por Corrêa (1997) como interações espaciais ou redes geográficas que são intensificadas pela dinâmica que a circulação promove no espaço.

Por isso, a construção da BR-153 nos anos de 1960, a denominada “Belém-Brasília”, representou importante vantagem para o Estado de Goiás. Acelerou a expansão da economia através do acesso, levou a uma maior fluidez de pessoas, mercadorias e redução nos custos dos transportes. Conforme o Plano Diretor (2006, p.42), essa rodovia federal é considerada a principal artéria do desenvolvimento de Goiás; a cidade de Anápolis se constitui em uma rótula da logística do Brasil.

Esse conjunto de transformações e reestruturações espaciais é atribuído principalmente à ação estatal, que ocorreu de forma acelerada e provocou contínuas alterações na estrutura, na dinâmica da região e particularmente em Anápolis.

Nesse sentido, soma-se a inserção do Estado de Goiás nos planejamentos econômicos nacionais de desenvolvimento industrial que acarretaram as condições gerais para a industrialização. Leva-se em conta que há uma interação entre mecanismos de produção, agentes administrativos e formas espaciais específicas (PEREIRA, 2005).

Em síntese, as vantagens locais foram relevantes para a industrialização da cidade de Anápolis, somadas à ação estatal que impulsionou esse processo, principalmente por causa da mão-de-obra disponível, da infraestrutura implantada no município, criando condições de fluidez, além dos incentivos fiscais, exigências necessárias à competitividade das empresas. Em relação às vantagens dos lugares, Santos (1996, p. 197) assinala:

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral).

A contribuição positiva da logística, os incentivos governamentais, a qualidade de vida do município, grande quantidade de mão-de-obra disponível barata e o início das instalações de instituições de ensino superior foram relevantes. Reafirmando, inicialmente o DAIA contou com facilidades disponibilizadas pela ação estatal, Santos (1999, p. 107) expõe que “Já de início, o

DAIA deveria oferecer infraestrutura viária, graneleira, subestação de energia elétrica, rede pluvial e de esgotos, sistema de abastecimento de água e de telefonia a preços simbólicos, além de incentivos fiscais e financeiros”.

Em função dessa supervalorização da atividade industrial, por parte do governo, Luz (2001) expõe que houve um desenvolvimento desigual da economia anapolina, no qual o setor comercial não conseguiu acompanhar. Nesse contexto, a economia de Anápolis passou a ter como foco as indústrias.

As empresas receberam a cooperação do poder público em investimentos, no setor industrial, através do Fundo de participação e Fomento à industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), hoje denominado PRODUZIR.¹⁹ Era concedido um financiamento em até 70% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a ser recolhido num período de 15 (quinze) anos. Esse financiamento de 70% das importações era realizado pelas empresas e uma linha especial de crédito para micro e pequenas empresas através do BEG/MICRO-FOMENTAR. No Quadro 6 destacam-se os setores econômicos em relação à arrecadação do ICMS do município de Anápolis, com destaque para o industrial, com mais de 50%, isso no ano de 2000.

Quadro 06 - Arrecadação do ICMS por Setor de Atividade em Anápolis fev. 2000

Setor	Arrecadação (%)
Indústria	59,94
Atacado	23,95
Varejo	12,66
Serviços	2,38
Produção rural	0,96
Mineração e outros	0,11

Fonte: Delegacia Fiscal de Anápolis 2005.

O DAIA, nos anos 80, recebeu novos investidores nacionais e internacionais, atraídos pela cooperação do governo através do (FOMENTAR/PRODUZIR), consolidando Anápolis como uma cidade industrial, conforme o Quadro 6, PLANO DIRETOR (2006).

¹⁹ Produzir – Programa de Desenvolvimento industrial criado para reordenar as ações do antigo Fomentar. O Fomentar continuou em operação até 2003.

A partir dos anos de 1990 o país sofre as influências das novas tecnologias e o DAIA inicia suas adaptações para se inserir nesse contexto. O DAIA diversificou sua produção alterando o seu projeto inicial de produção com a introdução das tecnologias.

No Brasil, as indústrias de alta tecnologia se agruparam em poucas áreas, como Campinas (SP), Joinville (SC) e Caxias do Sul (RS). A tecnologia de ponta ainda é um desafio para as empresas brasileiras. O destaque é para 4 (quatro) setores com privilégio tecnológico na indústria brasileira de ponta: bens de capital, software, componentes eletrônicos e fármacos e química fina.

De acordo com a revista Problemas Brasileiros (2005, n. 371), o mais grave é que as inovações parecem continuar concentradas naqueles poucos segmentos cuja intensidade tecnológica é alta por sua própria natureza, e que dependem cada vez mais de conhecimentos acumulados no exterior. O DAIA conta com indústrias na área de fármacos e de química altamente avançada.

O DAIA, com as facilidades de transportes implementadas pela chegada da Plataforma Logística Multimodal, colocará a cidade em condições de competir com as indústrias da região Sul e Sudeste, que se destacam em tecnologias, principalmente em referência ao seu pólo farmacológico. A Plataforma Logística Multimodal de Anápolis servirá, em um futuro próximo, para a efetivação da tendência, em andamento, de criação de um pólo tecnológico pelo Governo do Distrito Federal.

Para concretizar, o Governo do DF conclamou a iniciativa privada, as instituições de ensino superior e os organismos federais e internacionais ali situados a desenvolverem um trabalho conjunto, tendo em vista o desenvolvimento de inovações tecnológicas (BRITO, 2007). Esse projeto pretende transformar o processo produtivo num sofisticado pólo tecnológico, beneficiado pela logística. Após essas breves considerações é preciso retomar a questão central deste estudo: o DAIA como um mercado de trabalho.

2.3 Mercado de trabalho: do surgimento à atual estrutura

O DAIA, enquanto um mercado de trabalho, desde a sua implantação sofreu uma oscilação na quantidade de empregos gerados. Inicialmente, as indústrias do DAIA geraram 7.500 (sete mil e

quinhentos) empregos diretos, e incrementou a arrecadação do ICMS do Estado de Goiás que chegou a 140% (CASTRO, 2004).

Figura 05 – Entrada para o Distrito Agroindustrial de Anápolis



Foto: Ribeiro, I, R. A. 2007

Após 5 (cinco) anos de implantação do DAIA a sua ocupação se deu de forma retraída e lenta, contrária à grandiosidade do empreendimento divulgado pela mídia na época. A orientação do Estado em direcionar, estrategicamente, os investimentos oferecendo competitividade, áreas industriais pré-selecionadas, dotadas de infraestrutura com o intuito de atrair capital não foi suficiente. As políticas dos distritos industriais não alcançaram as metas pretendidas de acordo com a (SIC - SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO). (Figura 05)

Essa problemática após a implantação do DAIA pode ser justificada pela crise do mundo capitalista em função do petróleo, segundo Santos (1999). Os elevados custos financeiros, o consumo caindo devido ao desemprego e a diminuição da renda repercutiu na atividade econômica em nível nacional, o que pode ser considerado um dos fatores responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelas indústrias.

A respeito da diminuição do crescimento econômico “Tal situação não é diferente em Goiás, e mais precisamente no Distrito Agroindustrial de Anápolis. O nível de investimento foi reduzido, a capacidade produtiva das empresas ali instaladas aumentou consideravelmente o grau de ociosidade e, conseqüentemente, o desemprego apareceu”²⁰.

²⁰ Plano Setorial de Trabalho, Março 84/87.

No contexto estadual, a crise do DAIA foi interpretada também em função da falta de novos investimentos no setor industrial pelo Governador do Estado. Os ex-presidentes da ACIA (Associação Comercial e Industrial de Anápolis) afirmam que o governador tinha clara preferência pela agricultura. Segundo matéria divulgada pelo Jornal Estado de Goiás (2007), “assumi Ary Valadão, e por quase duas décadas o DAIA passou por uma grande estagnação, sem atração de novos empreendimentos”.

Outros fatores que contribuíram para a estagnação do DAIA foram a falta de divulgação, o despreparo dos estabelecimentos bancários da cidade, a burocracia que as empresas enfrentavam aguardando decisões de órgãos oficiais ou financeiros à espera de aprovação de seus projetos (CASTRO, 2004).

No entanto, acrescenta-se que ocorreu essa diminuição do crescimento econômico que refletiu em todo o país nos anos 80, período conhecido como “década perdida”. Com a crescente dívida externa e os sucessivos aumentos do petróleo no mercado internacional, a nação brasileira passava por dificuldades econômico-financeiras influenciando o setor industrial e agrícola e, por conseguinte, o nível de desemprego aumentava em níveis cada vez mais ascendentes.

No início essa crise repercutiu na implantação do DAIA, conforme Santos (1999 p.110): “Esta situação frustrou não só os habitantes locais, como também um significativo percentual de pessoas que para Anápolis se deslocaram, oriundas de outros municípios e outros Estados, em busca de novas oportunidades”.

A ação estratégica do Estado para tentar solucionar esse problema foi conceder, nos meados da década de 1980, a criação de novos benefícios e vantagens às indústrias. A política de industrialização em Goiás promoveu programas arrojados na forma de investimentos, objetivando um maior aproveitamento dos recursos naturais e, conseqüentemente, a elevação da renda interna.

O mercado de trabalho nessa década correspondia a apenas 3.000 (três mil) empregos diretos. O DAIA dispunha de 23 (vinte e três) projetos industriais aprovados e 20 (vinte) indústrias implantadas na década 1980, conforme a (SIC-SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO). Contava com 275 ha de módulos industriais, dos quais 120 ha de área totalmente escriturada, o que representava 1.199.758 m².

Para confirmar as oscilações econômicas do distrito e as intervenções no âmbito estadual nessa década, o jornal Estado de Goiás (2007) publica matéria intitulada “*DAIA, apogeu, crise e renascimento*”, na qual expõe que, “O renascimento do DAIA teve início em 1986, quando Henrique Santillo assumiu o governo”. Em 5 (cinco) anos foram instaladas 50 (cinquenta) indústrias atingindo o patamar de 72 (setenta) empresas em 1991.

A década de 1990 foi positiva para as indústrias brasileiras, no geral, que iniciaram a adesão tecnológica informacional, avanços também incorporados pelo DAIA. Houve uma diversificação de seus tipos de indústrias alterando o projeto inicial. Nos anos seguintes ampliou consideravelmente o seu funcionamento, diversificando os tipos de produtos industrializados no distrito. Freitas (1995, p.67) assinala a produção de:

[...] medicamentos, produtos cirúrgicos e farmacêuticos, produtos metálicos, artefatos, dosagem de concreto, serviços, tubos, conexões, material plástico, cerâmica, material de construção, bebidas, produtos alimentícios, papel e embalagens, produtos de ração, subproduto animal, baterias, acumuladores, transformadores, laticínios, formulários contínuos, lapidação, carrocerias, tanques, condutores elétricos, confecções, artigos de borracha, isolantes térmicos, produtos veterinários, beneficiamento de madeira, móveis, produtos agrícolas, sementes, fertilizantes, massa plástica automotiva, envasamento de combustíveis, armazenamento.

Os avanços tecnológicos informacionais, que caracterizaram as indústrias brasileiras, ao mesmo tempo em que repercutiram numa maior diversificação da produção também influenciaram diretamente no mercado de trabalho. O DAIA hoje se insere no contexto das inovações tecnológicas com aumento no número de novas indústrias; uma ampliação considerável da diversidade da produção e, por outro lado, com uma redução do número de trabalhadores, automação das indústrias em geral, assunto discutido anteriormente.

O Quadro 7 mostra os dados para comparação, o que possibilita a interpretação do ritmo do crescimento do distrito, a cada 10 (dez) anos, e seus diversos segmentos industriais.

Quadro 07 - Estabelecimentos instalados no DAIA – Anápolis - 1970 a 2000

Década de Instalação	Quantidade de Empresas	Indústrias
1970/80	20	Centro de Gemologia, Cecrisa, Concreto Redimix, Precon, Sulfago, Centro-Oeste Rações, Centro-Oeste Indústria de Tubos, Embalo Embalagens, Fachinni, Granol, Heri Indústria Química, JBS-Tanques, Roan, Tubolar, Laboratório da Neo-Química, Cemina – Cer. Min. Nac. Ltda.
1990	27	Aubos Noema, ADM do Brasil, Arroz Central, Beraca Sabará, Bracil Brandão, Ciplan, Cereal Cereais, Colatex, Champiom Farmoquímico, Fertilizantes C. Oeste, Grenpharma, Geolab Indústria Farmacêutica, Hering Têxtil S/A, Inaplá, Inacel, Isoeste, Inmetro, Indústria Bebidas Star, Laboratório Teuto, Metalurgia Esperança, Ms-Madeiras, Midway, Pafisa, Polar Plast, Porto Seco, Vitapan, West fio.
2000	54	AB-Farmoquímica, Adudos Araguaia, A Estrutural, Agrocria, Alisul, Art. Frio Móveis de Aço, Brasmo, Bunge Fertilizantes, Carta Goiás, *Cartonagem Anapolina, Cel Engenharia, Centrox Oxidos, Construtora Moema, Copa Limpa, Companhia Met. Paulista, Companhia Leco, Doce Vida, DHL Distribuidora Roche, DVG Plastubos, Extra Caps, Elka Conexões, Indústria FBM Farmacêutica, Fundação Almeida, Fersan, Fertilizantes Mitsui,* Gravia Esquality, Gerbás, Goiás Pack, Genix, Goyazes Biotecnologia, Indústria Farm. Melcon, Iso-Frio, Idealfarma, JRD Farmacêutica, Kelldrim, Laboratório Kinder,* Laboratório Genoma, Laboratório Ducto, Lasa Indústria Farmacêutica, Megaplast, *Madenobre, Metal Nobre, Metals Chimix, Metalurgia Irmãos, Metalurgia Dobração, Michigan, Navimix, Nova Metalurgia, Parafix, Plastixc, Fharma Nostra, *Sologran, Sotriço,

Fonte: DAIA/2007

Org. Iraciara A Roque de Araújo

As indústrias apresentam uma grande diversificação de produtos para atender as demandas de um mercado que muda com muita rapidez. Ressalta-se que vários desses produtos são exportados para outros países, além de atender ao mercado regional e nacional. Atualmente é considerável a participação da cidade de Anápolis com fortes relações comerciais com os mercados externos.

Em 2006, o número de empresas chega a 101 (cento e um), são gerados no DAIA 9.025 (nove mil e vinte e cinco) empregos diretos. Este se destaca pela produção farmacológica apresentando um amplo mercado de trabalho que emprega mais de 50% dos funcionários do distrito. O Pólo farmacológico, o terceiro maior do Brasil, conta com 18 (dezoito) empresas que

geram 6,4 mil empregos diretos, ocupa o segundo lugar em geração de empregos, perde somente para o Estado de São Paulo. (Figura 06)

Figura 06 – Empresa do Pólo Farmacoquímico - DAIA.



Foto; RIBEIRO, I, A, R.2007.

Nos últimos 7 (sete) anos a indústria farmacoquímica goiana se destacou e se consolidou como pólo de produção de medicamentos, tornando-se referência nacional. As empresas instaladas no DAIA são consideradas de grande porte, tais como a Neo Química, Laboratório Teuto, Greenpharma, Genix, Roche, Farma Nostra entre outros.

O apoio do governo para a implantação e consolidação do pólo farmacoquímico foi determinante. Essas empresas recebem incentivos do Programa Produzir, recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e de outras instituições, conforme Revista Economia & Desenvolvimento (2006 n.22 p.13).

A produção de medicamentos genéricos e similares é considerada o destaque do setor. Atualmente é o maior produtor de genéricos do país, impulsionado através da Lei 9787 de 10.02.99 (Lei dos genéricos). Em Anápolis são produzidos antibióticos, antiinflamatórios, analgésicos, anti-hipertensivos, diuréticos, remédios para diabéticos, antiácidos, sulfas e cápsulas entre outros. A perspectiva econômica é de altos investimentos e com faturamento em torno de 2 bilhões/ano com transações financeiras regionais, nacionais e internacionais, conforme informações da SEPLAN (2007).

Essas empresas do setor farmacológico exigem capacitação profissional específica. Elas exigem mão-de-obra de alto nível de qualificação, realiza investimentos em cursos para atender maior produtividade, competitividade e qualidade dos produtos.²¹

Contudo, atualmente no DAIA coexistem vários setores industriais. O mais novo investimento é a implantação da fábrica da Hyundai, montadora de veículos da marca sul-coreana. (Figura 07)

Figura 07 – Caoa Montadora de Veículos S/A – HYUNDAI (implantada em 2006)



Foto: RIBEIRO, I, A, R. 2007.

Para qualificar os trabalhadores para sua unidade recém-implantada, a Caoa Montadora de Veículos S/A – Hyundai contratou a faculdade de tecnologia Senai Roberto Mange.

Em relação ao número de vagas oferecido pela montadora houve polêmica. Na matéria intitulada “O fôlego da indústria”²² foi apontada a necessidade de ampliação da capacitação profissional para a atuação nas indústrias goianas, se o desempenho desse setor continuasse crescendo acima da média nacional, como divulgou o IBGE. Porém, mesmo considerando o aumento razoável de empregos, como a matéria mostrou, ele ainda é insuficiente, a exemplo da seleção de candidatos da montadora de veículos Hyundai de Anápolis. Para 150 (cento e cinquenta) postos oferecidos apresentaram mais de 6.000 (seis mil) candidatos. Essas empresas se instalam no Estado mediante vantagens oferecidas pelo governo e os retornos quanto à geração de empregos são poucos.

No Estado de Goiás, nos últimos 7 (sete) anos, houve uma ousada política de incentivos fiscais, que foi responsável pelo desenvolvimento industrial interno. Segundo informações da Secretaria de Indústria e Comércio, houve acentuado avanço do setor industrial em função dos

²¹ O que justifica a necessidade de pesquisa junto as indústria farmacológicas para verificar o perfil da mão-de-obra exigida por essas indústrias.

²² Jornal O Popular (11.01.07)

investimentos governamentais para a atração de empresas para o Estado de Goiás, além de melhorias nos distritos industriais nos diversos municípios. O Quadro 8 mostra o número de plantas instaladas nos municípios goianos que mais atraíram indústrias.

Quadro 08 - Plantas Industriais no Estado de Goiás 2006

Número de empreendimentos	Município
14	Anápolis
04	Aparecida de Goiânia
04	Catalão
04	Itumbiara
04	Rio Verde

Fonte: SEPLAN 2006

Org.Iraciara A Roque de Araújo

A cidade de Anápolis, como pode ser verificado, se destaca no Estado de Goiás com um número de indústrias bem superior aos demais municípios que tiveram fixadas novas plantas industriais. Além disso, a Secretaria de Indústria e Comércio apresenta o desempenho da cidade de Anápolis dentre os municípios que se destacam fora da Região metropolitana. A cidade de Anápolis se destaca pelo maior PIB entre os municípios do Estado de Goiás. (Figura 08 – mapa)

O desempenho da cidade é justificado pelo fato de “... o município de Anápolis se beneficiar da localização estratégica, boa infraestrutura de transportes, além de ser pólo educacional de nível superior e técnico, o que garante a capacitação da mão-de-obra”, segundo a SEPLAN (2006). A seguir, são tecidas breves considerações em relação ao mercado de trabalho do DAIA. É apresentada uma visão geral desse mercado de trabalho, bem como sua tendência e necessidades quanto à mão-de-obra exigida para, posteriormente, focar a indústria farmoquímica.

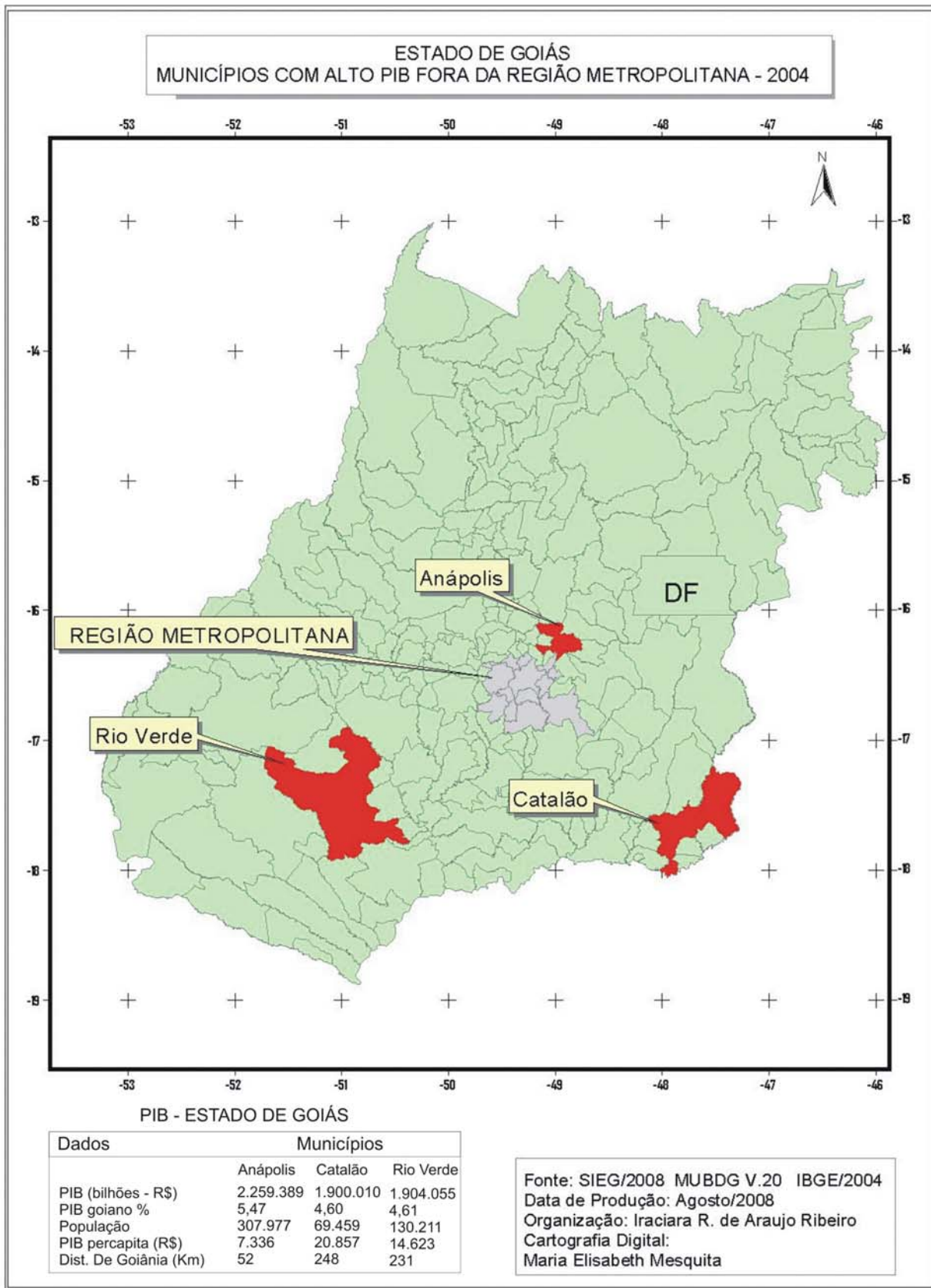


Figura 8: Municípios com alto PIB fora da Região Metropolitana

2.4 Tendências e necessidades do DAIA quanto à mão-de-obra

Será realizada uma breve caracterização do mercado de trabalho e da mão-de-obra empregada no DAIA. Para isso foi feita uma entrevista com o Paulino Taveira – diretor do DAIA.²³ Durante a entrevista fica claro que a expressão “qualificação profissional” é uma exigência do mercado de trabalho industrial do DAIA, segundo o entrevistado: “em relação à necessidade de mão-de-obra empregada no distrito, todas as empresas exigem qualificação”. Em maior ou menor grau, as empresas do DAIA só contratam mão-de-obra devidamente qualificada, dependendo do que será produzido. As empresas que mais exigem qualificação profissional são as que trabalham com laboratórios, pisos, fios elétricos, fertilizantes, entre outros.

Segundo o entrevistado, no DAIA “até para ser porteiro nas empresas é preciso que o funcionário tenha conhecimento em equipamentos eletrônicos computadorizados”. A baixa escolaridade do trabalhador faz com que ele fique à mercê de atividades mais precárias. Com relação à baixa qualificação citou o exemplo “o que resta para o trabalhador sem qualificação profissional no DAIA seria serviços como varrer o pátio da empresa”. A não-qualificação do trabalhador constitui-se em um empecilho para quem solicita uma vaga nas indústrias.

Na entrevista aborda-se a importância do fator em comum para o trabalhador anapolino a necessidade de qualificação profissional. Na reportagem do Jornal Estado de Goiás Paulino Taveira reafirma que: “o grande desafio é fazer com que as indústrias promovam a geração de empregos. Somado a isso, ele aponta a necessidade urgente de qualificação e capacitação.

Questionado quanto às instituições de ensino que qualificam a mão-de-obra que atuam no DAIA, a resposta foi que geralmente essa qualificação é proveniente do CEPA (Centro de Educação Profissional de Anápolis) recentemente implantado no próprio DAIA, do SENAI (Serviço Nacional da Indústria), do SENAC (Serviço Nacional do Comércio) e da UEG (Universidade Estadual de Goiás).

No que se refere à qualificação, o próprio trabalhador geralmente busca as instituições para se preparar, chegando preparado para a atuação nas indústrias. Pode ocorrer que a empresa, ao sentir necessidade de preparar o trabalhador, realiza contratos com instituições para qualificar seu pessoal especificamente.

²³ O roteiro da entrevista encontra-se em anexo neste trabalho. (Anexo I).

O mais comum é a empresa contratar os serviços de instituições de ensino para qualificar apenas um único funcionário. Esse trabalhador é denominado de “vetor”, pois recebe a incumbência de aprender e transmitir aos trabalhadores o que aprendeu. A empresa envia um trabalhador em quem confia, que tem um bom tempo de serviço prestado à empresa, e que poderá dar retorno. É um procedimento que tem como objetivo principal reduzir custos com a qualificação profissional.

Os cursos ministrados no CEPA são subsidiados pelo governo Estadual; alguns cursos ministrados pelo SENAI são mantidos pela FIEG (Federação da Indústria do Estado de Goiás).

Dentre as políticas de parceria para a qualificação profissional entre o DAIA e as empresas sediadas se destacam as indústrias farmacológicas. Elas mantêm parcerias com o IGTF (Instituto de Gestão Técnica Farmacêutica) desde março de 2001, que ministra cursos voltados para o laboratório farmacológico.

O DAIA não define ou oferece sugestão de cursos que melhor poderiam atender às indústrias. Não há interconexão ou um contrato entre o DAIA e as instituições de ensino em relação à preparação do trabalhador. Segundo Paulino Taveira, “o cenário é que define”, o mercado é quem determina e explicita a necessidade. O SENAI percebeu a necessidade do curso químico industrial, tendo em vista a demanda das empresas desse setor que iam se instalando no DAIA.

Os cursos mais relevantes para quem quer trabalhar no DAIA são os de tecnologias em informática, software, farmácia, química e mecânica.

A questão que nos chama a atenção é que há uma exigência cada vez maior de mão-de-obra qualificada para atender o setor industrial. Quando questionado se há preferência pela mão-de-obra especializada de fora da cidade, a resposta foi que a preferência não se refere à qualificação em si, mesmo porque a cidade de Anápolis também possui alguns poucos especialistas. Segundo o entrevistado “não é pelo fato de ser qualificada em si, mas porque os executivos contratados pelas empresas em geral possuem bons contatos com o mundo globalizado”, daí a preferência.

Foi implantado no DAIA um departamento para atendimento ao trabalhador, CAT (Centro de Atendimento ao Trabalhador), que será abordado a seguir.

2.5 Centro de Atendimento ao Trabalhador – CAT

O CAT foi implantado em janeiro de 2002 por iniciativa da própria administração do DAIA²⁴. O objetivo de sua implantação é dar apoio às empresas e encaminhar os candidatos às vagas oferecidas pelas empresas instaladas no distrito. O CAT atua em toda a cidade de Anápolis e os seus serviços são gratuitos.

A administração do DAIA sentiu a necessidade da sua implantação em função das dificuldades enfrentadas pelos desempregados que batiam de porta em porta nas empresas à procura de empregos. As dimensões territoriais do distrito são extensas e o acesso dos transportes é pequeno, motivo pelo qual o candidato batia de porta em porta nas empresas a pé.

A relação entre o CAT e as empresas é estabelecida por via telefônica ou *Internet*; pela manhã a empresa liga para o CAT abrindo novas vagas. Já a relação trabalhador e CAT é estabelecida através da deposição de currículos, que são transplantedos para um cadastro informatizado.

O setor ou empresa que mais exige mão-de-obra qualificada é na área técnica e a administrativa; o grau de escolaridade que predomina é o Ensino Médio. As características da mão-de-obra qualificada que solicita vagas nas empresas do DAIA são: químico-industrial, vigilantes, engenharia de alimentos, técnicos em enfermagem, administração em Marketing, nutricionistas e serviços gerais.

Quanto à procura de empregos por pessoas de outras localidades, a quantidade de currículos deixados é em média de 30 (trinta) por mês. Na entrevista o responsável pelo CAT deixou claro que a prioridade é para as pessoas que vivem na cidade de Anápolis, por ser alto o número de desemprego da cidade.

A taxa de desemprego da cidade é considerada alta, o Quadro 9, a seguir, mostra a realidade da procura por empregos e o número de candidatos efetivamente empregados nas empresas através do CAT, no período de janeiro a maio de 2007. Destaca-se que há empresas instaladas no DAIA que não utilizam os serviços disponíveis pelo CAT, não sendo possível uma análise do conjunto e sim parcial.

²⁴ O roteiro da entrevista com o funcionário do CAT encontra-se em anexo nesse trabalho. (Anexo II).

Quadro 09 - Ofertas e Empregos – CAT

Mês / 2007	Procura de empregos	Candidatos empregados
Janeiro	475	38
Maio	374	26

Fonte: dados do CAT

Os meses de janeiro e maio de 2007 foram considerados “fracos” pelo entrevistado. Do nível de absorção da mão-de-obra disponível pelo CAT, o DAIA só consegue absorver cerca de 40%, segundo ele seria pela escassez de qualificação da mão-de-obra.

Indagado se há orientação para que o candidato ao emprego no DAIA possa qualificar-se a resposta foi positiva, justificando que essa chance melhora muito para o candidato. Porém, é difícil para o desempregado porque na maioria das vezes não tem dinheiro para o transporte para procurar emprego, ainda mais para custear a própria qualificação.

Durante a entrevista o funcionário relatou o seguinte fato: um desempregado cursando o último ano do ensino superior sujeitou-se a trabalhar na carga e descarga de uma empresa como diarista pela remuneração de R\$ 30,00 para o sustento imediato de sua família em dificuldades, “realidade comum no cotidiano do DAIA”, argumentou ele.

Segundo o entrevistado, a dificuldade ainda é maior para quem não possui qualificação. Nas indústrias do DAIA as chances de emprego são maiores para quem está qualificado, as empresas têm preferência pelos trabalhadores que passam pelos cursos do SENAI e do CEPA. O entrevistado fez críticas às instituições que qualificam um exército de mão-de-obra e não dão apoio para encaminhar o aluno ao emprego. Citou como exemplo 40 (quarenta) mulheres qualificadas como vigilantes que acabaram procurando o CAT em busca de oportunidade. Outro problema são as agências de emprego que se multiplicaram na cidade, cobram a partir de R\$ 30,00 por candidato para se cadastrar para uma possível indicação de emprego.

Questionado sobre como o candidato é encaminhado ao emprego pelo CAT, ele disse que primeiro o currículo é depositado no CAT, depois é feita sua inclusão no cadastro informatizado. O candidato recebe um número e é informado que os encaminhamentos serão realizados através de pontuação que o candidato irá acumulando, uma espécie de “mérito”. O Quadro 10, a seguir, é o cadastro do CAT.

Quadro 10 - Modelo de Cadastro do CAT - Central de Atendimento ao Trabalhador

Nº Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Sexo	Pontuação "mérito"	Fone	Aniversário	Ocupação pretendente
XXXXXX							
XXXXXX							

Fonte: DAIA

O candidato, ao estar em constante busca por emprego, está em contato com as empresas na cidade e passa a ter conhecimento das ofertas de emprego para as variadas áreas que, por ventura, não pode ser a sua desejada. Para cada informação de vagas para o CAT o candidato recebe um ponto no seu currículo, que vai acumulando. Quem tiver mais pontos será o próximo da lista a ser encaminhada às vagas disponíveis de sua pretensão. Esse sistema de pontuação é o que se denomina "mérito".

Na conclusão da entrevista o tema ficou livre para que o entrevistado pudesse fazer alguma consideração. Foi acrescentada a entrevista que possui uma cópia do programa de cadastro em casa e que a qualquer momento é acionado, tanto pelas empresas como pelos candidatos às vagas, e que divulga seus dois *email-s* e o telefone celular para facilitar o contato com o candidato e com a empresa. O CAT funciona como um sistema de informação em rede, sem interrupção, durante 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados.

2.6 A investigação de indústrias farmacológicas

O Pólo farmacológico se destaca por proporcionar uma maior oferta de empregos dentro do DAIA, como foi mencionado. Mesmo inserido no contexto dos avanços tecnológicos, que são responsáveis pela redução dos postos de trabalho em geral, essas indústrias empregam mais de 50% dos trabalhadores do distrito. A pesquisa permitiu identificar as características tecnológicas desse setor industrial. Ela se estabelece consoante o novo padrão produtivo da economia contemporânea globalizada, com inovações tecnológicas e flexibilidade produtiva, como já fez referência Vannuchi (2007, p.185) em sua pesquisa empreendida junto ao pólo farmacológico.

A pesquisa intencionou, inicialmente, verificar, através das respostas, as relações causais entre essas inovações tecnológicas e suas implicações no tipo de qualificação necessária do

trabalhador. Partiu da investigação de duas amostras das indústrias farmacológicas do DAIA (com tecnologias avançadas). As empresas foram denominadas pelas letras **A** e **B**. A discussão se dá a partir de informações coletadas em questionários.²⁵ Em função da quantidade de questões referentes à temática mercado de trabalho e formação profissional, estruturou-se em 3 (três) partes para facilitar a compreensão.

a) Na primeira parte foi traçado um perfil dos trabalhadores de maneira geral, bem como a faixa etária do mesmo, o vínculo empregatício e o grau de escolaridade formal.

Os dados cedidos pelas empresas esclarecem quanto aos aspectos de gênero, evidenciando que a maior parte da mão-de-obra empregada é do sexo masculino. Ambas as empresas ultrapassam o percentual de 50% do número de funcionários. Esse número apresentado confere com a investigação realizada por Vannuchi (2007), no pólo farmacológico, que constatou basicamente o mesmo resultado, respectivamente 44,2% de mulheres e 55,8% de homens. Quanto à faixa etária pelos dados do Quadro 11 pode-se avaliar:

Quadro 11 - Faixa etária do trabalhador das indústrias

Idade	Empresa A	Empresa B
Até 20 anos	2%	5%
Até 35 anos	42%	70%
Até 45 anos	54%	22%
Mais de 45 anos	2%	3%

Fonte: Pesquisa em campo nas indústrias farmacológica, jan./2008.

Quanto a essa análise, com as informações, pode-se considerar que a indústria farmacológica tem preferência pelo trabalhador entre 35 (trinta e cinco) e 45 (quarenta e cinco) anos. A partir desses dados evidencia-se que as pessoas com menos de 20 (vinte) anos e mais de 45 (quarenta e cinco) anos estão com menores chances de empregabilidade nas indústrias farmacêuticas. Silva (2002), em estudo do mercado de trabalho informal da cidade de Anápolis, apresentou o perfil dos desempregados o que pode ser relacionado com essa investigação. A

²⁵ Recursos Metodológicos: inicialmente tentou-se realizar entrevistas com funcionários do Recurso Humano de quatro empresas. Uma empresa se recusou a fornecer qualquer tipo de informação; Outra empresa teve seu gerente de recursos humanos demitido, duas empresas responderam os questionários sem a mediação de entrevistas, que era intenção. (Anexo III).

maioria dos desempregados que estava no setor informal tinha, em sua maioria, entre 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) anos, ou seja, (26,73%); e em segunda escala encontra-se as pessoas com idade superior a 40 (quarenta) anos, (22,28%). Conclui a autora que as pessoas entre 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) anos e acima de 40 (quarenta) anos de idade são as mais afetadas pelo desemprego na cidade. O percentual de trabalhadores com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade trabalhando nessas empresas é consideravelmente pequeno, o que é uma característica da flexibilização nas relações de trabalho (HARVEY, 1992). Quanto ao vínculo empregatício as informações estão contidas no Quadro 12 a seguir.

Quadro 12 - Vínculo empregatício dos trabalhadores das indústrias farmacológicas

Tempo	Empresa A	Empresa B
Menos de 1 ano	35%	10%
De 01 ano a 5 anos	60%	60%
Mais de 5 anos	5%	30%

Fonte: Pesquisa em campo nas indústrias farmacológicas, DAIA jan./2008.

As indústrias **A** e **B** apresentam vínculos empregatícios semelhantes quanto ao tempo de serviço de 1 (um) a 5 (cinco) anos de trabalho, representando 60% dos trabalhadores. A Empresa **A** tem apenas 5% dos funcionários com mais de 5 (cinco) anos de serviço, o desligamento do funcionário: “é um procedimento normal à medida que a empresa apresenta um mercado desfavorável, a empresa não hesita em liberar parte de seus trabalhadores”, conforme o gerente do Recursos Humanos.

Em relação aos trabalhadores com mais de 5 (cinco) anos, a empresa **B** apresenta um percentual mais elevado, 30%, do que a empresa **A**, que é apenas 5%. A justificativa do gerente do Recursos Humanos da empresa **B** é a: “supervalorização da mão-de-obra com experiência na atividade”, evitando assim a rotatividade do trabalhador na empresa. Esse caso é explicado em função de evitar gastos com novos treinamentos.

Esse fato pode ser cruzado com as características nacionais, em estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro realizados por Sabóia (2007). Para ele a indústria evita a rotatividade do trabalhador em função da dificuldade de encontrar trabalhador com experiência disponível no mercado de trabalho.

Acrescenta-se que é nas indústrias que ocorre uma menor rotatividade de trabalhadores, com base nos dados da CAGED (Cadastro Geral de Desempregados), havendo uma valorização da experiência do trabalhador em função da dificuldade de qualificação. Verificou-se para o período de 2000/2005 que: para cada 5 (cinco) admissões de reemprego na indústria ocorria 1 (um) de primeiro emprego. Nesse sentido, mesmo o trabalhador com mais idade (com menos de 45 anos) e menos escolaridade (com mais experiência) é melhor absorvido pelo mercado de trabalho.

Quadro 13 - As admissões no primeiro emprego e no reemprego industrial/Brasil

Características	Primeiro emprego	Reemprego
Anos de estudos	8,1	7,8
Remuneração média (R\$)	453	593
Idade média	24	31
Participação feminina (%)	29,9	20,4

Fonte: M T E - CAGED - Janeiro a dezembro de 2005

A idade considerada para o primeiro emprego do trabalhador foi a média de 24 (vinte e quatro) anos e com média de estudos maior de 8,1. E para o reemprego a média de idade foi considerada de 31 (trinta e um) anos, embora com 7,8 em média de estudos as oportunidades de emprego no setor industrial brasileiro são consideradas melhores. Os dados do quadro demonstram que mesmo mais escolarizado o jovem percebe um salário inferior, segundo o estudo chega a ser 30% menor. Nota-se com o estudo que há uma supervalorização da experiência do trabalhador em detrimento do estudo sem prática em nível nacional. Os números apontados pelo Quadro 14 podem avaliar, a seguir, os níveis educacionais dos trabalhadores das indústrias farmacológicas **A** e **B**.

Quadro 14 - Escolaridade formal dos trabalhadores das indústrias farmacológicas - DAIA

Grau de Escolaridade	Empresa A	Empresa B
Nunca frequentou a escola	Não possui	Não possui
Anos de escolaridade	Não informado	Não informado
Ensino Fundamental incompleto	18%	19%
Ensino Fundamental completo	8%	14%
Ensino Médio completo	46%	65%
Ensino Médio incompleto	14%	1%
Ensino superior	14%	1%

Fonte: Pesquisa em campo, jan./ 2008.

No Quadro 14 observa-se que ambas as empresas não possuem trabalhador que nunca frequentou uma escola; apresenta ainda uma predominância do trabalhador com o Ensino Médio de escolaridade, o que confirma as informações apresentadas no item 2.3 e 2.4. Esses dados fortalecem as colocações citadas anteriormente, considerando a exclusão do trabalhador de baixa escolaridade nas indústrias do DAIA. Quanto ao destaque do Ensino Médio de escolaridade dos trabalhadores, pode também ser correlacionado com o aumento da procura pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos) na cidade, como uma possibilidade de tornar-se “empregável”.

Houve investimentos do governo em educação de jovens nos últimos anos, o que justificar esse fato, algo que merece investigação. Outra recente medida tomada é a criação do Programa Brasil Profissionalizado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC. Essa ação visa retomar a educação profissional de nível médio em todo o país, reforçando sua base científica e passa a exigir estágios para os alunos. Conforme Irineu Colombo, diretor de Articulação e Projetos Especiais do MEC, o Ensino Médio é uma etapa da educação considerada sem sentido, o que faz necessário a integração com a Educação Profissional.

De acordo com o MEC, houve uma redução na oferta de formação técnica de nível médio, a partir de 1996, por isso adotou-se essa nova medida. Esse fato visa impulsionar a profissionalização daqueles que não chegam a cursar o Ensino Superior. Segundo o MEC é sabido que nem todos têm essa oportunidade no Brasil.

Quanto à absorção dos trabalhadores com nível superior de ensino pelas indústrias, estas empregam poucos. A empresa **A** emprega 14% dos funcionários com nível superior e a empresa **B** apenas 1%. Diante desse fato aponta-se a questão qualificação *versus* oportunidade de emprego. Para a discussão da empregabilidade de pessoas escolarizadas e qualificadas, a título de exemplo, na década de 1990, em estudo Segnini (1992) cita os bancários que, em função da automação dos bancos, perderam seus empregos. A autora destaca que o nível de escolaridade e qualificação nem sempre garante o emprego:

Desemprego crescente de trabalhadores escolarizados, sobretudo nos setores mais modernos da sociedade, é tomado como um dos argumentos para relativizar esta perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego e a ascensão na hierarquia das empresas e na escala salarial; ou seja, como sendo capaz de garantir empregabilidade.

b) Na segunda parte examina-se a relação entre o trabalhador e as tecnologias, o trabalho cotidiano nas indústrias:

Nessa abordagem buscou-se conhecer o cotidiano da empresa a partir do horário de funcionamento da mesma. Houve diferenciação nas respostas, na qual a empresa **A** funciona em 3 (três) turnos, sendo que a empresa **B** apenas em horário comercial. Foi indagado se o trabalhador possui uma única função ou se é múltipla no cotidiano. As repostas foram diferentes: na empresa **A** o trabalhador executa uma “única” ocupação, na empresa **B** o trabalhador pode executar tarefas “múltiplas”.

Cabe destacar que a resposta da empresa **A**, ao afirmar que o trabalhador executa uma única tarefa, teve como critério evitar estar em desacordo com as leis trabalhistas uma vez que a ocupação registrada na carteira do trabalhador deve estar em consonância com o trabalho executado pelo empregado, segundo a resposta. Para maiores informações nesse aspecto, necessário seria uma pesquisa para verificar empiricamente o dia a dia do trabalhador.

Para o questionamento relativo a possíveis dificuldades do trabalhador com as tecnologias/máquinas, as repostas foram positivas e semelhantes, porém, se destaca a empresa **A** “*sim devido a empresa possuir máquinas altamente inovadoras*”. No geral as respostas de ambas as empresas confirmaram que as tecnologias influenciam no perfil exigido dos trabalhadores. O que leva a exigir um maior nível de escolaridade e ampliação de novos conhecimentos para o manuseio das máquinas.

Sobre a relação tecnologia e trabalho, o impacto só pode ser entendido abrangendo a interação entre prática de trabalho, da organização da produção na sua totalidade e no cotidiano da indústria. Acrescenta a respeito desses impactos, Castells (1999, p.262):

Além disso, o processo de reestruturação capitalista deixou marcas decisivas nas formas e nos resultados da introdução das tecnologias da informação no processo de trabalho. [...] a automação que se completou com o desenvolvimento da tecnologia da informação, aumenta enormemente a importância dos recursos do cérebro humano no processo de trabalho. Embora máquinas e equipamentos automatizados e, depois, computadores fossem usados para transformar trabalhadores em robôs de segunda ordem, como afirma Braverman.

Para Braverman o trabalho humano se distingue dos executados pelos outros animais, pelo fato do caráter inteligente e proposital (CASTELLS, 1999). Por isso, a educação do trabalhador assume grande relevância no contexto das mudanças organizacionais e tecnológicas, pois facilita o aumento da produção.

Ressalta-se que a escolaridade mais solicitada é o nível Médio de ensino, conforme os dados apresentados no Quadro 14; o que talvez possa ser correlacionado com a exigência pelas

indústrias de trabalhadores com maior nível de esclarecimentos, possibilitando menores dificuldades com as tecnologias das indústrias.

c) Na terceira parte foram abordadas as necessidades e tendências da mão-de-obra qualificada, bem como instituições e cursos exigidos pelas empresas. Essa análise reporta-se ao modelo de recrutamento/mercado de trabalho, a importância da formação profissional/qualificação para as empresas, e por último as instituições de ensino/cursos que atendem as indústrias.

Na questão, o mercado de trabalho da cidade possui mão-de-obra qualificada? A resposta que se destaca é: *“sim, mas há cargos que possuem pouca mão-de-obra qualificada”* - empresa **A**. As respostas quanto à existência de cadastro de reserva de candidatos a emprego nas empresas foram positivas, ambas possuem um banco de dados com currículos.

As empresas apontaram que realizam recrutamento de trabalhadores internos e também externos na cidade de Anápolis. A maioria dos trabalhadores é da cidade de Anápolis, porque as empresas não possuem transportes, geralmente trata-se de mão-de-obra menos qualificada. Confirmam que há necessidade de contratar trabalhadores de outras cidades por causa da dificuldade de encontrar mão-de-obra qualificada no mercado anapolino.

Questionado sobre a relação qualificação e experiência profissional do trabalhador sobre o que seria mais importante para a empresa, a qualificação do trabalhador (cursos com certificados) ou a experiência profissional, a resposta da empresa **A** foi *“ambas, tanto qualificação técnica quanto experiência profissional. Embora se o trabalhador traz experiência de outros empregos, para mim ele já é qualificado para o emprego”*. Para a empresa **B** a experiência profissional é considerada mais importante, tanto que para determinados cargos não basta ter certificado, é preciso anos de experiência. Do conjunto de respostas infere-se que há uma supervalorização da experiência profissional em detrimento da qualificação sem a prática.

Quanto à estrutura para treinamento da mão-de-obra e a política adotada para a formação do trabalhador, as respostas foram divergentes. *“A empresa treina o colaborador assim que ele é contratado, sendo este treinado tanto para as normas da empresa quanto da parte técnica das máquinas, este é realizado por pessoas com cargo específico para treiná-lo”* resposta da empresa **A**. Em se tratando da empresa **B**, a resposta foi *“o treinamento é terceirizado, realizado pelas escolas profissionalizantes”*.

No que se refere às instituições de ensino e cursos que atendem às empresas há uma semelhança nas respostas. Para a empresa **A** as instituições que fornecem mão-de-obra qualificada

são: *UFG, UEG, Unievangélica e SENAI*. Com destaque para a Unievangélica e o SENAI, que fornecem grande quantidade de estagiários.

Para a empresa **B** as instituições são: *Senac, ITGF e Senai*. Pode-se destacar nas respostas de ambas as empresas que o SENAI é um elemento comum. Tanto a empresa **A** como a **B** coloca em evidência o bom desempenho pelo trabalhador capacitado por essa instituição.

Os cursos mais exigidos pela empresa **A** são os voltados para a manutenção e produção industrial, química e farmácia. Para a empresa **B** os cursos são Química e Farmácia. Ao perguntar sobre a qualidade dos cursos, ambas as empresas responderam positivamente, porém, há necessidade de complementação com a prática na empresa. A resposta foi enfática: “*sim, mas há necessidade de se aplicar com a prática, onde é realizada uma adaptação para a área específica de atuação do colaborador*”.

No decorrer da pesquisa, nas respostas, nota-se que a palavra “*colaborador*” substitui a palavra “*trabalhador*”. A expressão foi utilizada todas as vezes que os gerentes das empresas se referiam ao trabalhador. Nesse sentido, o trabalhador é motivado a trabalhar em ritmo de parceria com a empresa, estimulado a produzir com entusiasmo. Esse fato foi apontado por Vannuchi (2006) que já advertiu quanto a essa estratégia de máxima extração de sua força de trabalho, através de um imaginário de pertencimento a empresa:

O contemporâneo sistema de produção flexível vale-se de múltiplos mecanismos para ampliar crescentemente seus lucros e assegurar sua reprodução. Para tal, contribui não só o fetiche de metamorfosear as contradições classistas em supostas parcerias estabelecidas entre empregadores e trabalhadores, denominadas “colaboradores”... (VANNUCHI, 2006, p.201)

É possível notar que com a introdução das mudanças no sistema de produção impõem-se novas conceituações para o termo trabalhador. Bem como mutações generalizadas referentes ao mercado de trabalho e formação profissional. Passa-se a exigir do trabalhador capacidades de lidar com as tecnologias além de comportamentos sociais. É preciso entender e avaliar todas as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho que repercutiram na formação profissional, assunto que será evidenciado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

TRABALHO E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A ideologia da formação profissional. O tema deixou de ser apenas o campo restrito do adestramento na empresa ou dos cursos profissionais no sistema escolar. Tornou-se um eixo de reflexão diante dos problemas maiores postos pela reestruturação produtiva, pelas transformações tecnológicas e organizacionais, pelo desemprego estrutural, pelas crises do movimento sindical e pela emancipação dos trabalhadores em um mundo cada vez mais desumanizado pelas exigências do capital.

(MARIA CIAVATTA FRANCO, 1998).

Este capítulo apresenta, inicialmente, um esboço histórico da formação de mão-de-obra no Brasil voltado para a indústria. Partiu-se do início da industrialização na década de 1930 com suas implicações no mercado de trabalho. O objetivo é contextualizar os principais elementos que culminaram na atual relação entre mercado de trabalho industrial e formação profissional.

Ressalta-se, de forma breve, o papel do Estado estabelecendo mecanismos legais para a regulação do ensino profissional bem como a emergência de novas categorias que perpassam a temática, mercado de trabalho e formação profissional. Essa abordagem possui o intuito de compreender a relevância da formação profissional para as relações sociais e econômicas. E por fim, traz a discussão da relação trabalho e educação e sua vinculação com a visão economicista.

3.1 A relação trabalho e educação

As transformações técnico-organizacionais do trabalho atual têm implicações diretas no campo educacional. A relação trabalho e educação estão intrinsecamente relacionadas às questões da sociedade contemporânea, no entanto não é nova essa relação. A educação, ao longo da história da humanidade, sofreu reflexos da economia, surgindo daí a idéia de educação para o trabalho; uma

formação reducionista da classe trabalhadora em detrimento de uma a formação abrangente, voltada para o convívio social.

Nessa perspectiva, a educação é vista como uma instrução capaz de aumentar a capacidade produtiva através da assimilação de conhecimentos por parte do trabalhador, como defende a economia da educação (LUSTOSA, 1998). Na década de 1960 emerge a disciplina educação e economia e com ela a Teoria do Capital Humano²⁶ como aparato para o crescimento econômico. Logo, a educação vai assumindo um viés economicista que é transmitido culturalmente, principalmente com a emergência do capitalismo, pois a educação passa a exercer importante papel na formação da mão-de-obra, como um elemento crucial para o capital (GENTILLI, 2002).

Essa formação do trabalhador vai se dando de modo específico, segundo as mudanças no mundo do trabalho que se projetam no modo de ensinar. Cada contexto explicita o tipo de trabalhador necessário, e os conhecimentos restritos e aptidões técnicas especializadas passam a requerer, na atualidade, conhecimentos mais abrangentes. Desse modo, a educação foi preparando o trabalhador conforme as exigências técnico-organizacionais do trabalho ao longo de cada época.

Logo, o Estado adapta o sistema educacional com as reformas necessárias à formação profissional, como a que ocorreu na década de 1990. Uma estratégia imprescindível para adequar a educação ao mundo do trabalho, criando mecanismos legais para regulamentar a “educação profissional” com vistas a atender os imperativos das inovações tecnológicas que emergiam nesse contexto, como defende Debrey (2003, p. 15):

Nesse período é que foram promulgadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996), e o Decreto nº 2.208, de 14 de abril de 1997, que regulamentam a *educação profissional* e alteram substancialmente, e de forma autoritária, os princípios e os parâmetros dessa modalidade educativa.

Em análise dos referidos documentos, com base na realidade socioeconômica do país, o autor coloca que a reforma da educação profissional, da década de 1990, insere-se na nova política de Estado guiada pela lógica de mercado. Em consonância com sua época, a LDB/96 apresenta um conceito de educação mais abrangente, sendo que: “A educação envolve os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de

²⁶ “Capital Humano”, o qual incorpora em si um pouco do fator capital e um pouco do fator trabalho. Com base nesse enfoque é que a maioria dos projetos econômicos nas economias planificadas só é considerada viabilizada quando, na medida das necessidades, fatores como bens de produção (capital reproduzível) e recursos humanos (capital humano) forem acessíveis, constituindo, assim, os pilares do desenvolvimento econômico. O idealizador da Teoria Capital Humano foi Schultz, Theodore. *Capital/Humano*, 1976.

ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Dessa forma, na contemporaneidade a educação assume funções mais amplas, além da transmissão cultural verifica-se o quanto a compreensão desse conceito é expandida. Por isso, faz-se necessário recorrer a outros campos do conhecimento na tentativa de refletir a respeito da relação educação e trabalho na atualidade.

Dessa maneira, torna-se importante compreender o mercado de trabalho e a formação profissional a partir dos contextos socioeconômicos e culturais.

Sob essa perspectiva, entende-se que os estudos relacionados à educação e ao mundo do trabalho estão vinculados aos diversos segmentos sociais, pertencendo a campos teóricos diferentes, aparentemente. Para Frigotto (1999, p.25):

[...] a educação é um campo social de disputa hegemônica, que tem sido tratada por diferentes campos do conhecimento: economia, Economia da Educação, Sociologia, Sociologia do Trabalho, Psicologia Social e a própria Filosofia. [...] é impossível eliminar a necessária relação que mantém com os demais campos disciplinares. Ou seja, não há razões de ordem epistemológica para fixar fronteiras rígidas.

Reconhecendo a educação como um objeto de análise para os distintos campos do conhecimento, justifica-se a abordagem interdisciplinar para a apreensão do processo evolutivo da educação vinculada à dinâmica da acumulação do capital. Sendo assim, a educação, ao longo do processo de industrialização brasileira, esteve atrelada aos ditames do capital.

Assim, o início do desenvolvimento das indústrias na década de 1930, que promoveu um cenário cada vez mais urbano, passou a exigir maiores conhecimentos por parte do trabalhador; o que justificou a expansão e as transformações no sistema educacional, evidenciando que é o mercado de trabalho que define a qualificação necessária ao processo produtivo e o Estado a legitima com as legislações.

A partir de 1960 as condições políticas e econômicas fomentaram ainda mais a industrialização brasileira. Nesse sentido, aumenta a importância da educação na formação do trabalhador, sendo considerada como fonte de progresso econômico, baseada na Teoria do Capital Humano. A educação passou a ser concebida como instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da força de trabalho, do que decorria a maximização da produção e a redistribuição da renda (KUENZER 1987, p.37). Essa visão

contribuiu decisivamente para a ampliação de estabelecimentos de ensino profissionalizantes. Estes foram amparados por políticas educacionais que coadunavam com o tipo de trabalhadores requeridos pelas indústrias.

Durante os anos de 1990 os avanços tecnológicos foram apontados como o principal responsável pelas mudanças na estrutura do mercado de trabalho, sendo um indutor de transformação no perfil do emprego industrial (SPOSITO, 2006). As repercussões dessas modificações também foram sentidas no mundo do trabalho e, inevitavelmente, direcionou um novo modo de preparar o trabalhador exigindo novas qualificações, por isso a urgência de adequações legais.

De modo mais amplo, pode-se afirmar que a formação profissional se transforma em consequência das mudanças na economia. As adequações das agências de ensino vão promovendo a formação do trabalhador, assim o ensino profissionalizante torna-se fundamental para o aprimoramento da força de trabalho; relevante para o aumento da capacidade produtiva que funciona como elemento fundamental no processo de acumulação. A temática de reestruturação produtiva, a nova organização do trabalho e suas consequências para a formação profissional, têm sido os eixos de estudos do GT Trabalho e Educação,²⁷ o que servirá de base para o estudo, fundamentado nas discussões desse grupo.

3.2 A relação trabalho e educação no Brasil de 1920 a 1970

Da transição da economia agrário-exportadora para o início do modelo industrial ocorreram importantes fatos que auxiliam na compreensão da evolução da preparação da mão-de-obra para a realização da expansão capitalista. Há uma estreita relação entre os fatos da expansão cafeeira, que promoveram a implantação das ferrovias com o início da industrialização. A acumulação de capital, gerada pela cafeicultura, impulsionou a construção das estradas de ferro. Havia a necessidade de formação da mão-de-obra para os transportes ferroviários, e na falta dessa era necessário a importação de trabalhador especializado, o que era dispendioso. Medeiros (1987, p.110) expõe que:

²⁷ GT Trabalho e Educação da ANPEd caracteriza-se como um fórum de debates de pesquisadores dessa área de estudos.

[...] em estudos publicados a partir de 1925, uma preocupação com o baixo índice de eficiência de formação profissional para a indústria, foi o ensino ferroviário que Roberto Mange realizou suas primeiras experiências para formação de força de trabalho especializado.

Nesse sentido, o ensino ferroviário pode ser considerado como um marco inicial na evolução histórica da formação profissional, em função da racionalidade técnica das estradas de ferro por possuir equipamentos mais complexos. A ênfase desse ensino é posta na preparação técnica ou profissional diretamente orientada para os conhecimentos utilitários e de aptidões técnicas. Essa formação sofreu os reflexos dos princípios da Organização Racional do Trabalho (ORT),²⁸ que visavam a divisão do trabalho e que fortemente influenciou esse ensino. Tal fato revolucionou a era das indústrias nascentes e, conseqüentemente, o modo de formar os seus trabalhadores, ainda que de forma incipiente.

Em relação às questões atinentes ao fator humano, a formação profissional era um problema, pois a indústria encontrava dificuldades para o recrutamento de trabalhadores. A mão-de-obra nacional era a principal herança deixada pela abolição dos escravos; os industriais consideravam-nos como ineficientes, escassos e despreparados. Ainda justificavam que os salários pagos eram altos e que os trabalhadores produziam pouco devido ao mau “adestramento” e a ausência de atitude profissional (MEDEIROS, 1987).

Para o industriário Simonsen, o trabalhador brasileiro estava mau preparado em relação ao imigrante, por isso havia a contratação de mão-de-obra de operários, engenheiros e técnicos especializados da Europa e Estados Unidos. Todavia, a solução do impasse se dificultava ainda mais porque os industriais não tinham como meta principal a qualificação da mão-de-obra, nem a remuneração adequada aos operários (MEDEIROS, 1987).

Essa mão-de-obra era, em grande parte, formada por analfabetos, o que dificultava o trabalho nas indústrias e despertava a carência de treinamentos para melhor atender às exigências do novo mercado de trabalho que se iniciava.

Percebe-se que, com o surgimento desses problemas nacionais, a educação passou a ser responsável pela sua solução. Shiroma (2000, p.16) afirma que “Uma concepção francamente

²⁸ A ORT expressa o conjunto de teorias da Administração Científica do Trabalho. Os teóricos da economia clássica Adam Smith e David Ricardo, no século XVIII, já afirmavam que a divisão do trabalho aumentava a capacidade produtiva, se o operário fosse mantido na mesma função por algum tempo, tornando assim um perito. Reflexão em Cunha (1990).

salvacionista convencia-se de que a reforma da sociedade pressuporia, como uma de suas condições fundamentais, a reforma da educação e do ensino”.

Com as transformações geradas pela indústria, como uma das responsáveis pela migração campo-cidade, como um fator atrativo, acrescenta-se uma outra situação, o confronto da população, principalmente de origem rural, com o meio urbano. Assim sendo, a vida na cidade passou a exigir, tanto do migrante rural como do cidadão, um nível mais elevado de instrução. A luta pela sobrevivência, através de sua inserção no mundo do trabalho formal, exige mais de todos. Esse embate permeava as discussões sobre as políticas educacionais, no que diz respeito à relação entre educação e trabalho. A esse respeito Romanelli (1994, p. 71) argumenta:

A industrialização e a deteriorização das relações de produção, no setor agrícola, as quais tiveram como consequência a aceleração do processo de urbanização, constitui um fator que pode ser computado como determinante de uma procura efetiva de mais educação.

O governo criou, em 1930, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública com o intuito de solucionar os problemas advindos do início da industrialização e o processo de urbanização que emergia. Originou-se a inspetoria de ensino profissional objetivando a qualificação da mão-de-obra para atender à demanda crescente. Verifica-se, com a criação da legislação educacional, a presença do Estado atuando em nome de uma doutrina desenvolvimentista da economia, planejando com a finalidade de beneficiar a industrialização nacional por meio de amparo legal (ROMANELLI, 1994). O poder público passou a agir no sentido de intervir na criação de leis para favorecer a industrialização. Isso decorreu na elaboração da Constituição de 1934, segundo Tuppy (2002, p.111):

Assim, o “ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas” foi considerado na Constituição Federal de 1934 (Art. 129) “o primeiro dever do Estado” e era assim previsto principalmente porque, a partir de 1930, a indústria nacional que começava a se formar e expandir reclamava por profissionais qualificados.

Esse intervencionismo governamental ou dirigismo econômico acabou implementando uma política educacional dual; o que é reafirmado por Franco (1998, p.121): “Mantendo a dualidade intrínseca à formação social brasileira, entre trabalho manual e trabalho intelectual”; sendo um ensino profissional para os menos favorecidos, porque a indústria precisava, e um propedêutico para os mais abastados, com o intuito de prosseguimento dos estudos. Medeiros (1987, p.176) descreve como era o ensino:

Reforçou a função discriminatória do ensino de ofícios, que continuou a ser destinado aos mais pobres, mas, dentre eles, aos que apresentassem melhores aptidões para a utilização, pela indústria, de sua força de trabalho. No mesmo sentido, encontramos a possibilidade oferecida por esse método, de evitar a ascensão social por preparar pessoas para a “reprodução de trabalho simples” e poder de formação de um tipo de trabalhador disciplinado, obediente e ordeiro, favorável ao trabalho na indústria.

De acordo com a mesma autora, a evolução do ensino profissional no Brasil até 1940 ocorreu num modo de experimentação gradual e de forma lenta. De 1942 a 1946 criaram-se decretos-leis, em sua grande parte visando atender ao intuito de qualificação profissional (SHIROMA, 2000, p. 27). A qualificação dos trabalhadores era necessária em função das mudanças tecnológico-industriais com o objetivo de promover as substituições das importações. Entre 1945 e 1973, período compreendido de expansão pós-guerra, contexto que é denominado Fordismo/Keynesiano, ocorreram profundas alterações nas relações de trabalho. A partir de 1940 o ensino profissional é revigorado, ampliado e expandido com a implantação do sistema S.

O sistema “S”,²⁹ criado no conjunto dessas leis, atendia de imediato à urgente demanda de uma economia que tinha por meta acelerar o processo de substituição das importações. Para qualificar a classe operária, já engajada no processo fabril, o governo recorreu à Confederação Nacional das Indústrias – CNI, como parceiro na sua implantação. A justificativa da parceria, segundo Shiroma (2000, p. 29) se devia a:

Incapacidade governamental em prover a formação profissional em larga escala, seja pela dificuldade na alocação de recursos, seja pela inoperância do próprio sistema de ensino oficial para oferecer a formação técnica almejada. Mas era patente, entre os empresários, a quimera liberal de fazer da fábrica uma escola, o lócus ideal da formação para os valores do industrialismo.

Percebe-se que a educação é instrumento da ideologia de determinada classe social que, na busca do crescimento econômico, se beneficia com as intervenções estatais seguindo, assim, o marco da internacionalização das indústrias, no período desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek. Para expressar o contexto, Ianni (1971, p.172) expõe:

A partir dos anos 1956-60, já não era mais possível reviver – a não ser como anacronismo – a ideologia da vocação agrária do Brasil. A indústria como

²⁹ Essa Legislação Orgânica criou sistemas autônomos e isolados denominados sistema “S” (SENAI, SESI, SESC, SENAR e SEST) e o das escolas técnicas, voltados para atender à parcela mais carente da população (TUPPY, 2002).

categoria econômica, política e cultural passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios.

Essa conjuntura é marcada por planos políticos e econômicos, por mudanças nas tecnologias das indústrias que iniciavam. Para conseguir o crescimento econômico a condição primordial era a preparação do trabalhador. A educação, assim, assume papel de mais destaque na economia.

A educação desse contexto teve como base ideológica a “Teoria do Capital Humano”, que levava ao ensino tecnicista. (FRANCO, 1998). A proposta pedagógica desse contexto ainda é influenciada pelo Taylorismo/Fordismo, nesse modelo o trabalhador é treinado para executar uma única tarefa (ocupação). Os cursos ministrados limitavam-se ao simples adestramento, o trabalhador não precisava pensar, conforme Segnini (1992, p.60). A mesma autora afirma que “Em Taylor, o trabalhador manual deve cumprir uma “única” forma correta de execução de tarefa, de acordo com tempos e movimentos pré-estabelecidos pela gerência”.

A facilidade de formação do trabalhador que, para ser “instruído” ou “adestrado” na execução de tarefas parceladas numa máquina, necessitaria apenas de alguns dias para sua aprendizagem. A respeito do que significou essa teoria para o ensino, Segnini (1992, p.62) explicita:

A generalização do taylorismo determinou mudanças significativas na estrutura de qualificação e poder da classe trabalhadora. A padronização, se por um lado significou a redução da influência do trabalhador qualificado, levou à conversão de inúmeros operários desqualificados em operários semiquualificados, adaptados ao trabalho taylorizado.

Esse modelo encontrou sua base educacional na pedagogia tecnicista, que tinha como meta a obtenção máxima de produtividade do trabalhador. As bases dessa concepção pedagógica é a eliminação da subjetividade dos conteúdos transmitidos, controle dos comportamentos aprendidos de forma objetiva sem a possibilidade de reflexão por parte do aluno. Intensifica-se a sua influência, a qualificação da mão-de-obra brasileira, que é preparada com base nesse modelo pedagógico-tecnista, que encontrou respaldo na “Teoria do Capital Humano”.

Essa teoria propunha para a educação um papel decisivo na promoção do crescimento econômico do país. A crença difundida é que investimentos no fator humano representavam maior produtividade, conseqüentemente maior lucro no paradigma Taylorista/Fordista.

No próximo item serão abordadas as mudanças do contexto econômico e social a partir de 1970. Mudanças no mundo do trabalho como qualidade dos produtos e flexibilidade na produção

solicitam um novo perfil de trabalhador, ditando novas exigências ao campo educacional. Assunto abordado a seguir.

3.3 A relação trabalho e educação no Brasil a partir de 1970

Com a inauguração do novo regime de “acumulação flexível”, instauram-se mudanças no mercado de trabalho industrial, nos modos de produzir e no consumismo. Depois de um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do Taylorismo/Fordismo, constatou-se uma crise que gerou transformações no sistema capitalista como um todo, como apontado por Harvey (1992), mencionado no capítulo I. Essas reestruturações fizeram frente a uma nova forma de organização da economia, nos aspectos sociais, políticos, ideológicos, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos e principalmente da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2005).

Uma das mudanças apontadas por ambos os autores é o impacto do novo modelo econômico, que impõe suas nuances em relação ao Taylorismo/Fordismo em franco declínio e, conseqüentemente, na concepção de formação profissional necessária ao trabalhador. No que concerne, essa concepção muda com o início da extinção das atividades mecanizadas em função da informatização e das inovações tecnológicas;³⁰ embora no Brasil ocorresse num ritmo mais lento do que o experimentado pelos países centrais (ANTUNES, 2005). Esses aspectos foram abordados no capítulo I.

As mudanças ocorridas no campo das inovações tecnológicas impuseram ao mercado de trabalho novas exigências e transformações no campo educacional. Com o colapso do modelo tecnicista de ensino houve a necessidade de atualização, para entrar em sintonia com as novas exigências criadas pelo sistema capitalista. Uma evidência é que a realidade social e econômica se transforma e as novas exigências impõem desafios para a formação profissional, obrigando o campo educacional a se adequar. O que explicita Manfredi (1992, p.106):

Já nos anos 70 era evidente que a dinâmica de inovações do desenvolvimento técnico colocaria também exigências novas nas qualificações dos trabalhadores. A base técnica de qualificação daquelas novas condições de “produção e

³⁰ A partir de 1990, com a ascensão de Fernando Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso, foi que o processo de inovações tecnológicas intensificou-se no Brasil.

qualificação” é a rejeição do processo taylorista do trabalho e o desenvolvimento de competências abrangentes nos trabalhadores.

Aponta também a necessidade de nova estruturação dos currículos abrangendo, além dos conhecimentos básicos, os conhecimentos técnico-científicos, fundamentais à prática do profissional. Passou-se a exigir um trabalhador com um novo perfil, em consequência do desenvolvimento tecnológico, para realizar atividades como direcionamento e manutenção. Assim, as qualificações profissionais precisavam acompanhar e desenvolver, cada vez mais, um caráter de competências gerais em vez de apenas habilidades manuais. O novo perfil do trabalhador é apresentado na citação a seguir com muita propriedade por Feijó:

O serviço de manutenção de caminhões Scania pisca uma luzinha. Seus mecânicos precisam ter noções de física, eletrônica, e informática, além de informações específicas sobre materiais utilizados na fabricação de peças e componentes. Isso porque o diagnóstico das condições do veículo é realizado pelo computador (Revista Diga lá, n. 1, 1998).

É diante desses aspectos que se observa o importante papel da tecnologia como indutor de mudanças no perfil do emprego industrial no Brasil (SPOSITO, 2006, p.29). Como objetivo para atingir a competitividade necessária ao capital produtivo, as empresas buscam a “polivalência”, ou a multifuncionalidade do trabalhador. Sposito (2006) cita dois exemplos do perfil profissional exigido no Brasil:

1) a grande procura, por parte das empresas e, por outro lado, a disputa acirrada, por vagas de *trainees*, pessoas que se adaptam às novas formas de trabalho, sem especialização em um ramo específico, mas que desenvolvem diferentes atividades em setores diversificados de uma mesma empresa;

2) em fábricas de calçados que adotam o modelo de encomendas para a produção (*just-in-time*), os operários utilizam as máquinas para todo o processo de fabricação, sem a divisão altamente especializada que dominava o modelo fordista. Esse operário é, também, conhecido como já se esboçou anteriormente, como multifuncional.

Esclarece Frigotto (1999, p.146):

Os novos conceitos relacionados ao processo produtivo, organização do trabalho e qualificação do trabalhador aparecem justamente no processo de reestruturação econômica, num contexto de crise e acirrada competitividade intercapitalista. [...] A integração, a qualidade e a flexibilidade constituem-se nos elementos chaves para dar os saltos de produtividade e competitividade.

Quanto às novas exigências do profissional polivalente, o autor argumenta que a nova base tecnológica demanda de uma educação geral com o desenvolvimento de “capacidades abstratas”. Afirma ainda que “Se o capital se constituir no sujeito definidor dessas capacidades abstratas teremos, como vimos, uma perspectiva de multi-habilitações, de uma formação polivalente; continuará, todavia, uma formação seletiva, fragmentária, pragmatista e produtivista” (FRIGOTTO, 1999). As novas categorias ou conceitos estabelecidos pelo mercado de trabalho atual, tais como flexibilidade, multi-habilitações, polivalência, formação abstrata e empregabilidade estão em consonância com seu tempo. Embora Frigotto (1998, p.54) venha advertir que se tratam, na verdade, de uma metamorfose de conceitos que foram revigorados do passado, sem alterarem-se fundamentalmente as relações sociais que as mascaram a atualidade.

Outro problema apontado pelo autor é que o ensino básico brasileiro não é suficiente para capacitar o indivíduo para o exercício da cidadania, em busca de seus direitos fundamentais. Se essa primeira formação básica não for de qualidade, a formação polivalente continuará sendo um simples adestramento, como no modelo econômico Taylorista/Fordista, sem perspectivas para a prática cidadã; uma educação orientada pela ótica da Teoria do Capital Humano sem a função social.

Franco (1998, p.121) compartilha da mesma idéia e faz algumas considerações acerca das apontadas por Frigotto. Para a autora é um paradoxo, é incompatível a exigência de um trabalhador polivalente com o baixo nível educacional dos trabalhadores brasileiros. Torna-se um impasse a resolução desse problema, o que é justificado pela realidade sócio-cultural do povo brasileiro. Isso pode ser notado, principalmente, considerando o extenso mercado informal do país onde estão, em sua grande maioria, os trabalhadores menos preparados e excluídos das novas exigências do mercado de trabalho. Fato discutido, anteriormente, relacionando a realidade de Anápolis.

3.4 A Formação profissional e as novas categorias

A economia atual está sob as nuances da chamada “pós-modernidade”, instituindo-se novas características na sociedade contemporânea, principalmente no mundo do trabalho. Há um estabelecimento de novas categorias como empregabilidade, polivalência e outros que permeiam os currículos de formação profissional impostos pelo mercado de trabalho. Em se tratando do mundo

do trabalho, esse se torna mais flexível, rompendo com a regulação rígida de outrora. Como afirma Moreira (1997):

Trocou-se a regulação taylorista (rígida) pela regulação toyotista (flexível), pondo-se fim a toda uma era de economia política. Morreu um mundo do trabalho baseado na unidade, no padrão, na totalidade; nasceu um outro baseado no efêmero, no fluido, na diversidade, os parâmetros do pós-moderno.

Essas reestruturações produtivas do capital intensificaram-se no país pós década de 1990, como apontado anteriormente. Todavia, a reestruturação econômica na indústria não ocorreu de forma homogênea, em alguns segmentos foi de maneira incipiente, porém, em outros houve um aprimoramento em automação em função dos investimentos em altas tecnologias. Esses novos parâmetros impõem uma maneira de produzir mercadorias com base em técnicas inovadoras.

No setor industrial que ocorreram inovações tecnológicas surgiu um novo tipo de trabalhador baseado no sistema Toyota, modelo de produção adotado no Japão, mais eficaz em termos de lucratividade. O trabalho passa a ser realizado em grupos responsáveis diretamente pela meta a cumprir, que se assenta nos princípios dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) dos produtos. Esse sistema exige novas demandas qualitativas do trabalhador, o que é explicitado por Carvalho (2002):

Estes novos paradigmas produtivos vêm preconizados como portadores de uma nova necessidade qualitativa da mão-de-obra, que apontam quer para um aprendizado voltado à correta execução das atividades forjadas pela automação microeletrônica, ou para uma maior “integração” ao processo produtivo, através dos círculos de qualidade total.

A qualificação do trabalhador continua sendo um elemento indispensável no mundo do trabalho, mas requerendo novas adequações no modelo de ensino. Passou a exigir do trabalhador conhecimentos mais genéricos, aprendizagem contínua e disposição para constantes reciclagens com a finalidade de atender às necessidades produtivas do capital. A respeito dessas mudanças no mundo do trabalho, Carvalho (2002) afirma:

Obviamente que tais aspectos requerem deste trabalhador uma nova dimensão qualitativa, no sentido de estarem preparados para compreenderem assim a dimensão mais generalizante de sua atividade produtiva, além de estarem preparados para uma multivariadas de funções.

Atribui-se à educação a capacidade de criar competências no trabalhador preparando-o para o mercado de trabalho, resultando na incorporação da categoria empregabilidade, inerentes ao mercado de trabalho e à formação profissional atual. A ideologia da empregabilidade surge no contexto das novas formas capitalistas de produção, exigindo competência técnica e científica do trabalhador para se ajustar ao mercado de trabalho. Na ótica do capital, esses são atributos insubstituíveis para a ascensão social e colocação no mercado de trabalho (DEBREY, 2003, p.58).

No tocante à inserção do trabalhador no mercado de trabalho, Fogaça (1999, p. 65) acrescenta que “a responsabilidade pela situação de desemprego vem sendo tirada dos ombros do Estado e jogada nos ombros dos próprios trabalhadores”. O autor adverte que nesse aspecto o trabalhador é que se torna responsável pelo seu próprio desemprego.

Responsabilizar o trabalhador pela sua não empregabilidade é fazer vistas grossas para o que é sobejamente conhecido, ou seja, que uma enorme parcela da população infanto-juvenil deixa a escola cedo para trabalhar em decorrência da calamitosa distribuição da renda nacional (FERRETTI, 1997, p. 16). A respeito da categoria empregabilidade Hirata (1996, apud FERRETTI, 1997) elucida que:

A noção de empregabilidade está associada a uma política de seleção da empresa e implica transferir a responsabilidade da não-contratação (ou demissão, no caso dos *plan sociaux*) ao trabalhador. Um trabalhador “não empregável” é um trabalhador não-formado para o emprego, não-competente etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e mesoeconômicas contribuem decisivamente para essa situação individual (p.10).

Nesse sentido, torna-se importante apresentar como a mídia tenta difundir o termo empregabilidade destacando a importância do estudo. Segundo a matéria do jornal “O Popular” sobre o mercado de trabalho e formação profissional, a empregabilidade do trabalhador é um desafio e cabe a ele essa conquista. Está destacada abaixo a mensagem desse meio de comunicação, que confirma com muita propriedade esse fato:

O mercado de trabalho está cada dia mais competitivo e sujeito as mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas. As rápidas transformações exigem que os profissionais estejam preparados para lidar com novos desafios diariamente. [...] Encare sua vida profissional como um patrimônio pessoal. Cabe a você preservar e valorizar esse patrimônio. (Jornal O Popular, 16 dez. 2007).

Mensagens como essa se reveste do papel ideológico para reforçar a responsabilidade da não empregabilidade como sendo do trabalhador, sem levar em conta a realidade social do mesmo. Desse modo, o desemprego do trabalhador, a existência de empregos precários, o incremento dos empregos temporários e do setor informal da economia são fatos considerados de inteira responsabilidade do trabalhador. A respeito do papel ideológico da mídia Morais (2000, p. 162), com base em Marx, Engels (1989) e Chaui (1984), explicita considerações sobre o assunto:

Por isso, no contexto de uma análise sobre como se constituem as representações, deve-se verificar o papel da mídia nesse processo, considerando que ela pasteuriza a informação e a transmite à massa da população. Como não há diálogo, as informações veiculadas são passivamente absorvidas, induzindo à ideologização, em que as desigualdades intrínsecas à sociedade contemporânea são consideradas naturais, mantendo-se, portanto, o *status quo*.

Esse aspecto é reforçado pela divulgação de algumas agências de formação profissional que têm na qualificação do trabalhador um recurso para uma suposta empregabilidade. Como se houvesse postos de trabalho para toda a PEA (População Economicamente Ativa), estabelecendo uma relação qualificação x desemprego. Em se tratando dessa relação, também expõe Thomaz (2000):

Nesse contexto, ao se esperar da (re)qualificação do trabalho por si só, o selo da garantia, não só para a revalorização da competência e da habilidade, mas principalmente o passaporte para a empregabilidade, não se está considerando o processo social circundante.

Um exemplo desse fato foi apresentado no item 2.5, do capítulo II. No tocante à existência de algumas agências de qualificação de mão-de-obra na cidade de Anápolis, essas agências colocam a qualificação profissional como um recurso à empregabilidade sem, contudo, verificar a observância da relação demanda/oferta de empregos, o que resultou em um não “casamento” mão-de-obra qualificada/vagas disponível no mercado de trabalho da cidade. Ocorreu uma formação de mão-de-obra qualificada gerando um excedente sem possibilidade de colocação no mercado de trabalho.

Diante dessa realidade, outro aspecto ideológico se insere e é alertado por Carvalho (2002): a existência de uma maior oferta de mão-de-obra qualificada, que pode servir para o barateamento desta força de trabalho, privilegiando o capital. Por outro lado, o conceito de empregabilidade, em tempos de mundialização do capital, neoliberalismo de Estado e de reconversão produtiva, utiliza e revigora a categoria marxista de “exército industrial de reserva”

(DEBREY, 2003, p.112). Assim, se o trabalhador tiver que ser substituído o será facilmente, pois a ideologia de empregabilidade acaba criando um exército de reservas.

Outra categoria a ser incorporada ao mundo do trabalho é a polivalência. A imposição dessa terminologia impôs uma adequação dos currículos de formação profissional; as agências passam a adotar a polivalência como princípio nos cursos de qualificação. O mundo do trabalho impulsiona o sistema de ensino profissionalizante a reformular seus cursos, por isso é imprescindível estar atualizado e buscar a flexibilidade na sua programação curricular, direcionando seu ensino de acordo com a demanda do mercado, que passa a exigir a polivalência do trabalhador.

A categoria polivalência é apresentada no âmbito da OIT (Organização Internacional do Trabalho) como sendo a “modalidade de formação destinada aos participantes à mais ampla formação em vários ofícios relacionados com a profissão escolhida”. Esse apontamento da OIT torna ampla a formação do trabalhador no sentido de atender às exigências mercadológicas. Essa concepção de polivalência abrange apenas conhecimentos relacionados aos saberes técnicos voltados para a profissão. Explicita a formação do trabalhador para atuar numa multivariada de funções, sem a preocupação de acrescentar, a essa, requisitos voltados para a prática da cidadania.

Na concepção da OIT a formação do trabalhador se limita à função mercadológica. A formação polivalente do trabalhador se restringe às técnicas, sem levar em conta sua necessidade de uma formação integral. Como apontada pela própria LDB, a educação deve preparar o trabalhador para o exercício da cidadania, além de qualificar para o trabalho (Lei nº 9394/1996, art. 2º).

Em relação a essa preparação, Thomaz (2000) compreende que há a necessidade de proporcionar uma formação ao trabalhador que o coloque na condição de refletir sobre sua situação enquanto superexplorado pelo capital, na perspectiva de sua emancipação. Não leva o trabalhador a uma reflexão em busca de transformações sociais.

Logo, a formação geral do trabalhador é imprescindível e reforçada por Kuenzer (1987, p.97). A autora vê a importância de estabelecer uma “relação entre o saber político e o saber técnico”. Essa concepção de formação profissional é pensada no sentido de tornar apto o trabalhador para enfrentar as situações do mundo atual, que impõem não apenas novos e múltiplos conhecimentos técnicos, mas os políticos e o social. Ou seja, um currículo que permita a formação técnica necessária às constantes mudanças do setor produtivo e, principalmente, elementos voltados para a compreensão da realidade social do trabalhador num viés da cidadania.

É preciso acreditar que a organização curricular, com seleção e disposição de conteúdos e atividades previamente determinadas, é de fundamental importância no objetivo que se quer

alcançar. É bom salientar que os currículos expressam princípios e valores que se legitimam com a prática educativa, por isso, é importante analisar os elementos curriculares de cursos profissionalizantes; sendo esse um dos objetivos do trabalho a ser realizado posteriormente.

3.5 Formação profissional *versus* desemprego: Anápolis no contexto

A cidade de Anápolis apresenta-se com um ensino básico em defasagem, uma população de jovens desempregados, com alta taxa de analfabetismo em algumas regiões da cidade e um incremento do setor informal da economia, como já foi discutido anteriormente. Essa problemática é comum no país, como um todo, e repercute profundamente no mundo do trabalho, principalmente em Anápolis. Por ser o DAIA o objeto desse estudo, o item foi iniciado com base na pesquisa realizada por Macedo (2007, p. 169) em Anápolis:

Para os trabalhadores de baixa renda e sem qualificação, a situação é mais crítica: quanto mais alta a tecnologia, menor as chances de trabalho, juntamente com o achatamento dos salários. É nesse quadro de avanços tecnológicos e de mudanças no mundo do trabalho que cumpre-nos esclarecer a situação do trabalhador assalariado pertencente ao parque industrial de Anápolis – DAIA.

A relação mercado de trabalho e formação profissional é marcada por uma dinâmica dentro de cada contexto socioespacial. Por isso o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um estudo dessa relação, caracterizando essa dinâmica em cada região brasileira. A pesquisa é denominada *Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007*. Ela apresenta o perfil do trabalhador exigido pelas empresas brasileiras no geral. O perfil profissional solicitado pelas empresas segundo o estudo é:

- Homens (63%);
- Não negros (58%);
- Faixa dos 31 aos 37 anos;
- Pelo menos cursando o ensino médio (8,2 a 13,1 anos de estudo);
- Nas áreas industriais (34%) e de atendimento público (27%);
- Com remuneração média entre R\$ 640 (indústria têxtil e de calçados) e R\$ 1.916 (setor financeiro).

Quando analisado esse perfil pode-se associar dois deles ao mercado de trabalho do DAIA. Um diz respeito à opção pela mão-de-obra masculina, representando 63% do total. A outra preferência é pelo nível médio de escolaridade, reforçando informações da pesquisa empreendida junto ao CAT e às empresas farmacológicas descritas no capítulo II, e outras investigações, como a de Montalvão (2004), Macedo (2007), Vannuchi (2007).

Outro ponto que se destaca no documento em geral é o saldo de 84 (oitenta e quatro) mil indivíduos com qualificação profissional em 2007, em todo o Brasil, sintetizado no Quadro 15. Embora qualificados e com experiência profissional, esses indivíduos não tiveram oportunidade de emprego em 2007. Esse fato é explicado pelo descompasso entre setores da economia que mais geram vagas e os que contam com estoque de indivíduos disponíveis. E ainda leva-se em conta que esse trabalhador qualificado pode estar numa região que não tem vaga disponível para sua qualificação conforme a pesquisa.

Quadro 15 - Brasil e Regiões: saldo entre oferta de mão-de-obra e demanda de empregados qualificados e com experiência profissional em 2007

Região	Oferta de mão-de-obra qualificada	Demanda de empregos formais	Saldo entre oferta e demanda
Norte	69.940	99.031	- 29.091
Sul	227.817	254.152	-26.335
Centro-Oeste	110.611	124.058	-13.447
Sudeste	886.788	868.920	17.868
Nordeste	380.912	245.886	135.026
Brasil	1.676.068	1.592.047	84.021

Fonte: Elaboração do Ipea de microdados da Pnad/IBGE e do Caged-Rais/ M.T.E, excluída a área rural dos estados da região norte – exceto Tocantins.

No total, no ano de 2007, o número de pessoas desempregadas foi de 9,1 milhões, desse apenas 1,7 milhões possuem qualificação para o emprego. Em termos percentuais, somente 18,3% do total das pessoas que procuram por trabalho no Brasil atendem os requisitos do mercado de trabalho.

No estudo constata-se que a maior carência de mão-de-obra qualificada é para o setor secundário que, no entanto, é o segundo setor da economia em geração de empregos no país.

Quanto a esse fato, em seu estudo, José Pastore, professor da USP, fez um alerta com a previsão de risco de um possível “apagão” da mão-de-obra industrial no Brasil.

Já na região Centro-Oeste há um déficit de mão-de-obra qualificada para a indústria. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso, ressalta a problemática “Faltam pessoas capacitadas para atuar, principalmente nas áreas de manutenção industrial, construção e tecnologia”, alertando que esse é um dos principais desafios da indústria goiana.

De maneira geral, o estudo do IPEA (2007) apresenta uma falta de correlação entre disponibilidade de vagas e a oferta de trabalhadores com qualificação e experiência profissional, segundo os setores de atividade econômica no país. Esse fato gera um “descasamento” entre as vagas abertas e a mão-de-obra disponível, o que sugere uma política de qualificação do trabalhador de forma a não produzir um exército de mão-de-obra qualificada para determinado setor e deixar um déficit para o outro, como mostra a pesquisa.

No tocante ao problema demanda/oferta é aconselhável “casar” oferta e demanda garantindo, assim, a inserção do profissional no mercado de trabalho. O caminho para a solução desse tipo de problema pode estar no que aponta o diretor de qualificação profissional do Ministério do Trabalho e Emprego (M T E), Antônio Almerico Biondi Lima, citado por Merola (2006, p.19). Por isso torna-se necessário analisar, no mercado de trabalho, o número de vagas disponíveis e as características do perfil exigido.

Caso não haja um “casamento” entre a oferta de mão-de-obra e o número de vagas disponível a qualificação torna-se nula; o que reforça a necessidade de medidas políticas para a qualificação com base em pesquisas como a do IPEA, para evitar investimentos sem retorno com a não inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Caso ocorra um número elevado de trabalhadores qualificados e desempregados, esses formarão os chamados exércitos de reserva que facilitam, para o empresário, a negociação de salários, como lembra Carvalhal (2002). Conforme os números apresentados, no mercado de trabalho há um descompasso entre os setores que mais geram vagas e os que contam com estoque de indivíduos disponíveis para imediatamente ocupá-las.

O mapa do emprego no Brasil, apresentado pelo estudo do IPEA (2007), diagnosticou um déficit de quase 13,5 mil profissionais qualificados na região Centro-Oeste, verificado principalmente para a indústria têxtil, vestuário e calçados. A imprensa goiana divulga em primeira página a seguinte notícia:

Procura-se trabalhador.
Centro-Oeste tem 13,4 mil vagas à espera de mão-de-obra qualificada.
(Jornal O Popular, 08 nov. 2007).

O risco de mensagens como essa é o de gerar um movimento migratório para a região. Entende-se que a busca por oportunidades de emprego em locais onde há divulgação de oferta de vagas pode desencadear vários problemas sociais, como o aumento por demanda de moradia, saúde, escola e outros. E ao mesmo tempo gerar uma expectativa no migrante se não houver o “casamento” da mão-de-obra com as vagas disponíveis no local.

Outro aspecto que merece registro é o tratamento da temática, na revista *Economia & Desenvolvimento* (n. 25, 2007), que traz a abordagem “*Qualificação profissional, fator de desenvolvimento*”. No texto é exposta a visão do Estado, tendo a qualificação profissional da força de trabalho como condição básica para assegurar mais eficiência aos processos produtivos e à prestação de serviços, reconhecendo a necessidade de capacitar trabalhadores. Outro fato que se destaca na revista é o reforço da mensagem, citada anteriormente, de que o mercado de trabalho goiano tem excesso de oferta de empregos disponíveis. A matéria, no entanto, não divulga qual é a cidade nem o tipo de vagas. Diante desse tipo de discurso, questiona-se: onde estão os empregos gerados no Estado de Goiás?

As respostas para esse questionamento foram buscadas no Sistema Nacional de Empregos SINE. A instituição captou, junto às empresas goianas de diversos segmentos econômicos, 86.177 (oitenta e seis mil, cento e setenta e sete) vagas no ano de 2007. Dessas vagas 26.496 (vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e seis) foram consideradas perdidas pelo órgão porque não foram ocupadas, segundo ele cerca de 30% geralmente não são aproveitadas por falta de qualificação profissional.

O órgão, para analisar a relação oferta e demanda de mão-de-obra, dividiu o Estado de Goiás por regiões. O SINE denominou de *Região Goiás* a área composta por Anápolis, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goiânia. Essa região ocupou o 1º lugar em número de vagas ociosas, num total de 16.852 (dezesesseis mil, oitocentos e cinquenta e dois). Ressalta-se que a referida região traz em destaque o maior pólo industrial do Estado na cidade de Anápolis, objeto de estudo em questão. No entanto, as ocupações que tiveram excesso de vagas foram vendedor praticista, vigilante, pedreiro, vendedor de serviços e operador de caixas.

Constata-se, pelas informações apresentadas pelo SINE, que não foi o setor secundário que mais ofertou vagas na denominada *Região Goiás*, e que as vagas oferecidas não são típicas da

indústria, embora a cidade de Anápolis faça parte dessa região, se destacando com o DAIA como o maior pólo industrial do Estado de Goiás.

Neste contexto, torna-se importante evidenciar que houve crescimento do setor secundário na cidade de Anápolis, com a implantação de novas plantas industriais e não no que se refere à geração de novos empregos pelas empresas já instaladas. O aumento da implantação de novas plantas industriais na cidade pode ser conferido no item 2.3 no quadro 8, capítulo II. Assim essa realidade das indústrias do DAIA é tratada na pesquisa empreendida por Macedo (2007, p. 180):

O DAIA não é diferente. Suas indústrias possuem investimentos tecnológicos capazes de substituir a mão-de-obra humana. Atualmente oferece 7.896 empregos diretos e mais 400 indiretos dentro de sua área, conforme informação da Administração do DAIA. Números considerados baixos se levarmos em conta que são 95 indústrias, mesmo quando se considera o tamanho de cada uma delas. Algumas são bem grandes, como a CECRISA e a TEUTO, e outras bem menores. Isso porque, em 1982, apesar de ter apenas 12 empresas, o DAIA gerava quase oito mil empregos. Entre 1982 e 2006, o número de trabalhadores empregados permanece abaixo dos oito mil. Por estes dados entendemos que a tecnologia está substituindo a mão-de-obra humana. Afinal, a quantidade de postos de trabalho é praticamente a mesma. Analisando esses dados, constatamos que a quantidade de empregos não cresceu na mesma proporção do crescimento do número de empresas atuantes no DAIA, no período acima considerado.

A respeito desse estudo depreende-se que as indústrias geram poucos empregos e com exigências de qualificação da mão-de-obra. Por isso, é pertinente apontar o papel do Estado de Goiás na tentativa de equacionar a relação qualificação profissional *versus* desemprego desenvolvendo programas de preparação de mão-de-obra.

O trabalho é realizado em parceria com as instituições como o SENAI, SENAC, SENAR, SEST, Escola de Governo e a Universidade Federal de Goiás, sob a coordenação e orientação da Secretaria do Trabalho, da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Do ponto de vista quantitativo, Ageu Cavalcanti, secretário do Trabalho, avalia que a curva na qualificação foi crescente até 2001. Nesse ano (2001), foram beneficiados 88.520 (oitenta e oito mil, quinhentos e vinte) trabalhadores de 231 (duzentos e trinta e um) municípios. A partir de 2002, os investimentos na qualificação foram reduzidos, o que pode ser constatado com os dados de 2006, e foram qualificados apenas 6.000 (seis mil) trabalhadores, em 53 (cinquenta e três) municípios goianos (Revista Economia & Desenvolvimento, n.25, 2007).

Diante do exposto, no fator quantitativo, verifica-se uma redução de investimentos em qualificação profissional no Estado. Então, desse cenário depreende-se alguns questionamentos de ordem qualitativa, embora não seja possível respondê-los neste trabalho. O programa de

qualificação da mão-de-obra do Estado observa a relação demanda/oferta? Quais os índices de absorção dos profissionais qualificados pelo programa? Qual é o mercado de trabalho que está absorvendo mais trabalhadores? A qualificação é hoje fundamental para a inserção no mercado de trabalho? A escolaridade pode ser considerada uma ferramenta fundamental não somente para conseguir um emprego mais seguro, como também para obter maiores rendimentos e maiores oportunidades? Qual é a qualidade pedagógica desses cursos? No entanto, o último é um dos objetivos deste trabalho, a tendência do modelo pedagógico atual. Para responder esses questionamentos seria necessária uma pesquisa mais aprofundada. Embora elencados, são questionamentos importantes e pertinentes à temática mundo do trabalho e formação profissional. Após a apresentação do SENAI, serão analisados 2 (dois) cursos de qualificação profissional quanto aos conteúdos curriculares.

3.6 O SENAI em Goiás e em Anápolis

O SENAI³¹ é uma instituição de ensino profissionalizante que está no Estado de Goiás desde 1952. A cidade de Anápolis foi a primeira a receber essa instituição no Estado, hoje denominada Faculdade de Tecnologia Roberto Mange. A Faculdade de Tecnologia SENAI – Roberto Mange - recebeu esse nome em homenagem ao pioneiro em ensino industrial no Brasil. A instituição forma em média 6.000 (seis mil) profissionais por ano, só no ano de 2004 atendeu, no primeiro semestre, 84 (oitenta e quatro) indústrias do DAIA (MONTALVÃO, 2004).

Atualmente possui 10 (dez) unidades de educação profissional fixa, instaladas de Norte a Sul de Goiás, e 8 (oito) unidades móveis, que se deslocam até as empresas com ofertas de cursos em diversas áreas.

No Estado de Goiás já foram formados 790.392 (setecentos e noventa mil, trezentos e oitenta e dois) trabalhadores desde a sua criação até 2006, nos vários segmentos de alimentos e bebidas, automação, construção civil, couro e calçados, eletroeletrônica, eletromecânica, gestão, editorial e gráfico, informática, madeira e mobiliário, meio ambiente, metalmecânica, plásticos, química, refrigeração, saúde e segurança no trabalho, telecomunicações, têxteis e vestuário e transportes (Revista Economia & Desenvolvimento, n.25, 2007).

³¹ Justifica-se a investigação dessa instituição de ensino por ter sido citada nos questionários pelas indústrias farmacológicas. Justifica-se a escolha dos dois cursos para a análise pela mesma razão.

Os trabalhadores qualificados ou aperfeiçoados profissionalmente, formados por essa instituição de ensino, são dirigidos para a atuação na cidade de Anápolis, principalmente no DAIA.

As atividades de ensino dessa unidade são realizadas por solicitação do cliente ou por programa aberto. Quando a empresa solicita esta é denominada de “capacitação específica”, como as parcerias entre o pólo farmacológico do DAIA e a instituição. Nesse caso, o cliente define o programa curricular a ser executado para que o curso qualifique a mão-de-obra de acordo com o objetivo da empresa.

Por programa aberto a instituição elabora os cursos que são realizados no decorrer do ano, em um total de 3 (três) a 4 (quatro) edições. A escolha dos cursos a serem oferecidos se pauta na procura dos concluídos anteriormente. Para ingressar nos cursos o cliente é agendado em lista de espera. Essa programação é amplamente divulgada através de *folders*, *site* do SENAI, *e-mails*, fax, rádio e jornal (MONTALVÃO, 2004).

Para atender à demanda, principalmente do Pólo farmacológico do DAIA, a Faculdade de Tecnologia Roberto Mange criou o curso de graduação em Tecnologia em Química Farmacológica Industrial. O SENAI além de oferecer cursos de graduação tecnológica dispõe de formação em pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Conforme entrevista com o gerente de Educação profissional do SENAI para a revista Economia & Desenvolvimento (n.25, 2007), Manoel Pereira da Costa afirma que “O SENAI atende às tendências do mercado, argumentando que os processos de ensino da instituição têm acompanhado a evolução do mercado de trabalho”.

Segundo Manoel Pereira da Costa, os cursos da instituição atendem às necessidades mercadológicas e o rumo é ditado pela economia global. A palavra de ordem do SENAI é “inovação”, considerando as tendências da economia na busca de “produtividade e competitividade”. Os profissionais do SENAI, além de estarem preparados tecnicamente, são incentivados a desenvolver a capacidade de aprender a aprender, avaliar, criticar, propor e tomar novas decisões.

Esse novo procedimento de ensino-aprendizagem adotado envolve o prisma da chamada Pedagogia Nova, o “aprender a aprender” no qual o aluno deve participar ativamente da formulação dos problemas e da sua solução (GHIRALDELLI., 2004, p.29). Assim, as palavras do gerente de educação profissional do SENAI explicitam a superação da Pedagogia tecnicista, assunto abordado anteriormente. Ainda, os cursos estão voltados para o desenvolvimento de competências humanas,

baseadas em valores como ética, justiça social, qualidade de vida e prática cidadã (Revista Economia & Desenvolvimento, n.25, 2007).

Em entrevista³² realizada no dia 03 de julho de 2007, o coordenador pedagógico do SENAI foi questionado a respeito da relação do mercado de trabalho do DAIA e o ensino do SENAI. A resposta foi que há uma estreita relação entre esse mercado de trabalho e o ensino da instituição, pois as empresas contratam os serviços do SENAI para preparar seu trabalhador. Citou o exemplo da Hyundai (empresa instalada em 2006 no DAIA), que contratou os serviços do SENAI para realizar o processo seletivo e preparar o seu trabalhador contratando mais de 98% dos egressos da instituição. Em se tratando do aproveitamento dos egressos pelo mercado de trabalho o pesquisador do IPEA, Divonzir Gusso, apontou o “Sistema S” no qual inclui o SENAI como de bom desempenho. “É notório o bom funcionamento do ‘Sistema S’ em relação ao ensino profissionalizante”. Mais de 70% dos egressos estão no mercado de trabalho, argumentou o pesquisador.

Na entrevista foram obtidas informações sobre os cursos da instituição. Foram relacionados pelo entrevistado os cursos mais voltados para o preparo do trabalhador para a atuação no DAIA.

Os cursos são oferecidos em 3 (três) níveis: “Básico, Técnico, Superior”, segundo entrevistado:

- Básico: (marceneiro, eletricista de instalações, eletroeletrônica veiculares, mecânica de manutenção de máquinas industriais, mecânica de veículos automotores, diesel, mecânica de manutenção de automotores, assistente administrativo, processos químicos).
- Técnico: (mecânica industrial, eletromecânica, eletrotécnica, eletrônica, química industrial, segurança do trabalho, logística empresarial).
- Superior: (processos químicos, tecnologia em químico Fármaco-industrial).
- Pós-Graduação: Em segurança do trabalho.

O entrevistado concluiu argumentando que o SENAI busca adequar-se às mudanças que o cenário da educação profissional tem apresentado nos últimos anos. Principalmente buscando atender às exigências do DAIA quanto à relação ensino/trabalho.

³² Roteiro da entrevista encontra-se em anexo neste trabalho. (Anexo IV).

Agora serão apresentados e avaliados 2 (dois) cursos. Ambos são ministrados pelo SENAI (Faculdade de Tecnologia Roberto Mange), na cidade de Anápolis. Os cursos foram apontados pela pesquisa junto às indústrias farmacológica como de boa aceitação e explicitados pelos gerentes de Recursos Humanos das empresas como de excelente qualidade. Essa avaliação foi feita com base no bom desempenho técnico do trabalhador dentro da empresa, como parâmetros voltados para a produção. Esses 2 (dois) cursos em questão receberam o reconhecimento positivo das empresas pesquisadas.³³

Os cursos que serão analisados são:

- a) mecânica de manutenção de máquinas industriais;
- b) química industrial.

3.6.1 Considerações sobre os cursos pesquisados: apresentação e análise

a) Apresentação: mecânica de manutenção de máquinas industriais

O curso de manutenção de máquinas industriais é da modalidade de ensino aprendizagem industrial, destinado a candidatos de 14 (quatorze) a 24 (vinte e quatro) anos com a carga horária programada para 300 horas. Segundo o coordenador do curso não há um programa curricular estabelecendo objetivos, métodos e propostas gerais. As aulas são ministradas com base em apostilas, com conteúdos direcionados para a ocupação, obedecendo a um cronograma. Este apresenta diversos conteúdos voltados para a área técnica, não há conteúdos direcionados para saberes voltados para a prática da cidadania.

Em conversa informal com o coordenador do curso, este foi indagado a respeito de tal fato. Ele respondeu que durante as aulas os saberes voltados para cidadania vão sendo incorporados pelos professores possibilitando a discussão de assuntos sociais, embora não estejam explícitos no programa.

Na Revista Futuro Profissional (n.21, 2007), são apontadas competências gerais dos egressos do curso de mecânica de manutenção de máquinas industriais – o profissional está apto a

³³ Encontram-se apensados neste trabalho informações curriculares dos cursos pesquisados. Anexo V.

utilizar técnicas de manutenção corretiva, preventiva e preditiva – para manter as máquinas e os equipamentos em boas condições de funcionamento.

Verifica-se, no currículo desse curso, uma grande quantidade de competências para esse profissional. A formação abrange uma ampla área de atuação. O profissional é denominado de “curinga” dentro da indústria, o que leva o mesmo a ser contratado por qualquer tipo de indústria, não especificamente apenas do setor farmacológico.

b) apresentação: técnico em química industrial

O curso de química industrial é da modalidade ensino habilitação técnica. É destinado a formar o técnico em química industrial. Com carga horária programada para 1.600 horas, sendo que 400 são destinadas ao estágio.

São requisitos para o acesso: conclusão do Ensino Médio, exceção feita aos alunos vindos da aprendizagem industrial que, ao ingressarem no itinerário do Curso Técnico, deverão ao término ter concluído o Ensino Médio. Após o processo seletivo para 30 (trinta) vagas oferecidas terão prioridade aqueles candidatos que, por ventura, mantenham algum vínculo empregatício com empresas contribuintes do SENAI em atendimento dos Art. 40 e 41 do Regimento Interno do SENAI.

Conforme os elementos curriculares, o profissional torna-se apto a planejar, coordenar, operar e controlar os processos industriais e laboratoriais. É capaz de realizar amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas. Pode realizar vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos, participa no desenvolvimento de produtos e validação de métodos. O trabalhador é capaz de atuar com responsabilidade ambiental em observância às normas técnicas e de segurança. São estabelecidas para o curso de técnico em química tanto habilidades como competências gerais e específicas.

c) Quanto à análise dos cursos

Quanto aos parâmetros para a análise, estes foram buscados na política da educação profissional adotada pelo Ministério do Trabalho. Com base na LDB/96 foram criados mecanismos

para avaliar a qualidade do ensino profissional. Uma das políticas adotadas pelo Ministério do Trabalho foi através do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

A concepção do plano é o nexó entre trabalho, educação e desenvolvimento no âmbito das Políticas Públicas de Qualificação, que pressupõe a promoção de atividade político-pedagógica baseada em metodologias inovadoras dentro de um pensamento de inclusão, tendo como base vários princípios. O PNQ (2005) estabelece uma visão de qualidade pedagógica da formação profissional baseada em vários princípios, a seguir, alguns fora destacados:

- O trabalho como princípio educativo;
- Direito ao trabalho como valor estruturante da cidadania;
- A qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável;
- Associação entre participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento;
- Construir propostas de currículos nutridas de conteúdos sociais e que possibilitem diversos itinerários formativos.

Nos currículos dos cursos buscou-se alguns desses princípios do PNQ (2005) como parâmetro para análise. As informações obtidas através desses elementos curriculares, de modo geral, não apresentaram conteúdos sociais (princípios) semelhantes aos destacados no PNQ. Dentro da proposta curricular de ambos os cursos há uma carência de conteúdos sociais que dão ao professor subsídios para articular uma possível discussão sobre a realidade social do aprendiz; o que contraria a proposta político-pedagógica do PNQ, a própria LDB/96 e o ponto de vista dos autores, que valida a importância dos conteúdos políticos e sociais na formação do trabalhador.

No caso do curso de mecânica e manutenção de máquinas industriais, a sua organização curricular limitou-se apenas a um simples arranjo de conteúdos técnicos com carga horária e atividades pré-estabelecidas. O curso não apresenta nenhum tipo de conteúdo relativo ao campo social e político.

Quanto às observações pertinentes aos conteúdos voltados para o processo produtivo salienta-se que são bem variados no âmbito das técnicas. O curso de mecânica e manutenção de máquinas industriais apresenta uma característica marcante, que é a possibilidade do profissional poder atuar em qualquer tipo de indústria. A habilitação do egresso do curso permite uma atuação

ampla, por isso é denominado de profissional “curinga”, porque pode atuar numa multivariabilidade de funções e diversos tipos de indústrias.

Em relação à proposta curricular do curso de química industrial, esta possibilita uma maior caracterização. Nos elementos curriculares são propostos objetivos, área de atuação, requisito para acesso, competências e outros. Destaca-se na organização curricular deste a citação de temas que podem vir a ser abordados durante a formação. Esses temas são relacionados à química: análise físico-químicas e microbiológicas; aos processos industriais: boas práticas de laboratório e de fabricação, metrologia química e Gestão ambiental.

Como pode ser observado, destaca-se a possibilidade de se discutir temas voltados para a gestão ambiental como um conteúdo de relevância social, o que pode proporcionar uma possível consciência ambiental por parte do aluno. Embora não garanta a formação do sujeito cidadão, constitui-se em uma possibilidade de discussão e está pelo menos previsto no currículo.

Outras possibilidades para os egressos do curso é a capacidade para atuar em indústrias, empresas de comercialização, assistência técnica, laboratórios de ensino, de calibração, de análise e controle de qualidade ambiental e em entidades de certificação de produtos. Esses indicadores permitem deduzir que o trabalhador pode exercer uma multivariabilidade de funções dentro da empresa, podendo ser ainda multiplicadas no cotidiano do trabalhador. Outro fato é a ênfase na formação profissional voltada para o processo produtivo.

De forma geral, o levantamento realizado permite traçar o perfil do trabalhador quanto à sua formação e atuação profissional, através dos currículos analisados. Depreende-se daí que os cursos preparam o trabalhador para a multifuncionalidade técnica, com poucas perspectivas para a prática cidadã.

Um trabalhador multifuncional é capaz de exercer várias funções (controle, manutenção, direcionamento) dentro da indústria, até mesmo atividades intelectuais como coordenação e orientação de equipes, com a possibilidade de resolver problemas mais simples, o que pode ser verificado no programa curricular do curso de técnico em química.

Os currículos apresentados têm como objetivo geral a preparação do trabalhador para a polivalência técnica, não apresentam conteúdos políticos e sociais que permitam a emancipação do trabalhador. É uma formação limitada pela falta de reflexão social.

O gerente de Educação Profissional do Senai, Manoel Pereira Costa, justifica o porquê da formação polivalente: “Com a determinação de amplas competências e habilidades como objetivo dos cursos, o trabalhador se tornará apto para a atuação em várias ocupações na empresa”. A

formação profissional passa a valorizar o conjunto das competências técnicas, cognitivas e comportamentais, contrárias à hiper-especialização da indústria “Taylorista” muito bem representada pelo filme *Tempos Modernos*. Segundo Manoel Pereira da Costa:

Hoje, porém, verificam-se drásticas mudanças nesse cenário, com a exigência crescente de um trabalhador pró-ativo e polivalente, capaz de responder e, em alguns casos, até mesmo antecipar-se à volatilidade do ambiente tecnológico e econômico e à realidade de equipes cada vez mais enxutas para compensar ganhos de produtividade, o estreitamento generalizado das margens de lucro (Revista *Futuro Profissional*, n. 17, 2006).

Nesse entendimento, pode-se avaliar que os objetivos da qualificação profissional estão vinculados aos princípios mercadológicos, com a ampliação não só da capacidade de trabalho, mas também das habilidades e competências do trabalhador para a maximização dos lucros e maior acúmulo de riquezas pelo capital.

No entanto, o desafio decorre da necessidade de superar a visão de qualificação apenas como preparação e capacitação de alguém para um determinado emprego, uma determinada ocupação no mercado de trabalho. A visão de qualificação profissional não pode se constituir apenas no contexto técnico do mercado de trabalho. Isso significa pensar a preparação do trabalhador como algo amplo, flexível, que permite tanto habilitar profissionalmente quanto desenvolver conhecimentos num enfoque de educação geral, que objetive a formação integral do homem.

Essa compreensão tem sua relevância. Para tal é preciso a inserção nos currículos de conteúdos que possibilitem a construção coletiva de conhecimentos a partir de uma visão problematizadora da realidade social do trabalhador, atendendo os requisitos propostos, como a LDB/96, o PNQ e outros mecanismos legais. Em se tratando de formação profissional, torna-se evidente que é um desafio. Nessa perspectiva, Carvalho (2002) esclarece:

A educação, a formação profissional, enquanto esferas constitutivas do ser social não se reduzem ao trabalho, porém têm nele seu momento fundante, daí o caráter ontológico do trabalho em nossa sociedade, em que as determinações que lhe direcionam, em cada período histórico, sobredeterminam as outras esferas, portanto põe-se premente o conhecimento do modo constitutivo do trabalho sob a hegemonia do capital e os princípios que regem seu movimento, para compreendermos na radicalidade dos complexos sociais suas contradições e possibilidades de superação.

3.7 Formação profissional: a concepção dos empresários

Os empresários das indústrias correspondem a um segmento da sociedade que age na economia, interferindo no mercado de trabalho e conseqüentemente na formação profissional. Essa relação constituiu-se ao longo do tempo em uma das preocupações dos empresários industriais e na contemporaneidade possui relevância. Sob essa perspectiva entende-se que é importante conhecer a atual concepção desse segmento social.

A concepção desse segmento social, em relação à educação, traz a preparação do trabalhador para as indústrias como ponto central, para o crescimento econômico do país explicitando que: “Educação e conhecimento são pilares do Mapa”. Para os industriários a educação básica de qualidade assume papel fundamental para o desenvolvimento das empresas, tornando-se um sustentáculo importantíssimo para as indústrias.

Essa concepção será delineada com base no documento “Mapa estratégico da Indústria 2007-2015”.³⁴ Os empresários se mobilizaram para a discussão e reflexão conjunta sobre vários temas originando, aí, o referido documento, sendo os principais: infraestrutura, saúde, responsabilidade social e ambiental, produtividade, expansão da base industrial, disponibilidade de recursos e educação, sendo esse último associado à qualificação da mão-de-obra.

Elevar a qualidade da educação básica permitirá ao país aumentar o estoque de capital humano com efeitos diretos nas estratégias da indústria, de melhorar a produtividade e a qualidade e de estimular a atividade de inovação nas empresas (MAPA 2007-2015, p.30).

Os empresários avaliam a qualidade da educação no Brasil como sendo um obstáculo ao desenvolvimento da economia, que exige profissionais cada vez mais competitivos e eficientes. Consideram que o sistema educacional brasileiro não atende satisfatoriamente às exigências do mercado de trabalho industrial quanto à mão-de-obra qualificada, impondo a eles tal responsabilidade.

Para suprir suas necessidades se veem obrigados a realizar treinamentos técnicos específicos no “chão da fábrica” e às vezes até prover a Educação Básica. Essa preocupação tem o

³⁴ O mapa estratégico da Indústria foi construído com base na metodologia do *Balanced Scorecard*, criado por Robert Kaplan, professor da *Harvard University*, e David Norton, consultor de empresas. O *Balanced Scorecard*, ou BSC é um modelo de gestão que auxilia as organizações a traduzir a estratégia em objetivos, facilitando sua compreensão e implementação. Para a construção do referido documento foram realizadas reuniões da CNI, em Brasília, no ano de 2005.

intuito de aumentar o estoque de Capital Humano do país, para isso é preciso haver uma elevação da qualidade da educação básica e manutenção dos alunos nas escolas por um tempo maior. Ressalta-se que a educação básica de qualidade é um instrumento necessário às relações de produção capitalista, uma vez que a formação apenas técnica, como o “adestramento” dos moldes passados, já não basta. Por isso, hoje é preciso conhecimentos generalizados que possibilitem a compreensão de todo o processo produtivo, daí a importância de uma Educação Básica de qualidade. Sobre a educação básica, Kuenzer (1992, p.119) afirma:

Para tanto a mera educação profissional já não é suficiente. Por isso, o próprio capital reconhece que os trabalhadores em geral precisam ter acesso à cultura, sob todas as suas formas, para o que é indispensável uma sólida educação básica.

A taxa de escolarização líquida da população brasileira, de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos, supera 95%, garantindo um estoque de capital humano (MAPA 2007-2015). Nesse caso, o ponto questionável é a qualidade do ensino, que não é considerada satisfatória para a atuação na indústria. Isso é justificado em virtude das transformações no mundo do trabalho, principalmente quanto às competências dos trabalhadores das indústrias, que se modificam constantemente. Os empresários reconhecem que é preciso aliar conhecimentos técnicos aos intelectuais:

É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação, no desenvolvimento de competências profissionais e humanas adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e à criatividade (MAPA 2007-2015, p.31).

É por isso que a qualidade da Educação Básica é o foco principal da estratégia educacional do país. Os empresários consideram que o fazer tem que estar junto com o pensar no processo produtivo, sendo um discurso pró-escolaridade. A educação é relevante, embora ela restrinja a formação de força de trabalho para fins mercadológicos.

No entanto, considerando que a formação básica está deficitária, esta repercute no número de matriculados no Ensino Médio, constituindo-se em uma das preocupações desse seguimento social. O investimento na Educação Básica melhoraria os índices relacionados ao Ensino Médio, que tem o percentual reduzido de apenas 37% dos jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos matriculados.

Outra importante preocupação do setor industrial a ser observada é o Ensino Superior, que é considerado ineficiente, carecendo de reformas, principalmente em relação aos conteúdos acadêmicos. Este seguimento assegura que precisam ser reformulados os conteúdos incluindo

habilidades e novas competências como capacidade de comunicação, resolução de problemas e trabalho em equipe.

Outro ponto destacado é a Educação Tecnológica, que é considerada um dos pilares para a indústria brasileira. Os empresários anseiam ainda por ampliar o número de ofertas de vagas para a área tecnológica e o desenvolvimento de pesquisa básica, com um nível de padrão internacional. Isso porque, cada vez mais, são incorporadas novas tecnologias e novas formas de organização da produção, o que levará a uma demanda maior de profissionais preparados para a tecnologia. Desses profissionais são esperados conhecimentos científicos, tecnológicos, incluindo habilidades básicas e de gestão, atitudes relacionadas à iniciativa, criatividade, solução de problemas, autonomia, valores relacionados à ética e responsabilidade.

A educação profissional e tecnológica constitui um suporte estratégico para a sustentabilidade e competitividade da indústria brasileira. [...] A oferta de uma educação básica de qualidade, desenvolvida de forma articulada às modalidades acima mencionadas, representa um importante desafio (Mapa 2007-2015, p.33).

Nessa discussão se insere as mudanças no âmbito das políticas públicas atuais do MEC.³⁵ O Programa Brasil Profissionalizado implantará mudanças no Ensino Médio que, segundo Irineu Colombo diretor do Mec, não possui sentido. Isso porque ao concluir essa etapa não há um prosseguimento nos estudos ingressando no Ensino Superior, que a rigor tem realizado a profissionalização. Com a nova ação o Ensino Médio adquirirá uma base científica e outra tecnológica fazendo uma integração do Ensino Médio com a Educação Profissional.

Quanto às queixas dos empresários, a recente política do MEC poderá atender seus anseios quanto a formação profissional. De forma geral, o levantamento documental permite mostrar o que pensam os empresários da indústria quanto à educação brasileira e suas implicações na formação profissional. Na concepção dos industriários a educação é vista como uma estratégia, condição essencial para a elevação da competitividade da indústria no mundo globalizado. O aumento da quantidade de matriculados, a melhoria na qualidade da educação, o desenvolvimento de competências profissionais representa um estoque de capital humano. Nessa visão, a educação assume papel de destaque tornando-se um desafio para atender às estratégias do processo produtivo.

³⁵ No que se refere a este assunto foi editado o decreto n.6095 de 24.04.07 que propõe a criação dos IFET – Institutos Federais de Educação e Ciência e Tecnologia. Esses institutos segundo Irineu Colombo diretor da Setec/MEC articulará as Educações Superior, Básica e Profissional. Para o diretor o crescimento econômico brasileira exige conhecimentos técnicos mais avançados.

3.8 Influências da economia na educação

Uma reflexão sobre a relação educação e economia perpassa pela apresentação dos diversos olhares. Desta forma, pensar na educação não se constitui em uma tarefa fácil, por isso tenta-se buscar uma visão sistêmica. Mas é importante destacar que os distintos segmentos sociais constroem a significação dessa relação de acordo com cada contexto, conforme a sua cultura e seus condicionantes históricos. A fim de trazer subsídios para compreender como essa relação se apresenta serão apontados alguns pontos de vista que indicam como essa questão é polêmica e se constitui em uma das preocupações atuais. Um dos elementos que permeia essa relação é o estreito vínculo entre mercado de trabalho e a formação profissional como enfoque central desse trabalho.

Ao longo da história da industrialização brasileira houve uma repercussão direta do mundo do trabalho na educação. Como foi apontado anteriormente, na medida em que a industrialização dava seu início, essa foi conclamada a colaborar no processo produtivo. Desde a década de 1930 a atuação da educação passa a ser vista como condição indispensável para a formação da mão-de-obra. A relevância da educação vai aos poucos se intensificando, principalmente a partir da década de 1960, com a Teoria do Capital Humano, seguindo nos anos 90 com as inovações tecnológicas, como já foram apontados.

Assim, a educação vai sendo considerada um elemento mediador entre o mercado de trabalho e a formação profissional dirigido pela economia. E para enfatizar a importância da educação como condição essencial para a preparação da sociedade para o trabalho, ao longo do tempo, cita-se o exemplo do processo de industrialização dos Estados Unidos. Mesmo se tratando de outra realidade socioespacial, reafirma-se a relevância da educação, segundo Chinoy (1957 p. 544):

Nos Estados Unidos, e em outros países industriais, como já observamos, a educação precisa fornecer agora números crescentes de homens e mulheres bem exercitados para manter em funcionamento a sociedade. [...] A difusão da alfabetização, o aumento do número e do tamanho das escolas de todos os níveis de ensino e as mudanças substanciais no conteúdo e nos métodos de educação achavam-se estreitamente ligados ao desenvolvimento da indústria moderna e às modificações sociais que o acompanharam. Separando o lar do local de trabalho e aumentando o coeficiente de mobilidade social e geográfica, a industrialização limitou a capacidade da família para preparar os filhos de modo que possam ganhar a vida.

Evidencia-se que se torna um mecanismo para impulsionar o sucesso econômico e condição fundamental ao capitalismo e preponderante para a formação da mão-de-obra. Tal consideração é expressa por Arroyo (1942, p.57), onde “A educação da gente comum, dos trabalhadores, na visão dos teóricos da economia política, é defendida apenas como mecanismo de liberação dos obstáculos que se pode opor a essa marcha inexorável do progresso econômico”.

Assim, o crescimento econômico é tido pela ciência econômica como consequência de uma educação adequada, voltada para o processo produtivo. Desse modo os governos brasileiros passam a adotar o dirigismo econômico como orientação para as políticas públicas a serem implementadas nos campos educacionais. Partindo do pressuposto do dirigismo econômico, as teorias de Keynes inspiraram a maior parte das políticas governamentais do Brasil desde a última guerra mundial. Para essa teoria as leis ditas naturais de mercado não são suficientes para assegurar o bem-estar, o pleno emprego, o crescimento econômico.

Cabe ao Estado intervir com o objetivo de regular a economia, especialmente através de suas políticas orçamentárias, fiscais e monetárias (LAVILLE & DIONNE, 1999). Consequentemente, esse dirigismo econômico passa a intervir na relação mercado de trabalho e formação profissional. Embora, sob esse aspecto, já desde o início do século XX, algumas tendências do pensamento pedagógico laico passaram a advogar algum tipo de união entre economia e educação, o que tem se mostrado uma continuidade na atualidade (GHIRALDELI, 2004, p.17).

No atual estágio, a educação está em posição mediadora entre o mundo do trabalho e a formação profissional sob a forma cultural produzida pelo capitalismo. Se apresenta com novas significações dentro do contexto contemporâneo, como a renovação da Teoria do Capital Humano. Sobre esse aspecto Frigotto (1999, p.202) acredita que essa teoria está atualmente sob nova roupagem, considerando-se o seu rejuvenescimento, reafirmando-se como um pilar para o possível crescimento do país. Como pode ser observado na apresentação da concepção dos empresários no item anterior. A educação é considerada um pilar para a indústria em função dos avanços tecnológicos do mercado de trabalho brasileiro.

O mesmo autor explicita que a referida teoria foi revisitada, sofrendo mudanças ao longo do tempo, e revigora na atualidade com novas formas, mas com a mesma essência economicista. No que diz respeito a essas novas formas, elas apontam um novo tipo de trabalhador, incorporando novas categorias como qualidade total, formação abstrata, empregabilidade, formação polivalente, necessárias ao mercado de trabalho industrial atual, como já mencionado antes.

Nesse sentido, a valorização da educação só leva em conta a preparação do trabalhador para o mercado de trabalho sem perspectivas para a emancipação humana exercendo uma função social. O ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque, chama a atenção para o fato de ser cultural a valorização da economia em relação à educação para a vida social. O que pode ser notado com o seguinte comentário:

Então todo mundo diz que educação é prioridade, mas na prática mesmo, se colocarem alguém que diga “Eu vou cuidar da educação” e outro que diga “Eu vou construir mais estradas”, este ganha. Se colocar alguém que diga que vai melhorar a educação e outro que diga que vai investir nas indústrias, este ganha. É uma cultura muito forte no Brasil e vai demorar muito para mudar (Revista Profissão Mestre, n. 87, 2006).

Depreende-se então, a partir do comentário citado, que a cultura brasileira é permeada pelo viés economicista. Sendo assim, essa visão tem suas raízes, fundadas em um hábito cultural, discussão essa que se insere e que faz-se necessário recorrer a Moreira (1997, p.6), que afirma:

Que a economia moderna se institui de início sob a forma cultural do trabalho. E que só a seguir aflora como relação de conteúdo definitivamente econômico (leitura que questiona a noção simplista de que a economia é uma coisa e a cultura outra coisa, e, mais ainda, de que a cultura vem depois, como um mero reflexo do econômico).

Para Moreira (1997) é preciso atentar para a relação economia e cultura como dois elementos associados. Nesse sentido a educação, sendo apropriada pela cultura economicista, serve cada vez mais às necessidades do processo produtivo o que, segundo Buarque, é um desafio para mudar. Segundo Roure (2003, p.341) a cultura é concebida como relações sociais, políticas e econômicas e exerce papel central na sociedade. A mesma autora acrescenta ainda que a transmissão cultural é uma das funções da educação, compreendendo uma estreita relação entre cultura e educação. O que talvez justifique a influência da cultura economicista na sociedade brasileira como argumenta Cristovam Buarque.

Para finalizar esse enfoque dado à relação economia e educação foram trazidas algumas visões. Essa relação é discutida por Gustavo Ioschpe,³⁶ na qual o autor coloca a opção pelo atual subdesenvolvimento do país como sendo de responsabilidade dos educadores e a solução da situação econômica nas mãos dos economistas.

³⁶ Gustavo Ioschpe é mestre em Economia Internacional. Revista Veja, matéria intitulada “A opção pelo subdesenvolvimento”.

Apesar da resistência que educadores e pedagogos têm à intromissão de economistas, empresários e afins em seu território, é neles que se encontrará a revolução educacional de que o país necessita. Porque esses grupos conseguem deixar de tratar a educação unicamente como um fim em si mesma para entender que ela tem um papel vital – e urgente – a cumprir no desenvolvimento do Brasil (Veja, 30 ago. 2006).

Essas visões reforçam o entendimento de que a educação assume papel central na atualidade, sendo chamada a atuar na estrutura produtiva. Frigotto (1999, p.25) expõe que a educação é um alvo de discussão e disputa por diferentes campos do conhecimento. O que pode ser notado nesse posicionamento, ao advogar a relevância da participação dos economistas na educação brasileira.

Mas contrário a essa visão que responsabiliza os educadores pela falta de sucesso da economia, o professor da Uninove (SP), Gabriel Perissé, destaca o seguinte:

Mais uma vez os educadores, pedagogos e professores são os grandes culpados pelo subdesenvolvimento do País. Os economistas lidam com estatísticas e julgam os mestres que lidam com pessoas em formação. Com pessoas, crianças, jovens, famílias, cujos destinos dependem não apenas da escola, mas, sobretudo, das decisões políticas e econômicas de quem manda no País (Revista Profissão Mestre, nov. 2006).

Com outra visão e argumentos mais amplos Jaime Pinsky, professor de História da Unicamp, avalia e discute. O autor acrescenta que falta uma valorização do professor. O trabalho é realizado com cargas de aulas excessivas, falta dinheiro para comprar livros e são poucos os investimentos em formação continuada. Não considera o subdesenvolvimento do país como de responsabilidade dos educadores e ainda destaca ao tratar do tema:

Com todo o respeito aos tecnocratas, não me parece que o problema seja tão simples de resolver (afinal, um economista dirigiu a educação brasileira por oito anos e, a julgar pelos resultados, não parece que tenha feito trabalho tão brilhante), embora esteja de acordo com a necessidade de que deva ser pensado com a cabeça aberta, sem dogmas (Correio Brasiliense, 13 mai. 2000).

Por outro lado, recomenda quanto à necessidade de se pensar educação e economia de forma conjunta. O que pode ser observado nessas palavras “Se a causa da educação for só dos educadores, perdemos” este é o pensamento do economista e pedagogo Sérgio Haddad, doutor em história e sociologia da educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social-CDES, segundo ele, outras categorias

profissionais devem congrega forças para lutar por um novo modelo econômico, para que ocorra a redução da concentração de renda e possibilitar a “democracia educacional e social”. Para ele, a educação e a infraestrutura são os dois fatores fundamentais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento da pessoa, da cidadania, da economia e do trabalho (Revista Educação, n.99, 2005). Como foi visto, educação ainda continua a assumir papel importantíssimo na sociedade atual. Na tentativa de melhor esclarecer a temática, o presente trabalho propôs discutir algumas idéias, mas sem pretender esgotá-las. No entanto, fica o desafio de pensar como a educação pode contribuir para resolver os problemas sociais que a sociedade brasileira tem sofrido, viabilizando um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu refletir sobre a realidade sócio-espacial de Anápolis, considerando os antecedentes históricos (físicos e humanos) de sua formação territorial. Embora se reconheça as limitações dessa tentativa empreendida, em função do dinamismo dessas relações que seguem no espaço, esforços não foram medidos para que os objetivos propostos fossem alcançados. No caso de Anápolis, impôs-se a necessidade de apontar os diversos elementos (sociais, políticos, econômicos e outros) que, somados à posição geográfica estratégica desse município, foram fundamentais para produzir o realce de sua economia inserida no contexto regional e global.

A ampla divulgação do potencial industrial motivou expectativas de empregos sem, contudo, gerar empregos suficientes. Refletido a partir desse fato estabeleceu-se uma breve discussão das problemáticas advindas da alta taxa de urbanização da cidade. Foi imprescindível apresentar a realidade socioeconômica do município sem a pretensão de exaurir, a partir do desemprego estrutural, a economia informal, a falta de qualificação da mão-de-obra, analfabetismo e outros. As informações contidas no Plano Diretor de Anápolis 2006 são relevantes para conhecer a realidade sócioespacial para que, posteriormente, se discuta a temática desse trabalho no mercado de trabalho do DAIA e na formação profissional voltada para indústria.

No primeiro momento o mercado de trabalho do DAIA foi analisado sob uma base empírica, dificuldades de conseguir informações apareceram, considerando que algumas indústrias são herméticas. Esse fato é justificado pela concorrência que se estabelece entre elas, o que gera receios em fornecer informações aos pesquisadores. Neste caso, tal fato impossibilitou uma abrangência maior nas considerações sobre as tendências e necessidades desse mercado de trabalho.

Os resultados analíticos e avaliativos tiveram como universo o Centro de Atendimento ao Trabalhador – CAT – e duas empresas do pólo farmacológico. Contudo, os resultados confirmam algumas considerações sobre o perfil dos profissionais exigidos pelas indústrias que, de maneira geral, não se diferencia do padrão nacional.

Observa-se que as indústrias do DAIA estão inseridas nos moldes modernos das inovações tecnológicas de maneira geral. Isso confirma e justifica a pouca oportunidade de empregos para pessoas com baixo nível de escolaridade. Assim sendo, verificou-se que o maior número de contratações é destinado ao trabalhador com Ensino Médio e em menor escala para o ensino Superior. Entretanto, a pouca contratação de trabalhadores com o Ensino Superior se constitui em uma contradição ao exigir maior escolaridade dos trabalhadores.

E deve-se ressaltar, também, que há preferência pelo trabalhador mais flexível, de fácil adaptação e que tenha condições de assimilar as modernas tecnologias impostas por esse mercado de trabalho. Assim, ao recrutar trabalhadores no mercado de trabalho, buscam-se os indivíduos capazes de se ajustarem às inovações tecnológicas e que possam exercer múltiplas funções dentro da empresa. Para as indústrias, esse adjetivo possibilita a redução do número de funcionários, ficando perceptível na pesquisa o objetivo de alargar as margens de lucro com poucas contratações.

Esse aspecto, relacionado ao mercado de trabalho, tem acarretado modificações no quadro de funcionários do DAIA exigindo uma melhor qualificação. O que leva a motivar o trabalhador a buscar instituições especializadas em formação profissional. Em função do mercado de trabalho, a educação é considerada como uma ponte que leva o trabalhador às oportunidades de emprego. Nesse sentido, reafirma-se a tese da suposta empregabilidade. Gentili (2002, p.55) alerta que:

O discurso da empregabilidade reconhece explícita ou implicitamente, que, nessa competição acirrada pelos poucos empregos que o mercado de trabalho oferece, existe também a possibilidade do fracasso. Isto é, existe a possibilidade de que pessoas que, apesar de ter investido no desenvolvimento de suas capacidades “empregatícias” não terão sucesso na disputa pelo emprego e, conseqüentemente, acabarão sendo desempregadas.

Os noticiários, de maneira geral, também divulgam que a empregabilidade do trabalhador passa pela qualificação profissional. Conclui-se que para atuar no DAIA a qualificação é imprescindível. Entretanto, é preciso avaliar o nível de absorção do mercado de trabalho antes de qualificar a mão-de-obra, evitando a formação de “exército de reserva”, beneficiando o capital através do barateamento da mão-de-obra. E desses fatos surgem várias temáticas que merecem ser investigadas.

A capacitação dos trabalhadores para atuarem, por tempo determinado na produção, não garante a segurança profissional. Ou seja, os trabalhadores terão que se adequar às constantes mudanças e exigências do mercado de trabalho com a realização de novos cursos. A alta taxa de desemprego e a ameaça constante de demissão têm levado os trabalhadores a buscarem uma nova qualificação, o que não significa uma satisfação no campo de trabalho (MONTALVÃO, 2005).

Essas discussões mostraram que é impossível dissociar mercado de trabalho e formação profissional, porque são partes que se completam. Por isso, o mercado de trabalho conduziu este trabalho para a investigação da formação profissional no segundo momento.

A observação da relação trabalho e educação, opção feita pelo esboço histórico da formação da mão-de-obra brasileira, permitiu compreender a subordinação da educação pela

economia ao longo dos anos. Observa-se que, na medida em que ocorriam mudanças relativas ao mundo do trabalho, adequavam-se as reformas legais e o modelo de ensino da educação profissional. Essa tendência apontada segue na atualidade. A LDB/96 estabelece a finalidade da educação, aponta novas diretrizes, sem definir como. Nesse sentido Debrey (2003) assinala que:

Para a nova LDB, a educação, dentre outras finalidades, deve preparar para o exercício da cidadania e para a qualificação para o trabalho (Lei nº 9.394/1996, art. 2º). A referida lei e a legislação complementar relativas à reforma do ensino técnico-profissionalizante não explicitam a categoria cidadania em relação a educação (p.65).

A expressão “preparar para o exercício da cidadania” instigou essa parte da investigação. Nesse momento, com base na análise de dois currículos de cursos profissionalizantes, constatou-se que é deficitária a ocorrência de conteúdos que possibilite a formação do trabalhador cidadão.

Em primeiro lugar foi encontrada uma formação voltada para os moldes exigidos pelo mercado de trabalho; o que reafirma a visão economicista da educação e que continua a exercer importante papel no mundo capitalista contemporâneo. A formação do trabalhador enquadra-se no viés da multifuncionalidade, com conteúdos abrangentes para a polivalência técnica. No modelo curricular adotado verifica-se uma escassez de conteúdos sociais. Nesse sentido, dificulta a formação do trabalhador numa perspectiva que possibilite o exercício da cidadania e a reflexão sobre sua própria situação enquanto sujeito conhecedor de seus direitos e deveres dentro e fora da indústria.

Na crença de que os currículos traduzem a intenção educacional, aponta-se a relevância de constar conteúdos sociais que possibilitem um diálogo dentro da sala aula visando à formação integral (intelectual, cultural, cidadã e técnica,) dos trabalhadores.

Resta fazer uma consideração sobre essa análise, que se mostrou limitada, e que poderia ser mais rica se fosse verificada em sala de aula, no processo ensino-aprendizagem. Enfim, fica o desafio à formação profissional de se dedicar ao duplo papel de educar para a cidadania, levando em conta as exigências do convívio social e qualificar tecnicamente o trabalhador para o mercado de trabalho em constantes mutações (KUENZER,1987).

Mas para tanto, o grande desafio é a superação da visão economicista, para que a educação esteja a serviço do social em primeiro lugar. Concordando com Gentili (1996), as palavras de Hobsbawm (1992) são apropriadas para finalizar, convém “... lembrar ao mundo que primeiro devem vir as pessoas e não a produção”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Manoel C. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina. Recife: Grijalbo, 1977.

_____, Manoel C. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1981.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: BOITEMPO, 2005.

ARAÚJO, Maria da Piedade. **Infraestrutura de transporte e desenvolvimento regional**: uma abordagem de equilíbrio geral inter-regional. Tese de Doutorado em Economia - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". USP, São Paulo, 2006.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **A região como arena política** – A produção da região urbana centro-goiano. Tese de Doutorado em Geografia. UFF, Rio de Janeiro, 2005.

ARROYO, Miguel G. Educação e Exclusão da Cidadania. In.: BUFFA, E. & ARROYO, M, G. Nosella Paolo (Orgs.). **Educação e Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1942.

BECKER, B, K. **Logística**: uma nova racionalidade no ordenamento do território?. Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, AGB, 1993.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1991.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Legislação Federal.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, nº 9394 de Dezembro de 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Educação para um novo tempo**: Instituto Federal. Irineu Colombo.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Universidade Tecnológica ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Moisés Domingos Sobrinho. 2008.

_____. PLANO NACIONAL DE MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plano Nacional de Qualificação 2005**. Monitoramento e supervisão.

BRITO, Regina Maria de F. Amaral. **A gestão das cidades e sua organização interna**: Anápolis – 1993 a 2004. Dissertação de Mestrado em Geografia. IESA/UFG, Goiânia, 2007.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Os fundamentos do debate sobre a formação profissional. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, nº especial. Ago./2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura.** Vol I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Joana D'arc Bardella. **Anápolis desenvolvimento industrial e meio ambiente.** Anápolis: Associativa Educativa Evangélica, 2004.

CHINOY, Ely. **Sociedade: uma introdução à Sociologia.** São Paulo. Cultrix, 1957.

CNI Confederação Nacional da Indústria. **MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2007-2015.** Brasília. Fórum Nacional da Industrial, CNI/DIREX, 2005.

COSTA, Manoel Pereira da. Do trabalhador mudo às equipes falantes. **Revista futuro profissional,** Goiânia. Ano 4 nº. 16, set./out 2006.

CRISTOVAM, Buarque. Educação: a real e a possível. **REVISTA PROFISSÃO MESTRE.** Ano 8, n. 87, dez./ 2006.

CUNHA, Sudário de Aguiar. **Impacto da Formação profissional: um estudo de acompanhamento de egressos do Senai no Centro Industrial de Aratu.** Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1990.

DEBREY, Carlos. **A Lógica do capital na educação brasileira: a reforma da educação profissional (1999-2000).** Goiânia: UCG 2003.

ESPECIAL 100 anos atrás de um posto de trabalho. **Jornal Estado de Goiás.** Disponível em: <<http://www.jornalestadodegoias.com.br>>. Acesso em: 05 mai. 2007.

ESTEVAN, Luis. **O tempo de transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia, 1998.

FEIJÓ, Ateneia. A nova LDB faz a hora e a vez do professor. Senac. **Revista Diga lá.** Ano 3, nº. 1 mar./abr. 1998.

FERRETTI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. **Revista Educação e Sociedade,** Campinas, v.18, n. 59, ago. 1997.

FOGAÇA, A. Educação e qualificação nos anos 90: o discurso e o fato. In: BRUNO, L.; OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Orgs.). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos e educação básica.** Belo Horizonte: Autêntica 1999.

FOLEGO da indústria. **Jornal O Popular,** Goiânia, 11 jan. 2007. Seção Opinião. p.10.

FRANCO, Maria Ciavatta. Formação Profissional para o Trabalho incerto: Um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis, RJ, 1998.

FREITAS, Juvair Fernandes de A. **A expansão urbana e a segregação socioespacial em Anápolis – Goiás.** Dissertação de (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia Urbana e Regional. UNB, Brasília, 2004.

FREITAS, Revalino A. **Anápolis. Passado e Presente.** Anápolis: Voga, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____, Gaudêncio. **Educação e crise do Trabalho**: perspectivas de Final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FOGAÇA, A. Educação e qualificação nos anos 90: o discurso e o fato. In: **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos e educação básica. Belo Horizonte. Autêntica, 1999.

GENTILLI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: **Trabalho e Educação**. Org. Lombardi, J, C & Saviani, D & Sanfelice. Campinas: SP. Editores Autores Associados, 2002.

GHIRALDELLI, Júnior Paulo. **O que pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GOIÁS. **PLANO SETORIAL DE TRABALHO**. Indústria, Comércio e Turismo, mar. 84/mar.87. Estado de Goiás – Governo Íris Rezende.

_____. **Revista Economia & Desenvolvimento** – Modernidade e crescimento, as marcas do novo Goiás. Ano VII nº 22, jan./mar de 2006.

_____. **Revista Economia & Desenvolvimento** – Logística, caminho para ampliar a competitividade, Goiânia. Ano VIII nº 24, nov./dez. 2006.

_____. **Revista Economia & Desenvolvimento**. Qualificação Profissional, fator de desenvolvimento, Goiânia. Ano VIII, nº. 25, jan./mar. 2007.

_____. **GOIÁS INDUSTRIAL**. Sucessos da inovação tecnológica. Goiânia. Ano 37, nº. 214, nov./dez. 2006.

_____. **GOIÁS INDUSTRIAL**. Os nós que amarram o avanço da indústria. Goiânia. Ano 38, nº. 220, nov./dez. 2007.

_____. Governo entrega plataforma logística multimodal. **Jornal A Hora**. Goiânia, 22 a 31/mai. 2007.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: UFG, 1991.

HADDAD, Sérgio. **Revista Educação**. Se a causa da Educação for só dos educadores, perdemos. nº 99, jul., 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Guilherme Issamu & MACHADO, Ana Flávia. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. Brasília, 2007.

HOBSBAWM, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, R. **Depois da queda**. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil: (1930 – 1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IOSCHPE, Gustavo. A opção pelo subdesenvolvimento. **Revista Veja**. Ano 39, nº. 34, 2006.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007. Brasília, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília, INEP: Reduc.1987.

_____, Acácia Zeneida. A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: MACHADO, L, R de S. & NEVES, M, de A, & FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e Trabalho**. Anped. Campinas, SP: Papyrus:Cedes; São Paulo:Ande,1992.

_____, Acácia Zeneida. **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda./Ed. UFMG, 1999, 340p. (adapt. Lana Mara de Castro Siman).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Collection economie et socialisme,1977.

LUSTOSA, Francisco Hudson da Cunha. A economia da educação. **INTER-AÇÃO – Revista da Faculdade de Educação da UFG**. V.22, nº1/2, jan./dez.1998.

LUZ, Janes Socorro da. **A influência da situação Geográfica para o desenvolvimento comercial da cidade de Anápolis-Goiás**. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2001.

MACEDO, Sirley Alcântara. O mundo do Trabalho: a tecnologia substituindo a mão-de-obra. In: TOSCHI, Mirza Seabra. (Org.). **100 anos Anápolis em pesquisa**. 1ª ed. Anápolis: Vieira, 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. Os sindicatos, as transformações tecnológicas e a educação. In: MACHADO, L, R de S. & NEVES, M, de A, & FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e Trabalho**. Anped, Campinas, SP: Papyrus: Cedes; São Paulo: Ande, 1992.

MATUSHIMA, Marcos kazu. **A Geografia Econômica e os Estudos das Aglomerações industriais**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

MAWAKDIYE, Alberto. Portfólio pobre. Tecnologia de ponta ainda é desafio para empresas brasileiras. **Revista Problemas Brasileiros**, São Paulo, nº. 371, set./out. 2005.

MEDEIROS, Marluce. **Expansão Capitalista e Ensino Industrial**. Rio de Janeiro: SENAI/DPEA, 1987.

MENDES, Leonardo de Oliveira. **Uma análise geográfica do Senai no sudeste goiano: a (RE) qualificação do trabalho em debate**. Programa de Pós-graduação em Geografia na FCT/UNESP/Presidente, 2000.

MEROLA, Ediane. Educação e mercado de trabalho. **Revista Diga lá**. Ano 11, nº. 46, 2006.

MONTALVÃO. Érika d'Abadia Santos. **A qualificação/formação de mão-de-obra no Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA**. Monografia.UEG, Unidade Universitária Sócio-econômica e Humana, Anápolis, 2004.

MONTESSORO, Claudia Cristina Lopes. **Centralidade Urbana e comércio informal: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa. **A idéia de Natureza na prática cotidiana**. Dissertação de mestrado. IESA/UFG, Goiânia, 2000.

MOREIRA Rui. A pós-modernidade e o mundo globalizado do trabalho. **Revista paranaense de geografia**. Paraná. v 2, nº2. 2 ed, 1997.

MOTTA, Diana Meirelles. **Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu, 2004.

PEREIRA, Edilson Júnior. **Industrialização e Reestruturação do Espaço Metropolitano. Reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)**. Fortaleza: Eduece, 2005.

PERISSÉ, Gabriel. Economistas da Educação. **Revista Profissão Mestre**. Nov. 2006.

PINSKY, Jaime. **Jornal Correio Brasiliense**. Brasília, 13 mai. 2007.

PLATAFORMA LOGÍSTICA e aeroporto industrial continua no só no papel. **Jornal Estado de Goiás**. Disponível em: <<http://www.jornalestadodegoiás.com.br>> Acesso em: 05 out. 2007

POLONIAL, Juscelino. **Terra do Anhanguera – História de Goiás**. Goiânia: Kelps, 1997.

PONTES, Beatriz. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões **nas** cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, E. S. & BELTRÃO SPOSITO, M. E. & SOBARZO, O. (Org.). **Cidades Médias produção do espaço urbano e regional**. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS. **Plano Diretor 2006 Participativo**. Núcleo Gestor do Plano Participativo de Anápolis: 2006. Anápolis.

_____. **Agenda 21 Local 2006**. Diagnóstico de Participativo. Anápolis. 2006. 25.06.2007.

_____. **Monografia – nº 409**. Anápolis-GO, ano 1968.

_____. **Programa de Desenvolvimento de Anápolis PPA - 2000/2003**.

- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, 1994.
- ROURE, Glacy Queiroz de. Educação e Cultura. **Educativa**, Goiânia, v.6, nº.2, jul./dez.2003.
- SABOIA, João. **A dinâmica da descentralização industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2001.
- _____, João. **Caracterização das Admissões na Indústria**. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2007.
- SANTANA, Mariza. Os profissionais que Goiás não tem. **Jornal O Popular**, Goiânia, 27 jan. 2008.
- _____.Mariza. Sobram vagas por falta de qualificação. **Jornal O Popular**, Goiânia, 23 jan. 2008.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- _____, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- _____, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____.Milton. **Economia Espacial**. Críticas e Alternativas. 2. ed. São Paulo, 2003.
- SANTOS, Oyana Rodrigues. **A política de industrialização em Goiás com os Distritos Agroindustriais – DAIA (1970/90)**. Dissertação de Mestrado. UFG, 1999.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Controle e resistência nas formas de uso da força de trabalho em deferentes bases técnicas e sua relação com educação. In: MACHADO, L, R de S. & NEVES, M, de A, & FRIGOTTO, G. (Org). **Educação e Trabalho**. Anped, Campinas, SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande, 1992.
- SENAI. Futuro Profissional. **Revista de divulgação do Senai**. Ano 4, nº. 21, Goiânia, ago. 2007.
- _____. Futuro Profissional. **Revista de divulgação do Senai de Goiás**. Goiânia, nº.17, 2006
- _____.DESEMPENHO & OFERTA, São Paulo. **SENAI**. V. 4, nº.1, mar. 2007.
- SEPLAN. DAIA puxa o desenvolvimento. **Jornal O Popular**, Goiânia, 09 jun. 2006.
- SEPLAN. Privilégio geográfico bem aproveitado. **Jornal O Popular**, Goiânia, 31 jul. 2006.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Os embates da cidadania: ensaio de uma abordagem filosófica da nova lei de diretrizes e bases da educação na nacional. In: Iria Brzezinski (Org). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto.; MORAES, Maria C. M.; EVANGELISTA Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Adriana Dias. **Informalidade**: comportamento do setor informal em Anápolis/GO (1986-2002). Dissertação de Mestrado. FCHF/UFG, Goiânia, 2002.

SMITH, Adam. **As riquezas das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Traduzido por Luis João. São Paulo: nova cultural, 1996.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Cidade, urbanização, metropolização**. Presidente Prudente: PCT/UNESP, 1997.

_____, Eliseu Savério. Mercado de Trabalho no Brasil e no Estado de Paulo. In: SPOSITO, E. S. & BELTRÃO SPOSITO, M. E. & SOBARZO, O. (Org.). **Cidades Médias produção do urbano e regional**. São Paulo Expressão Popular, 2006.

TAUCCI, Eva. Recorde de empregos. **Jornal O Popular**, Goiânia, 13 nov. 2007.

THOMAZ, Antônio Junior. Qualificação do trabalho: Adestramento ou Liberdade? **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.1, nº. 1, set. 2000.

TUPPY, Maria Isabel N. A Educação Profissional. In: OLIVEIRA, R. P. & ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil**: modalidades na constituição federal e na LDB. São Paulo, 2002.

VANNUCHI, Maria Lúcia. Alcântara. A mulher na indústria farmacêutica: trabalho e gênero na produção industrial de Anápolis (GO). In: TOSCHI, Mirza Seabra. (Org). **100 anos Anápolis em pesquisa**. 1. ed. Anápolis: Vieira, 2006.

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - IESA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO JUNTO A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS

ENTREVISTADO: _____

DATA: ___/___/___

1) – QUANTIDADE E EMPRESA NOS SEGUINTE ANOS

Ano	Quantidade	Empresas sediadas em funcionamento no Distrito Agroindustrial de Anápolis
1980		
1990		
2007		

2) – Qual a quantidade de mão-de-obra empregada no DAIA? _____

3) – QUANTO AO GRAU DE ESCOLARIDADE E ESPECIALIAZAÇÃO

Grau de escolaridade	Nº de trabalhadores	Ensino profissional (sim ou não)	Quais qualificações
Alfabetizado			
Ensino Fundamental			
Ensino Médio			
Ensino superior			
Outros			

4) – Quais empresas e setores que exigem qualificação profissional?

5) – Quais são as instituições de ensino que geralmente qualifica a mão-de-obra que atua no DAIA?

6) – Os cursos dessas instituições que qualificam a mão-de-obra para o DAIA, são subsidiados? _____ .Por quem? _____

Atendem as necessidades do DAIA _____

7) – O DAIA definiu ou oferece sugestões de cursos que melhor atende as indústrias?

8) – Quais os cursos mais relevantes para atender a necessidade do DAIA?

9) – Existem parcerias entre o DAIA, as instituições governamentais e as instituições de ensino profissionalizantes?

10) – A mão-de-obra especializada é local ou é proveniente de outras cidades?

11) – Outras considerações a respeito do tema:

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS-IESA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO JUNTO AO CAT – CENTRO DE ATENDIMENTO AO
TRABALHADOR – DAIA

ENTREVISTADO: _____

DATA: ___/___/___

1) – Quando o CAT foi implantado? _____

2) – Qual foi o objetivo de sua implantação? _____

3) – Foi a pedido das empresas ou foi à administração do DAIA que sentiu a necessidade de sua
implantação? _____

4) – Qual o setor ou empresa que mais exigem mão-de-obra qualificada? _____

5) – Quais são as características de qualificação do trabalhador que solicita vaga nas empresas do
DAIA? _____

6) – O DAIA consegue absorver toda a oferta de mão-de-obra ? _____

7) - Há orientação para que o trabalhador ou candidato a emprego no DAIA procure qualificar-
se? _____

8) – Oferta e procura de empregos através do CAT

MÊS/2007	OFERTA DE VAGAS	PROCURA DE EMPREGOS
Janeiro		
Maio		

10) – Pessoas de outras cidades deixam currículos? _____ Qual a quantidade?
 _____ Qual é o percentual contratado? _____

11) – Qual é o grau de escolaridade mais exigido pelas empresas?

(.....) Ensino fundamental

(.....) Ensino Médio

(.....) Ensino superior

(.....) Outros

12) - Qual é o perfil do candidato que as empresas mais contratam?

13) – Considerações sobre o tema : _____

ANEXO III

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS – IESA
ROTEIRO PARA ENTREVISTA INDÚSTRIA FARMACOQUÍMICA

Entrevistado: _____

Empresa: _____

INFORMAÇÕES GERAIS:

1- Quantidade de funcionários:

Total de funcionários	Sexo Masculino	Sexo Feminino

Obs.: O salário é igual para sexos diferentes com a mesma ocupação? _____

2- Faixa etária do trabalhador

Idade do funcionário	Percentual
Até 20 anos	
Até 35 anos	
Até 45 anos	
Mais de 45 anos	

3- Vínculo do trabalhador com a empresa

Tempo na empresa	Percentual

4- Grau de escolaridade/ensino formal

Grau de escolaridade	Percentual
Nunca frequentou a escola	
Ensino Fundamental incompleto	
Ensino Fundamental completo	
Ensino Médio incompleto	
Ensino Médio completo	
Ensino Superior	

5- A empresa possui um cadastro de reserva de mão-de-obra? _____ Ou possui dificuldade em recrutar funcionários? _____

7- Qual a quantidade de funcionários de fora da cidade de Anápolis? _____

8- Há trabalho noturno na empresa? _____ Quais _____

9- Há serviços que são terceirizados na empresa? _____

10- O funcionário possui uma única ocupação? _____ Ou executa mais de uma tarefa?

11- A empresa possui funcionários com mais de 45 anos? _____ Quais funções?

12- A qualificação profissional é importante para a empresa? _____

13- O trabalhador já chega qualificado? _____ Ou a empresa possui um centro de treinamento? _____

14- A empresa realiza investimentos em qualificação profissional? _____
Quais? _____

15- As inovações tecnológicas constituem em um problema para a mão-de-obra na indústria?

16- Os cursos que os funcionários tem feito são aproveitados pela empresa?
_____ Oferecem boa capacitação?

17- Os cursos promovem aumento salarial ? _____

18- Quais as principais ocupações que são exigidas a qualificação do trabalhador?

19- A vaga é para o candidato que chega qualificado ou para aquele que tem experiência comprovada?

20- Quais as principais instituições que tem contribuído para preparar o trabalhador?

ANEXO IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - IESA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO JUNTO AO SERVIÇO NACIONAL DA INDÚSTRIA
SENAI

ENTREVISTADO:

DATA ____/____/____

1) – Quantos alunos são formados para o trabalho nas indústrias? _____

2) Quais os cursos estão voltados para atender as indústrias do DAIA ? _____

3) - Há parcerias entre o DAIA e o SENAI? _____ Como são essas parcerias?

4) – Quanto à formação de mão-de-obra para a montadora HYUNDAI. Qual foi o perfil do profissional solicitado pela empresa? _____

5) – Informações sobre ementas e conteúdos programáticos dos cursos voltados para o ensino industrial: _____

ANEXO V

(PROGRAMAS CURRICULARES)

Técnico em Química

1200 horas + 400 horas de estágio

Atua no planejamento, coordenação, operação e controle dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos. Planeja e coordena os processos laboratoriais. Realiza amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas. Realiza vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos. Participa no desenvolvimento de produtos e validação e métodos. Atua com responsabilidade ambiental e em observância as normas técnicas e de segurança.

Possibilidade de temas a serem abordados na formação

Química. Análises físico-químicas e microbiológicas. Processos industriais. Boas práticas de laboratório e de fabricação. Metrologia química. Gestão ambiental.

Possibilidades de atuação

Indústrias. Empresas de comercialização e assistência técnica. Laboratórios de ensino, de calibração, de análise e controle de qualidade e ambiental. Entidades de certificação de produtos.

Requisitos para acesso

Os cursos técnicos ministrados pelas Escolas SENAI de Goiás serão oferecidos a candidatos que já tenham concluído o ensino médio, exceção feita aos alunos provenientes da Aprendizagem Industrial que, ao ingressarem no itinerário do Curso Técnico, deverão ao seu término, ter concluído o Ensino Médio.

De acordo com o Regimento Comum das Unidades Escolares do SENAI Goiás, artigos 40 a 44, o processo de seleção ao curso Técnico em Química Industrial, inclui provas para apuração de competências profissionais, provas objetivas de conhecimentos gerais, específicos e de aptidão. O processo de seleção a ser adotado será definido em épocas próprias, para o curso em questão.

Os candidatos aprovados e classificados no referido processo de seleção serão chamados à matrícula limite de 30 vagas, atendida na ordem de prioridade que for estabelecida em cada caso. A prioridade é para aqueles candidatos que, por ventura, mantenham algum vínculo empregatício com empresas contribuintes do SENAI. (Artigos 40 e 41 do Regimento Interno do SENAI).

A matrícula inicial será efetuada mediante solicitação do candidato, com a anuência às disposições constantes deste regimento. Caso o candidato possua idade inferior a 18 anos, será assistido por seu responsável direto.

No ato da matrícula inicial, o candidato deverá apresentar à secretaria da Unidade Escolar, os documentos exigidos pela legislação vigente e será efetuada nos períodos marcados conforme edital.

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS GERAIS DO TÉCNICO EM QUÍMICA INDUSTRIAL

Operar, monitorar e controlar processos industriais químicos e sistemas de utilidades.

Controlar a quantidade de matérias, reagentes, produtos intermediários e finais e utilidades.

- Otimizar o processo produtivo, utilizando as bases conceituais dos processos químicos.
- Manusear adequadamente matérias-primas, reagentes e produtos.
- Realizar análises químicas em equipamentos de laboratório em processo “on-line”.
- Organizar e controlar a estocagem e a movimentação de matérias-primas, reagentes e produtos.
- Planejar e executar a inspeção e a manutenção autônoma e preventiva rotineira em equipamentos, linhas, instrumentos e acessórios.
- Utilizar ferramentas da análise de riscos de processo, de acordo com os princípios segurança.
- Aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional da área.
- Aplicar técnicas de GMP – Good Manufacturing Practices – (Boas práticas de fabricação) nos processos industriais e laboratoriais de controle de qualidade.
- Controlar mecanismos de transmissão de calor, operação de equipamentos com trocas térmicas, destilação, absorção, extração e cristalização.
- Controlar sistemas reacionais e a operação de sistema sólido-fluido.
- Aplicar princípios de instrumentos e sistema de controle e automação.
- Controlar a operação de processos químicos e equipamentos tais como caldeira industrial, torre e resfriamento, troca iônica ou refrigeração industrial.
- Selecionar o utilizar técnica de amostragem, preparo e manuseio de amostras.
- Interpretar e executar análises instrumentais no processo.
- Coordenar programas e procedimentos de segurança e de análise de riscos de processos industriais e laboratoriais, aplicando princípios de higiene industrial, controle ambiental e destino final de produtos.
- Coordenar e controlar a qualidade em laboratório e preparar análises, utilizando metodologias apropriadas.
- Utilizar técnicas microbiológicas de cultivo de bactérias e leveduras.
- Utilizar técnicas bioquímicas na purificação de substâncias em produção massiva.
- Utilizar técnicas de manipulação asséptica de culturas de células animais e vegetais.

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ESPECÍFICAS DO TÉCNICO EM QUÍMICA INDUSTRIAL

PLANEJAMENTO

Prever a quantidade de reagentes que serão gastos periodicamente nos laboratórios, o quanto vai custar cada análise e a manutenção dos aparelhos, usando planilhas e programas de computadores, para no final fazer solicitação de compras.

PESQUISA

Fazer pesquisa para criação ou adaptação de métodos, em aparelhos de laboratórios, usando literatura específica e contatos com universidades outros técnicos da área, pesquisa na internet.

AVALIAÇÃO

Inspeccionar os ambientes no processo de fabricação farmacêutico, referente à contaminação, e classificação de áreas, emitindo laudo de aprovação.

GESTÃO

Coordenar e orientar a equipe tecnicamente na execução das tarefas e na manutenção e instalação de equipamentos, distribui tarefas ao pessoal da seção, dissemina conhecimentos às demais pessoas do setor.

EXECUÇÃO

Fazer análises físico-químicas, microbiológicas, organolépticas; opera aparelhos e faz manipulação de produtos; calibra, afere, repara aparelhos de laboratórios; monitora e controla ambientes de processos químicos e farmacêuticos; elabora relatórios de análises e pareceres técnicos; prepara e padroniza soluções partindo de reagentes PA (Para Análises).

ITINERÁRIO BÁSICO SEQUENCIAL DO TÉCNICO COM HABILITAÇÃO EM QUÍMICA INDUSTRIAL.

Química Inorgânica 80 h	Físico-Química 80 h	Química Orgânica 80 h	Análise Química Quantitativa e Qualitativa 100 h
----------------------------	------------------------	--------------------------	---

LABORATORISTA DE ANÁLISES QUÍMICAS – 340 h

Análise Instrumental 80 h	Operações Unitárias 60 h	Equipamentos de Trocas Térmicas 30 h	Corrosão 50 h	Sistemas de Utilidades 60 h
------------------------------	-----------------------------	---	------------------	--------------------------------

ANALISTA DE SISTEMAS DE UTILIDADES 620 h

Tecnologia das Fermentações 50 h	Tecnologia dos Polímeros 30 h	Processos Químicos 40 h	Processos Industriais 40 h	Controle de Processos 40 h
Biotecnologia de Alimentos 60 h	Biotecnologia de Fármacos 60 h	Controle Ambiental 60 h	Boas Práticas de Fabricação 30 h	Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle 30 h
Gestão de Processos 30 h	Legislação 30 h	Orientação em Projetos 80 h	Estágio Supervisionado 400 h	

**TÉCNICO EM QUÍMICA INDUSTRIAL
1600 h**

Qualificação manutenção mecânica

Cronograma do curso

Apresentação da Escola – 3 hs

Desenho Técnico – 20 hs

Metrologia – 25 hs

Ajustagem – 35 hs

Torno – 30 hs

Solda 25 hs

Manutenção – 95 hs

Eletricidades – 30 hs

Hidráulica e Pneumática – 40 hs

Carga horária total 300 hs

Carga horária total 300 hs